



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

DAYANE CAROLINE PEREIRA

**QUEM CALA NEM SEMPRE CONSENTE:  
ENTRELAÇAMENTO DAS UNIDADES TÓPICAS E NÃO  
TÓPICAS NO PROCESSO DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DOS  
SENTIDOS**

DAYANE CAROLINE PEREIRA

**QUEM CALA NEM SEMPRE CONSENTE:  
ENTRELAÇAMENTO DAS UNIDADES TÓPICAS E NÃO  
TÓPICAS NO PROCESSO DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DOS  
SENTIDOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Esther Gomes de Oliveira.

Londrina  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

D275     Pereira, Dayane Caroline .  
      Quem cala nem sempre consente: entrelaçamento das unidades tópicas e não tópicas no processo de (re)significação dos sentidos / Dayane Caroline Pereira. - Londrina, 2020.  
      142 f. : il.

      Orientador: Esther Gomes de Oliveira.  
      Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2020.  
      Inclui bibliografia.

      1. Análise do Discurso - Tese. 2. Provérbios - Tese. 3. Unidades tópicas e não tópicas - Tese. 4. (Re)significação - Tese. I. Oliveira, Esther Gomes de . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

DAYANE CAROLINE PEREIRA

**QUEM CALA NEM SEMPRE CONSENTE:**  
ENTRELAÇAMENTO DAS UNIDADES TÓPICAS E NÃO TÓPICAS NO  
PROCESSO DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DOS SENTIDOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de doutora em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Esther Gomes de  
Oliveira  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeri Passos Baltazar Machado  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina Cordeiro  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas  
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dantielli Assumpção Garcia  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –  
UNIOESTE

Londrina, 06 de março de 2020.

## Recomece

Quando a vida bater forte e a sua alma sangrar,  
Quando esse mundo pesado lhe ferir e lhe esmagar,  
É a hora do recomeço, recomece a lutar...

Quando tudo for escuro e nada iluminar,  
Quando tudo for incerto e você só duvidar,  
É a hora do recomeço, recomece a acreditar...

Quando a estrada for longa e seu corpo fraquejar,  
Quando não houver caminho e nenhum lugar para chegar,  
É a hora do recomeço, recomece a caminhar...

Quando o mal for evidente e o amor se ocultar,  
Quando o peito for vazio e o abraço faltar,  
É a hora do recomeço, recomece a amar...

Quando você cair e ninguém lhe amparar,  
Quando a força do que é ruim conseguir lhe derrubar,  
É a hora do recomeço, recomece a levantar...

E quando a falta de esperança decidir lhe açoitar,  
Se tudo o que for real for difícil suportar,  
Mais uma vez, é a hora do recomeço, recomece a sonhar...

Enfim,

É preciso de um final para poder recomeçar,  
Como é preciso cair para poder se levantar,  
Nem sempre engatar a ré significa voltar,  
Remarque aquele encontro, reconquiste um amor, reúna quem lhe quer bem, reconforte um  
sofredor, reanime quem está triste e reaprenda na dor...  
Recomece, se refaça, lembre o que foi bom, reconstrua cada sonho, redescubra algum  
dom, reaprenda quando errar, rebole quando dançar...  
E, se um dia, lá na frente, a vida der uma ré,

Recupere a sua fé,  
E recomece novamente...

- Bráulio Bessa

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser a minha fonte inesgotável de força, fé, inspiração e energia, em todos os momentos de minha vida.

À Universidade Estadual de Londrina, por ser o presente que a vida me deu desde o ano de 2007. É um lugar de muito conhecimento e amor. Fez, faz e sempre fará parte de minha trajetória acadêmica e pessoal. Na UEL, eu encontrei muitos sentidos e, cada um deles, foi capaz de me transformar e de me (re)significar profundamente. Serei eternamente grata.

À Esther Gomes de Oliveira, minha querida orientadora. Obrigada por compartilhar o seu conhecimento comigo e muitíssimo obrigada por entender cada momento que passei durante a construção do nosso trabalho. A sua confiança me motivou, diuturnamente, a superar qualquer dificuldade que pudesse encontrar pelo caminho. Agradeço o seu carinho, a sua atenção e, mais do que isso, agradeço a sua amizade de sempre... para sempre! Muito obrigada por me ajudar a construir a minha história.

Às professoras Rosemeri e Isabel Cordeiro, pelas participações nos SEDATAS de 2017 e 2018, respectivamente. Cada leitura, apontamentos e sugestões foram essenciais no desenvolvimento de minha tese.

Aos professores Esther Gomes de Oliveira, Roberto Leiser Baronas, Dantielli Assumpção Garcia, Isabel Cristina Cordeiro e Rosemeri Passos Baltazar Machado, pela participação em minha Banca de Qualificação. Graças aos direcionamentos de todos vocês, o meu trabalho, hoje, pode ser chamado de TESE. E, mais do que isso, muitíssimo obrigada por me darem a honra de tê-los em minha Banca de Defesa. Vocês são a minha inspiração. Quanta honra!

À minha família, meu pai Ednilso, minha mãe Nina e minha irmã Camila. Vocês são essenciais em minha vida. Muito obrigada por acreditarem em mim e por construírem essa história junto comigo. Essa conquista é nossa! Também agradeço a todos os meus laços familiares que, direta ou indiretamente, fizeram-se presentes nessa jornada: os meus avós paternos, a minha avó materna Alice (*in memoriam*), os meus tios e tias, em especial, a minha tia Lídia, e os meus primos e primas.

Aos meus amigos. Sou grata por todos os amigos que a vida me deu. Muito obrigada por compartilharem com os momentos de alegria e dividirem os pesos do mundo comigo. Com vocês, o meu viver é infinitamente mais feliz. Eu quero cada um de vocês para sempre em minha vida: Roberta, Rosemeri, Esther, Isabel, Viviane, Thaís, Ana Carolina, Bárbara, Aline. Aos amigos do trabalho. Às amigas do futebol. Todos vocês estão em meu coração. Obrigada, por tudo!

A todos os professores que participaram de minha formação, em todos os níveis. Em mim, há um pouco de cada um de vocês. E palavras nunca serão suficientes para externar a minha eterna gratidão. Obrigada!

Por fim, transmito os meus mais sinceros agradecimentos a todos que, ao longo dessa história, direta ou indiretamente, contribuíram na constituição dos meus sentidos.

De fato, Tom Jobim tinha toda a razão ao dizer “*Fundamental é mesmo o amor, é impossível ser feliz sozinho*”, e eu tive a ilustre sorte de ter os MELHORES ao meu lado. MUITO OBRIGADA!

*É fácil trocar as palavras,  
difícil é interpretar os silêncios...*

Fernando Pessoa

PEREIRA, Dayane Caroline. **Quem cala nem sempre consente**: entrelaçamento das unidades tópicas e não tópicas no processo de (re)significação dos sentidos. 2020. 140 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

## RESUMO

Nosso estudo, ao considerar o caráter dinâmico da linguagem, contempla a movência dos sentidos, focando o uso em situações reais de comunicação. Desse modo, diante dos saberes sobre a linguagem, que envolvem tanto os aspectos linguísticos quanto os extralinguísticos, e a sua relação com o sujeito, selecionamos um *corpus* que traduz o *thesaurus* cultural de uma sociedade e, mais do que isso, possibilita-nos verificar a forma de o sujeito significar a si próprio e o mundo à sua volta. Nesse sentido, os gêneros discursivos (propaganda, propaganda promocional, tirinha, cartaz informativo, infográfico, meme) são um rico objeto de análise no que se refere aos estudos pertencentes ao campo da linguagem, devido à sua dinâmica discursiva e à forma como eles são colocados em jogo, produzem sentidos e interpelam os sujeitos. Com o respaldo da Análise do Discurso de orientação francesa, visamos explicitar o processo de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”, levando em conta os aspectos linguísticos, sociais, culturais, ideológicos, responsáveis pela formulação dos sentidos. Outro ponto fundamental que constitui essa pesquisa é, por meio do estudo das unidades tópicas e não tópicas, desenvolvido por Maingueneau (2008, 2011 e 2015), interpretar a forma como o provérbio selecionado foi incorporando novos sentidos, ainda que, muitas vezes, mantendo a mesma estrutura e/ou palavras. Verificaremos, também, o funcionamento discursivo dos gêneros, além de estudarmos os procedimentos discursivos envolvidos no fenômeno de (re)significação. Uma vez que pretendemos trabalhar com os saberes cristalizados que circulam socialmente, é necessário seguirmos por um estudo teórico-analítico, a fim de apreender como a memória materializa-se nos discursos, por meio dos sujeitos, e como os pré-construídos são retomados e (re)significados em cada processo enunciativo. Dessa forma, os outros possíveis efeitos de sentido que o determinado provérbio pode revelar referem-se a diferentes modos de dizer e a diferentes maneiras de relacionar as posições-sujeito com a ideologia. Assim sendo, a (re)significação só se torna um fenômeno possível porque há a retomada de um já-dito, que evidencia o trabalho da memória e da movimentação dos sentidos dentro do universo da linguagem.

**Palavras-chave:** Provérbio. (Re)significação. Unidades tópicas. Unidades não tópicas. Formação discursiva.

PEREIRA, Dayane Caroline. **Qui ne dit mot non pas toujours consente:** entrelacement des unités topiques et non topiques dans le processus de (re)signification du sens. 2020. 140 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

## RÉSUMÉ

Notre étude, estimant le caractère dynamique du langage, envisage le mouvement des sens et concentre son utilisation sur des situations de communication réelles. Ainsi, compte tenu du savoir de la langue, qui comporte à la fois des aspects linguistiques et extralinguistiques, et de sa relation avec le sujet, nous sélectionnons un corpus qui reflète le thésaurus culturel d'une société et nous permet, plus que cela, de vérifier la façon dont le sujet signifie lui-même et le monde qui l'entoure. En ce sens, les genres discursifs (publicité, propagande promotionnelle, bande dessinée, affiche d'information, infographie, meme) constituent un objet d'analyse riche en matière d'études dans le domaine du langage, en raison de leur dynamique discursive et de la manière dont elles sont mises en jeu, produisent des significations et interpellent les sujets. Avec le soutien d'Analyses du Discours d'orientation française, nous visons à clarifier le processus de (re)signification du proverbe "Qui ne dit mot consent", en tenant compte des aspects linguistiques, sociaux, culturels et idéologiques responsables par la formulation des sens. Autre point essentiel que constitue cette recherche est, au moyen de l'étude des unités thématiques et non thématiques, développée par Maingueneau (2008, 2011 et 2015), permet également d'interpréter la manière dont le proverbe choisi absorbait des nouvelles significations, tout en maintenant la même structure et/ou les mêmes mots. Avec les études théoriques, nous vérifierons également le fonctionnement discursif des genres, en plus d'étudier les procédures discursives impliquées dans le phénomène de (re)signification. Puisque nous avons l'intention de travailler avec les connaissances cristallisées qui circulent socialement, il est nécessaire de suivre une étude théorico-analytique afin de comprendre comment la mémoire se matérialise dans les discours, à travers les sujets, c'est-à-dire, comment les pré-construits sont repris et (re)significations en chaque processus énonciatif. De cette manière, les autres effets possibles du sens que le proverbe peut révéler se réfère à différentes manières de dire et différentes manières de relier les positions du sujet à l'idéologie. Ainsi, la (re)signification ne devient qu'un phénomène possible parce qu'il y a une reprise de ce qui a déjà dit, qui souligne le travail de la mémoire et le mouvement des sens dans l'univers du langage.

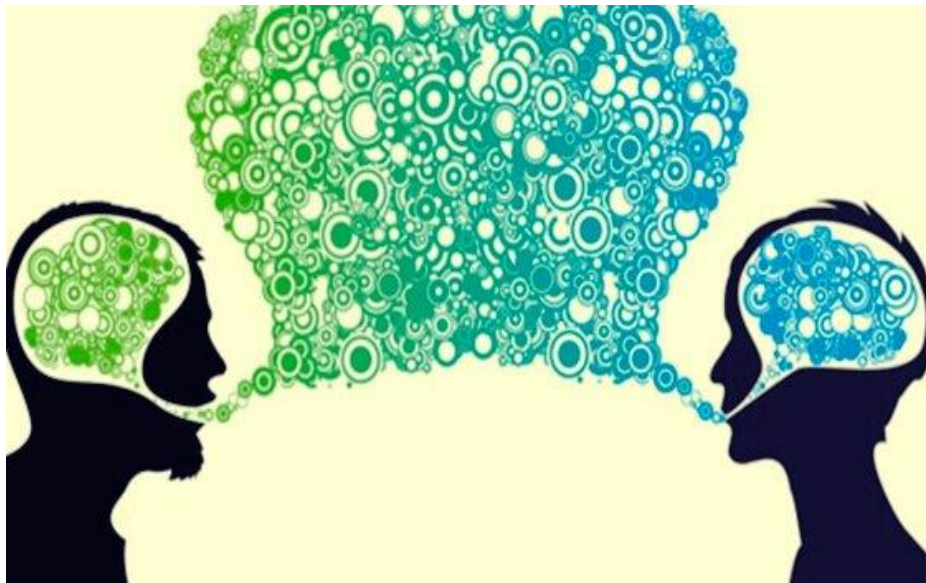
**Mots-clés:** Proverbe. (Re)signification. Unités topiques. Unités non topiques. Formation discursive.

## SUMÁRIO

|          |  |    |
|----------|--|----|
|          | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 12 |
| <b>1</b> | <b>Justificativa</b> .....   | 12 |
| <b>2</b> | <b>Problema de pesquisa</b> .....  | 16 |
| <b>3</b> | <b>Objetivos</b> .....   | 17 |
| 3.1      | Objetivo Geral .....   | 17 |
| 3.2      | Objetivos Específicos.....   | 17 |
| <b>4</b> | <b>Metodologia e seleção do corpus</b> .....   | 17 |
| <b>5</b> | <b>Organização do trabalho</b> .....   | 20 |
|          | <b>CAPÍTULO 1</b> .....  | 26 |
|          | <b>A ANÁLISE DO DISCURSO</b> .....   | 26 |
| 1.1      | Breve panorama histórico do desenvolvimento da Análise do<br>Discurso de orientação francesa ..... | 27 |
| 1.2      | Procedimentos da Análise do Discurso de orientação francesa .....                                  | 36 |
| 1.3      | Discurso e ideologia.....  | 49 |
|          | <b>CAPÍTULO 2</b> .....  | 52 |
|          | <b>UNIDADES TÓPICAS E NÃO TÓPICAS: TEORIA, MÉTODOS E<br/>APLICAÇÕES PRÁTICAS</b> .....             | 52 |
| 2.1      | Unidades tópicas .....   | 53 |
| 2.2      | Unidades não tópicas.....  | 57 |
| 2.2.1    | Trajétórias na trilha de novos caminhos: Formação Discursiva e<br>Gêneros Discursivos.....         | 64 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....  | 67  |
| <b>AS ESPECIFICIDADES DOS GÊNEROS DISCURSIVOS E O<br/>FUNCIONAMENTO DO GÊNERO PROVERBIAL</b> ..... | 67  |
| <b>3.1 As especificidades dos gêneros discursivos</b> .....  | 68  |
| <b>3.2 Cenas de Enunciação em foco</b> .....   | 74  |
| <b>3.3 O funcionamento do gênero proverbial</b> .....  | 77  |
| <br>   |     |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....  | 83  |
| <br>   |     |
| <b>ANÁLISES</b> .....  | 83  |
| <b>4.1 A (re)significação do provérbio “QUEM CALA CONSENTE”</b> .....                              | 84  |
| <b>4.2 Provérbio “QUEM CALA CONSENTE”: da origem aos<br/>(re)significados</b> .....                | 86  |
| 4.1.1 Propaganda promocional.....  | 89  |
| 4.1.2 Infográfico .....  | 98  |
| 4.1.3 Meme.....  | 104 |
| 4.1.4 Tira em quadrinho.....   | 111 |
| 4.1.5 Cartaz de filme.....   | 116 |
| 4.1.6 Informação.....  | 123 |
| <br>   |     |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 127 |
| <br>   |     |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 131 |

# INTRODUÇÃO



*“Só há causa daquilo que falha.”*

Michel Pêcheux

## 1 Justificativa

Ao viver em sociedade, o indivíduo está exposto à língua e ao seu uso constante e, por meio das interações sociais, ele se constitui como sujeito e passa a se significar socialmente. A todo momento somos bombardeados com informações e conhecimentos, e a forma como compreendemos e apreendemos esse mundo depende de diversos aspectos, os quais constituem as pessoas durante a sua vivência, como por exemplo, a formação acadêmica, as experiências adquiridas, o convívio social, as concepções em que acreditam, as crenças que cultivam, enfim, uma série de fatores que influenciam, direta e indiretamente, a vida e são responsáveis pela formação intelectual e pelo desenvolvimento das competências linguísticas. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 115),

[...] o sujeito falante é sempre parcialmente sobredeterminado pelos saberes, crenças e valores que circulam no grupo social ao qual pertence ou ao qual se refere, mas ele é igualmente sobredeterminado pelos dispositivos de comunicação nos quais se insere para falar e que lhe impõem certos lugares, certos papéis e comportamentos.

Diante dos saberes sobre a linguagem, que envolvem tanto os aspectos linguísticos quanto os extralinguísticos, e a sua relação com o sujeito, selecionamos um *corpus* que traduz a riqueza cultural de uma sociedade e, mais do que isso, constitui uma materialidade simbólica que, ao interagir com o contexto de enunciação, direciona o nosso olhar a diferentes temas, conteúdos e efeitos de sentido possíveis, possibilitando-nos apreender o modo de o sujeito significar a si próprio e significar o mundo à sua volta, além de elucidar os aspectos filiados a esse processo: culturais, históricos, ideológicos e sociais de uma sociedade. Seguindo o raciocínio de Sande (2019), em seu artigo intitulado “O que o provérbio diz, o que o provérbio sabe, o que o provérbio ensina”, encontramos uma acepção de provérbio que o associa a um conhecimento prático e efetivo da vida. Caracteriza-se como uma frase curta e direcionada que, quando enunciada, exprime, muitas vezes, metaforicamente, uma verdade, uma evidência, ou ainda, uma certeza que convence. Quando um provérbio é proferido, lança-se um discurso que parece ser imbatível, a própria fórmula da sabedoria, indiscutível e incontestável. O provérbio,

muitas vezes, provoca no interlocutor uma surpresa, um impacto, leva-o a refletir sobre o que é enunciado, instaurando, nesse momento, a interação e, inevitavelmente, a persuasão.

Nesse sentido, os provérbios são um rico objeto de análise no que se refere aos estudos pertencentes ao campo da linguagem, devido à sua dinâmica discursiva e à forma como eles são colocados em jogo, no momento do dizer, produzindo sentidos e interpelando sujeitos.

Dessa forma, encontramos inúmeras pesquisas que tratam desse tema, dentre elas, destacamos algumas: o livro *Somos todos seres proverbiais*, das professoras Esther Gomes de Oliveira e Suzete Silva, ambas da Universidade Estadual de Londrina; *Fraseologia & Cia: entabulando diálogos reflexivos*, organizado por Suzete Silva, obra que é composta de artigos que visam à reflexão sobre os estudos paremiológicos e fraseológicos, os quais representam um espaço de destaque nos estudos linguísticos contemporâneos; a tese “A interpretação de provérbios equivalentes por afásicos: um estudo enunciativo”, de Sandra Elisabete de Oliveira Cazelato, defendida no ano de 2008 e orientada pela professora Edwiges Maria Morato, na Universidade Estadual de Campinas; a dissertação “Entre o naturalizado e o desnaturado: deslizamentos de sentido em releituras de provérbios”, de Maria Alice Pinto Domingues, defendida em 2011 e orientada pela professora Freda Indursky, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a dissertação “Humor em provérbios alterados”, de Marcio Antonio Gatti, defendida em 2007 e orientada pelo professor Sírio Possenti, na Universidade Estadual de Campinas, entre outras pesquisas. Outro autor fundamental nos estudos dos provérbios é Dominique Maingueneau, o qual propõe um olhar analítico e teórico a respeito das frases sem textos, englobando, também, o estudo das enunciações proverbiais. Esses trabalhos apresentam métodos distintos na forma de como estudar o objeto, cada qual com as suas vertentes teóricas e especificidades, porém todos relevantes no campo dos estudos da linguagem.

Tendo em vista os diversos dispositivos que a Análise do Discurso nos proporciona para explicitar os processos de significação dos discursos, e levando em conta os aspectos sociais, culturais, ideológicos, linguísticos, nossa pesquisa visa descrever alguns dos processos de significação/ressignificação<sup>1</sup> que o provérbio

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que “ressignificar” não é somente significar novamente, mas sim promover outro sentido a partir de mesmo significante, ou melhor, de um já dito/conhecido.

“Quem cala consente” sofreu ao longo dos anos, isto é, verificar como os sentidos foram tornando-se outros, de acordo com as condições de produção. Se a linguagem revela os valores da sociedade, e se esse processo não é estático, conseqüentemente, os usos que se faz da linguagem devem atender a essas novas necessidades comunicativas. Para tanto, utilizaremos as noções de unidades tópicas e não tópicas desenvolvidas por Maingueneau (2015), e a teoria de Cenas de Enunciação, proposta pelo mesmo autor, além de conceitos fundantes como condições de produção, memória, interdiscurso e ideologia, que são trabalhados na Análise do Discurso de base materialista e são imprescindíveis para uma compreensão mais ampla dos processos de (re)significação.

De acordo com Maingueneau (2015), o universo do discurso não está imune às categorizações. Os usuários, ao produzirem enunciados, no papel de destinatários ou testemunhas, visam constantemente identificar as atividades verbais nas quais estão implicados. Os analistas do discurso, por sua vez, têm de lidar com três níveis complementares de categorização. Para o autor, em primeiro lugar, é necessário refletir sobre o sentido e os efeitos das categorizações realizadas pelos diversos usuários. Em segundo lugar, os analistas devem, dentro de cada domínio da vida social, repertoriar e classificar as atividades discursivas, fundamentando-se em critérios rigorosos. E, por fim, devem categorizar os tipos de unidades com as quais trabalham, unidades construídas em função das restrições e dos objetivos da pesquisa sobre o discurso. Dentro das unidades mais comumente utilizadas pelos analistas estão as unidades *tópicas* e as *não tópicas*, pontos-chave para o desenvolvimento desta pesquisa.

As unidades tópicas, ainda seguindo as postulações de Maingueneau (2015), articulam-se em torno da categoria de *gênero de discurso*, entendido como instituição de fala, dispositivo de comunicação sócio-historicamente determinado. No que diz respeito às unidades não tópicas, trabalharemos a formação discursiva e todas as suas implicações, haja vista que o funcionamento discursivo é atravessado por uma falha constitutiva, pois o sentido se constrói no interior de fronteiras, no entanto, mobiliza elementos que estão fora delas. Nesse sentido, a falha constitutiva centra-se a partir da ideia de que o discurso não é um conteúdo fechado, mas um terreno heterogêneo e aberto, que funciona no entremeio e está suscetível à falha e ao equívoco, pois

Se o real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito ao significar, se significa (ORLANDI, 2013, p. 37).

Por isso, na Análise do Discurso os sentidos sempre podem ser outros, mas não qualquer um, tendo em vista que a formulação e a circulação dos efeitos de sentido dependem de como esses sentidos são afetados pela língua e de como se inscrevem na história.

Assim, levando em consideração que o processo de retomada dos dizeres está intrínseco ao sujeito e às práticas discursivas, verificaremos como o provérbio selecionado foi incorporando novos sentidos ainda que mantendo, muitas vezes, a mesma estrutura e/ou palavras. Os textos selecionados pertencem à mídia e, de acordo com a esfera de enunciação, o gênero discursivo, a formação discursiva, entre outros aspectos que sustentam a enunciação, o provérbio “Quem cala consente”, apesar de possuir um sentido mais habitual, é resgatado e trazido à tona sob condições específicas de enunciação, produzindo, conseqüentemente, os (re)significados que detalharemos nas análises. Maingueneau (2013a, p.215-216), ao explicitar o funcionamento do gênero proverbial, comenta

A enunciação proverbial é fundamentalmente polifônica; o enunciador apresenta sua enunciação como uma retomada de inúmeras enunciações anteriores, as de todos os locutores que já proferiram aquele provérbio. Não se trata, porém, de uma citação no sentido habitual do termo. Proferir um provérbio significa fazer com que seja ouvida, por intermédio de sua própria voz, uma outra voz, a da “sabedoria popular”, à qual se atribui a responsabilidade pelo enunciado. O enunciador não explicita a fonte desse enunciado: cabe ao coenunciador identificar o provérbio como tal, apoiando-se, ao mesmo tempo, nas propriedades linguísticas do enunciado e em sua própria memória.

Assim, entender os processos de significação dos discursos é passar a conhecer as próprias práticas discursivas e sociais dos sujeitos, ou seja, é apreender a forma como nos inscrevemos no mundo, significamos e somos significados. Para corroborar essa ideia, Souza-e-Silva (2012, p. 112) afirma

A comunidade discursiva é pensada como grupos inscritos na mesma formação discursiva e em um determinado campo, os quais produzem e administram um certo tipo de discurso. [...] O modo de organização dos homens e de seus discursos são inseparáveis: a enunciação de uma formação discursiva supõe e torna ao mesmo tempo possível o grupo que lhe está associado.

Dessa forma, esperamos que essa pesquisa possa contribuir para os estudos referentes à ciência da linguagem e que, ao focar nos estudos discursivos, possamos despertar novos trabalhos que atendam às necessidades da língua em uso, com o intuito de apreender os sentidos que circulam em nossa sociedade e atravessam todas as relações sociais.

## **2 Problema de pesquisa**

Diante do caráter dinâmico da linguagem e do aspecto movente do discurso e do sentido, visamos compreender como se configuram os processos de (re)significação do provérbio selecionado para compor a tese e também os processos de discursivização e circulação dos sentidos, tendo em vista que a discursivização compreende a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história, pois, para que haja o sentido, é preciso que a língua, sujeita a falhas e equívocos, inscreva-se na história. Outro ponto fundamental é verificar quais procedimentos estão presentes nesses processos e de que forma as unidades tópicas (gêneros de discurso) e não tópicas (formação discursiva e percursos) se entrelaçam nesses funcionamentos. Por fim, no que se refere ao sujeito do discurso, analisaremos o trabalho da memória na retomada dos já-ditos no processo de (re)significação e como se relacionam as posições-sujeito com a ideologia no modo como os (novos) efeitos de sentido são colocados em funcionamento no meio social.

### 3 Objetivos

#### 3.1 Objetivo Geral

- Estudar o processo de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”, e os aspectos envolvidos no processo de enunciação, responsáveis pela produção e circulação dos sentidos.

#### 3.2 Objetivos Específicos

- Percorrer os caminhos metodológicos das unidades tópicas e não tópicas no funcionamento do processo discursivo de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”;
- formular estratégias que comportem trabalhar a identificação/compreensão do sentido, mas, sobretudo, refletir a respeito dos aspectos/processos/percursos que, possivelmente, podem/devem levar ao estabelecimento de um determinado sentido e, mais especificamente, atendendo aos anseios da tese, ao estabelecimento de outros efeitos de sentido possíveis;
- mobilizar as funções das cenas de enunciação no processo de legitimação dos discursos, dentro dos estudos das cenas de enunciação, propostos por Maingueneau;
- analisar o aspecto ideológico e as implicações socioculturais envolvidas no provérbio enunciado e as relações que estabelecem com os sujeitos do discurso.

### 4 Metodologia e seleção do *corpus*

No que diz respeito à metodologia utilizada para tratar dos aspectos enunciativos dos discursos, seguimos a tendência metodológica formal-qualitativa de análise de discurso francesa. O autor Angermuller (2016) salienta alguns traços que

caracterizam a teoria e a prática dessa metodologia discursiva, desenvolvida nos últimos trinta anos.

O primeiro traço destacado pelo autor é a *materialidade da forma*, que possui o foco na materialidade opaca das formas simbólicas, isto é, o pesquisador não busca um sentido original para o objeto de análise, pois o sentido é “[...] um efeito que, no processo de interpretação, surge da interação do material simbólico com o contexto de enunciação” (ANGERMULLER, 2016, p.73). Desse modo, o sentido não se encontra na evidência e não é controlável nos níveis subjetivos, nem inter-subjetivos, tendo em vista que ele está aquém do sentido vivido pelos atores.

O segundo traço estabelece a ruptura epistemológica entre o objeto e a teoria. Assim, a produção do conhecimento científico se constitui como um processo de construção ativa que leva em conta elementos do objeto estudado e os transfere para o discurso analítico como um todo, no entanto preserva as fronteiras entre os dois. Nessa perspectiva adotada para o trabalho, o ponto crucial não é compreender se o saber teórico descreve de forma objetiva o objeto, mas sim apreender de que forma o discurso teórico intervém no objeto estudado e como ele o organiza e o transforma.

O terceiro traço apresentado pelo autor concentra-se na *redução analítica da complexidade*, que consiste em explorar um objeto complexo por meio de seus elementos constitutivos. Nesse sentido, ao invés de tentar reconstruir o conhecimento socialmente construído de ações, a pesquisa em nível discursivo se interessa pelas regras e mecanismos presentes nos processos discursivos (ANGERMULLER, 2016, p. 73-74). E é por tais características que essa metodologia discursiva é suficiente para dar conta do *corpus* selecionado, pois os textos escolhidos para análise não representam uma totalidade discursiva e não visam à atividade significativa de um único indivíduo ou grupo social. O objeto de estudo é constituído de recortes que direcionam a distintas significações e permitem estudar o discurso em variados níveis de enunciação, ou seja, o sentido e os enunciadores se constituem como efeito das práticas linguageiras.

Nesse sentido, o provérbio elencado para compor a pesquisa circula comumente na esfera midiática e a sua enunciação ocorre em espaços heterogêneos, por exemplo, em redes sociais, propagandas institucionais, livros, pensamentos, charges, propagandas promocionais, quadrinhos, entre outros gêneros discursivos. Um dos critérios para a seleção do *corpus* é que o discurso

selecionado resgatasse o provérbio cristalizado socialmente e o apresentasse com um sentido distinto do sentido primeiro (se é que há um sentido primeiro), diante de uma série de fatores que implicam a produção dos discursos.

Dessa forma, estudaremos alguns mecanismos que regulam e promovem essa circulação do sentido, dentre os quais destacamos as unidades tópicas e não tópicas, ressaltando a noção de Formação Discursiva, de Cenas de Enunciação, além de utilizar as ferramentas que a Análise do Discurso nos oferece para estudarmos a significação por meio da materialidade discursiva, também é relevante constatar as implicações socioculturais que a enunciação do provérbio revela, no momento em que é colocado em evidência e, ainda, verificar as transformações ideológicas que ocorreram na sociedade, ao longo dos anos, a respeito dos usos desses saberes cristalizados.

Nesse sentido, apesar de haver uma variedade nos materiais selecionados, principalmente no que se refere às distintas cenas enunciativas dos gêneros selecionados, essa heterogeneidade não afeta, de modo negativo, a compreensão e produção dos sentidos. Na realidade, esse recorte de variados gêneros presentes na esfera midiática contribui para apreendermos como sentidos e sujeitos se constituem por meio de diversas práticas languageiras, evidenciando, assim, o caráter dinâmico da linguagem.

A escolha pelo gênero proverbial deve-se ao fato de ser um gênero diretamente ligado ao *thesaurus* de uma sociedade e, conseqüentemente, às práticas discursivas e sociais dos sujeitos, isto é, ao estudarmos os provérbios, priorizamos a linguagem em pleno funcionamento. A seleção dos textos que apresentam o provérbio “Quem cala consente” foi feita por mecanismos de buscas na *internet*, em redes sociais e em variados gêneros que, de alguma forma, resgatam o referido saber cristalizado e, por meio de funcionamentos específicos, promovem variados efeitos de sentido, inclusive, o efeito de (re)significação.

Após a análise do *corpus* constituído pelo provérbio (re)significado, visamos não só à identificação dos aspectos apresentados no embasamento teórico, mas também à construção de uma trajetória metodológica que possibilite o cumprimento dos objetivos propostos, além de explicitar a relevância de se trabalhar com essa abordagem discursiva em torno dos gêneros discursivos, inclusive do gênero proverbial. Após as análises, a tese seguirá para seu fechamento com as Considerações Finais (momento em que serão apresentadas algumas conclusões

acerca, principalmente, do processo de (re)significação do provérbio) e as Referências.

## **5 Organização do trabalho**

Focalizaremos, a seguir, a descrição dos capítulos que compõem a tese a fim de proporcionar uma visualização de como a pesquisa está dividida e fundamentada.

### **CAPÍTULO 1 – A Análise do Discurso**

Uma das questões primordiais para a Análise do Discurso é a compreensão dos processos que levam à constituição dos sentidos e não o próprio sentido em si. Para tanto, os estudos do discurso salientam questões imbricadas entre língua, sujeito e história, pois, numa relação de complementaridade, elas são responsáveis pela própria constituição dos sujeitos e dos sentidos.

A Análise do Discurso configura-se como uma “antidisciplina”, uma “desdisciplina” que, de acordo com Orlandi (2012), coloca questões da linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga. Nesse sentido, os gestos de interpretação buscam compreender a forma como o sentido se materializa de uma determinada forma e não de outra, priorizando, sempre, a relação entre o discurso e a ideologia. Para Orlandi (2013, p.17), “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. Sendo assim, ser sujeito na cadeia dos sentidos é estar sujeito à língua e à história, isto é, é estar ideologicamente interpelado e, por isso, o aspecto sócio-histórico não deve ser desvinculado.

Dessa forma, o respaldo da Análise do Discurso auxiliará na apreensão dos sentidos e dos sujeitos envolvidos no momento do dizer dos enunciados selecionados, além de possibilitar a compreensão do funcionamento discursivo dos provérbios, pois, ao dizer, o sujeito significa, constituindo-se tanto pela linguagem quanto pela sua relação com o mundo e com a história.

De forma geral, a fundamentação desse capítulo baseou-se em autores como: Foucault (1999, 2008), que fundamenta os seus estudos a partir de uma

perspectiva histórica; Pêcheux (2011, 2010, 1997, 1996), cujos estudos advêm de uma teoria materialista; Maingueneau (2015, 2014, 2013a, 2013b 2011, 2010, 2008a, 2008b, 2005, 1997), que possui o foco voltado à enunciação; Courtine (2014), que explora a perspectiva da história cultural; Charaudeau (2010 e 2016), no campo da Semiologia; e Orlandi (2013, 2012, 2011, 2009, 2007, 2005, 1984, 1983), a qual resgata vários fundamentos desenvolvidos por Pêcheux e trabalha com a noção de recortes à luz do materialismo histórico. Cada uma dessas abordagens possui as suas especificidades e diferenças, no entanto não são contraditórias e, por isso, são capazes de proporcionar um espaço extremamente fértil para podermos apreender os diversos funcionamentos discursivos presentes em nossa sociedade.

### **1.1 Breve panorama histórico do desenvolvimento da Análise do Discurso de orientação francesa**

Nesse tópico, elaboramos um panorama do desenvolvimento da Análise do Discurso, desde o seu surgimento até as suas inquietações mais recentes, contemplando os autores renomados desse campo teórico.

### **1.2 Procedimentos da Análise do Discurso de orientação francesa**

O aporte teórico da AD fornece variados dispositivos que possibilitam compreender o funcionamento discursivo e as suas implicações sociais sob diferentes perspectivas. Em uma relação de complementaridade, os procedimentos dessa disciplina respaldam os estudos dos processos de significação e de constituição dos sentidos e dos sujeitos, a partir de um olhar discursivo da linguagem.

### **1.3 Discurso e ideologia**

Nesse tópico, apresentaremos a noção de ideologia, considerando sua relação com a linguagem, pois entendemos que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Dessa forma, a ideologia é fundante enquanto aspecto

constitutivo do sujeito e está presente em cada tomada de palavra, uma vez que, ao falar, o sujeito revela determinados posicionamentos. Assim, mantendo o foco na ideologia como algo que se revela no próprio cotidiano e que orienta as ações dos sujeitos, consideramos que ela é responsável pela manutenção das relações interpessoais e da própria vida em sociedade, de modo geral.

## **CAPÍTULO 2 – Unidades tópicas e não tópicas: teoria, métodos e aplicações práticas**

Nesse capítulo, trabalharemos as unidades tópicas e não tópicas, tomando-as como ponto de partida fundamental para compreender o processo de (re)significação do provérbio “Quem cala consente” e apreender a forma como os sentidos são colocados em circulação no jogo discursivo. Para tanto, contaremos com os estudos de Dominique Maingueneau (2008a, 2008b, 2011 e 2015) a respeito desse tema, haja vista que o método de análise proposto contempla tanto os gêneros dos discursos e suas configurações dentro do campo discursivo quanto a noção de formação discursiva, que é essencial para a constituição dos sentidos. Para Maingueneau (2015), o discurso sempre é passível de categorizações e a distinção entre os tipos de categorizações encontra-se justamente nas: a) unidades tópicas, que são os gêneros, tipos e campos de discurso; as esferas e lugares de atividades; a valência genérica, a qual pode ser interna ou externa; e, por fim, os tipos de locutores, os quais podem ser coletivos ou individuais; e nas b) unidades não tópicas, construídas pelo analista com base nas unidades tópicas, tendo em vista que apenas as unidades tópicas não são suficientes para tratar da complexidade do discurso em funcionamento. As unidades não tópicas retratadas pelo autor são constituídas pelas formações discursivas, pelos percursos e registros. Tais aspectos mencionados serão detalhados no aporte teórico e os seus funcionamentos explicitados nas análises.

Nesse capítulo, também discorreremos sobre a noção-conceito de Formação Discursiva, focando suas especificidades e desdobramentos, dentro do campo teórico da Análise do Discurso. Baronas, em seu artigo “Formação Discursiva: vale a pena lutar por ela” (2005), comenta a sistematização do conceito e, inclusive, assevera que essa noção tem a paternidade partilhada entre Pêcheux e Foucault, pois esses dois estudiosos foram os primeiros a estudá-la. Depois, no início dos

anos 1980, o conceito de formação discursiva é abandonado, na França. Alguns dos motivos que levaram a essa renúncia foi a ruptura com o estruturalismo e o avanço de uma metodologia discursiva de análise pós-estruturalista que, de acordo com Angermuller (2016, p. 12),

[...] considera a produção de sentidos como uma prática discursiva que consiste em se posicionar sobre si mesmo e sobre os outros, utilizando os textos. Assim, o discurso se apresenta como um terreno dinâmico de perspectivas proteiformes e de vozes imbricadas no qual os participantes do discurso são confrontados à difícil tarefa de definir o seu lugar no discurso intelectual. Contra a visão estruturalista de um grande discurso visto do alto, nós nos concentramos sobre pequenas passagens textuais e descortinamos o jogo polifônico complexo das vozes colocadas em cena pelos enunciados do discurso.

Assim, a noção imbricou-se diante de várias questões teóricas e metodológicas e foi alvo de polêmicas, principalmente, no que diz respeito à sua delimitação enquanto um conjunto de regras homogêneo e fechado. Diante dos avanços metodológicos pós-estruturalistas, o conceito de formação discursiva foi confrontado aos problemas relacionados à heterogeneidade discursiva, tendo em vista que os discursos podem ser divididos em regiões que não possuem fronteiras estáveis ou acabadas. Nesse sentido, Angermuller (2016, p. 32) fundamenta que “(...) o discurso não é considerado como um conteúdo fechado, mas como um terreno discursivo aberto, no qual vemos irromper suas fronteiras interdiscursivas, suas falhas e suas rupturas interiores”. Portanto, ao nos determos sobre a heterogeneidade enunciativa, elencamos alguns estudiosos contemporâneos que nos auxiliam a compreender o seu funcionamento discursivo, como por exemplo, Maingueneau (2008a, 2008b, 2011, 2015), Courtine (2014), Orlandi (2013, 2012, 2011), Baronas (2005, 2011), Branca-Rosoff (2011) e Angermuller (2016).

Desse modo, a partir de uma reflexão do conceito de formação discursiva, levamos em consideração, de um lado, as suas próprias características fundantes e, de outro, o seu caráter heterogêneo, essencial no processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos. Portanto, ao transcendermos as abordagens estruturalistas, os aspectos responsáveis pela enunciação são colocados em evidência, tendo em vista que o objetivo não é relacionar um exterior à língua a um interior, corroborando,

assim, a ideia de que a enunciação é construída no entremeio e as formações discursivas estão sempre em movimento, deslocando-se em função dos embates ideológicos. Com efeito, o posicionamento subjetivo-ideológico, os aspectos sócio-históricos e ideológicos, também atuam no processo enunciativo e são responsáveis pela constituição dos possíveis efeitos de sentido dos discursos. Ressaltamos, ainda, a relação entre a formação discursiva e os gêneros discursivos, pois, além do posicionamento ideológico, os próprios elementos constitutivos do gênero possibilitam, de certa forma, interpretarmos o sujeito.

### **CAPÍTULO 3 – As especificidades dos gêneros discursivos e o funcionamento do gênero proverbial**

Os provérbios possuem uma estrutura simples e, geralmente, são compostos por frases curtas. Sua origem vem desde a Antiguidade e são repassados de geração em geração, são ditos populares que transmitem conhecimentos comuns sobre vários aspectos do cotidiano. Os provérbios estão diretamente ligados à cultura de um povo, pois os saberes cristalizados são transmitidos ao serem enunciados e, conseqüentemente, acabam revelando muito mais do que dizem, como a ideologia intrínseca, o posicionamento de quem diz, para quem diz, de que forma diz, e tudo isso é sobredeterminado historicamente. Nesse sentido, esse capítulo contou com um breve histórico dos provérbios, a revisão teórica de alguns autores e, em seguida, estudos a respeito do funcionamento discursivo dos provérbios na sociedade.

A língua vai mudando no decorrer dos anos de acordo com as necessidades de seus usuários, como forma de se adaptarem à evolução e, assim, continuar progredindo. Dessa forma, os sentidos também não são estáticos, eles são os frutos da linguagem em uso, por isso, em determinado momento sócio-histórico, há a circulação de novos sentidos, tendo em vista que os sentidos que são produzidos e passíveis de serem captados estão presos às condições de produção. Só podemos dizer da forma que dizemos e não de outra porque somos interpelados pela língua, pela história e pela ideologia, e só apreendemos os sentidos da forma que apreendemos, porque tais aspectos já fazem parte de nossa constituição.

Focando, sempre, nos objetivos propostos para essa pesquisa, estudamos como o provérbio “Quem cala consente” funciona na sociedade, o que ele implica ao

ser enunciado e, mais especificamente, como a sua relação com a FD e com as cenas de enunciação atua na constituição dos sujeitos e dos novos sentidos.

#### **CAPÍTULO 4 – Análise do *corpus***

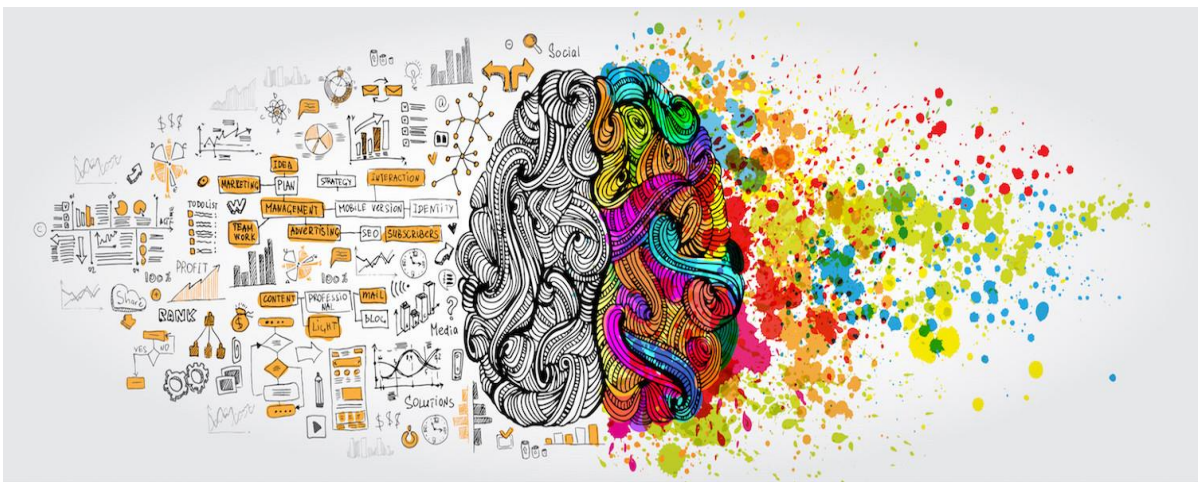
Esse Capítulo contou com as análises dos discursos selecionados e, com base nos apontamentos teóricos, foi possível verificarmos como ocorre o processo de (re)significação do provérbio selecionado, além de explicitarmos os procedimentos metodológicos envolvidos nesse fenômeno.

A seleção do *corpus* foi motivada pela busca por enunciados que resgatassem o provérbio “Quem cala consente”, tanto em sua estrutura original, como em sua apresentação modificada, a fim de verificar os diferentes efeitos de sentido, nos distintos modos de enunciação e circulação. Dessa forma, a seleção do material foi realizada por meio de sites de busca, por exemplo, o Google, em acervos de propagandas e em redes sociais; e, após a seleção dos materiais que apresentassem o uso do referido provérbio, traçamos um panorama em torno dos possíveis efeitos sentidos revelados em cada enunciação, de acordo com cada cenografia específica que promoveu o *corpus*, focando, principalmente, nas unidades tópicas e não tópicas como dispositivo para a apreensão do efeito de (re)significação e de constituição dos sentidos.

Por fim, direcionamos a nossa pesquisa para as Considerações Finais, a fim de refletir sobre os processos da pesquisa e seus resultados.

# CAPÍTULO 1

## A ANÁLISE DO DISCURSO



*“A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível” (ORLANDI, 2013, p. 52).*

## 1.1 Breve panorama histórico do desenvolvimento da Análise do Discurso de orientação francesa

Neste item, apresentaremos um breve panorama da maneira como as pesquisas discursivas tomaram forma dentro do campo da linguagem, haja vista que os estudos em torno da língua sempre estiveram presentes na sociedade e, mais do que isso, eles significam o mundo desde a Antiguidade. Desse modo, o interesse pelas pesquisas em torno da linguagem busca apreender o desenvolvimento do homem, pois é a partir dela que se compreende o universo da interação humana ao longo da história.

Petter (2002), em seu artigo denominado “Linguagem, língua, linguística”, apresenta uma breve trajetória da história da linguagem. As primeiras investigações a respeito da língua foram registradas no século IV a.C., devido a motivações religiosas, levando os hindus a pesquisar a língua, a fim de preservar a autenticidade dos textos sagrados para que não sofressem modificações ao serem proferidos em cerimônias religiosas. Já os gregos tinham como prioridade definir as relações entre o conceito e a palavra que o designa, fato que fica evidente no diálogo *Crátilo* de Platão.

Ainda na Antiguidade, Aristóteles começou a definir os fundamentos da linguagem, apresentando uma análise da estrutura linguística, além de elaborar uma teoria da frase, passando a distinguir as partes do discurso e a enumerar as categorias gramaticais. De acordo com Guimarães (2001), a gramática instalou-se como um centro no domínio dos estudos da linguagem, funcionando como um modo de regular a língua. Para o autor,

A gramática pode ser considerada como elemento de uma das primeiras evoluções tecnológicas da história do homem. A gramática constitui-se na história como uma instrumentação das línguas que, enquanto arte (no sentido latino) ou técnica (no sentido grego), apresenta-se como um modo de ensinar a ler e a escrever corretamente. Ou seja, a gramática instala, como central, no domínio dos estudos da linguagem, a qualidade da correção. Qualidade que toma várias feições no decorrer da história e permanece, ainda hoje, como um modo de regular as línguas [...] (GUIMARÃES, 2001, n.p).

Na Idade Média, segundo os *modistas*, a estrutura gramatical era única e

universal; para eles, as regras da gramática eram independentes da língua em que se realizavam. Nos séculos XVII e XVIII, as antigas preocupações continuavam em foco e, em 1660, foi elaborada a *Grámatica de Port Royal*, por Claude Lancelot e Antoine Arnaud; fundamentada na razão, considerava a linguagem a imagem do pensamento, sendo assim, os seus princípios de análise não se pretendiam apenas a uma única língua, mas a toda e qualquer língua.

No século XIX, aumentou o interesse pelas línguas vivas, ao invés de um estudo mais abstrato da linguagem, objetivo do século anterior. Nesse período, foi desenvolvido o método histórico, representado pelas gramáticas comparadas e pela linguística histórica. Em 1816, Franz Bopp, com sua obra sobre a conjugação do sânscrito, comparado ao grego, ao latim, ao persa e ao germânico, tornou-se um dos nomes mais significativos da época e seu trabalho evidenciava o surgimento da linguística histórica. A partir dessa época e das novas perspectivas sobre a linguagem, formaram-se as bases para o pensamento linguístico contemporâneo. No início do século XX, com os estudos de Ferdinand Saussure, professor da Universidade de Genebra, a linguística passou a ser reconhecida como ciência. E o grande marco desse período foi a publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, obra publicada por alunos de Saussure, a partir de anotações feitas em aula (PETTER, 2002).

Saussure foi essencial para o desenvolvimento dos estudos da linguagem, pois as suas ideias foram imprescindíveis para ampliar as discussões teóricas da área. De acordo com Souza (2006), a linguística contemporânea parte das ideias de Saussure ou vai contra elas no que diz respeito aos debates instaurados dentro do campo da linguagem. Uma das maiores contribuições de Saussure foi o desenvolvimento da dicotomia língua/fala, diferenciação que permitiu a definição do objeto da linguística, pois

Segundo a teoria saussuriana, a língua é o conjunto de signos que serve de meio de compreensão entre os membros de uma mesma comunidade lingüística, enquanto a fala é o uso que cada membro dessa comunidade lingüística faz da língua para poder se fazer compreender (SOUZA, 2006, p. 25).

A partir desse ponto, Saussure definiu a língua como objeto da linguística, considerando-a superior à fala e fato social, afirmando que ela é independente do

indivíduo; enquanto a fala é secundária e tem por objetivo a parte individual da linguagem; no entanto, Saussure reconhece a interdependência entre a língua e a fala.

Essa separação dicotômica, por um lado, teve a sua importância histórica no estabelecimento da linguística enquanto ciência, mas, por outro lado, houve críticas em relação a essa separação. Para Jakobson (2003), a linguística deveria se pautar em todos os aspectos da linguagem e não apenas em aspectos isolados, ampliando, assim, os postulados de Saussure. Jakobson contribuiu para o surgimento do estruturalismo e, dentro dessa vertente, ele focava no aspecto comunicativo da linguagem. O autor desenvolveu a teoria das seis funções da linguagem: função referencial, função emotiva, função conativa, função fática, função poética e, por fim, a função metalinguística. A teoria desenvolvida por Jakobson sofreu muitas críticas pelo fato de ele reduzir a linguagem a uma estrutura de códigos e mensagens pré-estabelecidas, tendo em vista que a interação não é algo pré-definido, mas vai se constituindo no processo, ou seja, para que os sentidos aconteçam são necessários espaços para os “equivocos” e “falhas” da língua. Os conceitos de Jakobson tiveram o seu marco para os estudos discursivos por ele ter instaurado a comunicação como objeto científico.

Dada a complexidade e a ampliação das funções da linguagem, a partir da questão da subjetividade da/na língua, vários foram os olhares lançados sobre a linguagem, a fim de ampliar o seu campo de discussão. No que diz respeito à crítica feita por Mikhail Bakhtin<sup>2</sup> às teorias de Saussure, o autor russo apontou a impossibilidade de se separar os estudos da língua e da fala, pois as produções de linguagem não existem fora de sua história, tampouco a fala poderia ser considerada um produto individual. O ponto alto das críticas de Bakhtin ao formalismo

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que há dois problemas em relação à questão da autoria em Bakhtin, o primeiro refere-se às obras que lhes são atribuídas, mas foram publicadas com o nome de outros autores; e a segunda problemática paira em torno dos textos que vieram à tona após a sua morte. As obras *O discurso na vida e o discurso na arte* (1926), *O freudismo: um esboço crítico* (1927) e *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929) são atribuídas à Bakhtin, porém circulam tendo como autor V. N. Voloshinov; e *O método formal nos estudos literários*, que é apresentado com a autoria de P. N. Medvedev. Segundo alguns estudiosos, o problema de autoria justifica-se por razões políticas e, por isso, Bakhtin não publicou as obras com seu nome. No entanto, pesquisadores das obras bakhtinianas dividem-se em três posicionamentos: 1) os que consideram Bakhtin autor de todas as obras que Ivanov lhe atribuiu; 2) os que consideram apenas as obras que Bakhtin publicou com seu nome, ou as que foram encontradas em seu arquivo; 3) os que não consideram resolvida essa questão de autoria e atribuem as obras aos dois autores, como por exemplo, *Marxismo e filosofia da linguagem*, que se pode considerar Bakhtin e Voloshinov como autores (FIORIN, 2016, p. 14-15). O posicionamento adotado no desenvolvimento desse trabalho considera Bakhtin como o autor das obras.

aconteceram no momento da publicação da obra *O método formal nos estudos literários*, em 1928. Para Bakhtin, cada enunciado configura-se como um ato social e um evento histórico. A crítica girava em torno, justamente, de o formalismo não considerar o efeito do histórico sobre a linguagem (SOUZA, 2006).

Bakhtin apresenta uma nova forma de considerar a linguagem, diferentemente dos métodos já existentes até o momento. Em sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, publicada em 1929-1930, Bakhtin delimitou o objeto da filosofia da linguagem como um objeto interdisciplinar. Para ele, além dos aspectos físico, fisiológico e psicológico, também deveria ser levado em consideração a inserção do sujeito da língua no meio social. Assim, Bakhtin passou a contemplar o contexto como aspecto constituinte na produção dos sentidos e, dessa forma, as condições de produção como elementos fundantes da língua. Para o autor, o enunciado é a própria língua e, quando esse enunciado é colocado em circulação, sob as condições de produção que o determinam, tem-se a enunciação (SOUZA, 2006).

Portanto, as novas perspectivas de analisar a linguagem passaram a privilegiar os aspectos exteriores à língua, como o contexto de produção, a sociedade, a história, dentre outros. Seguindo por esse percurso, Benveniste agrega a noção de subjetividade como ferramenta de análise para a linguística e se destaca no âmbito dos estudos enunciativos, nos quais se passou a priorizar as marcas do sujeito no enunciado. A grande contribuição de Benveniste foi considerar a enunciação como aspecto fundamental no processo de apropriação da língua, tendo em vista que “[...] antes da enunciação, a língua é senão possibilidade de língua” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Nesse sentido, o exterior é constitutivo da linguagem e a língua pauta-se no princípio da contradição, considerando-se que o sujeito se constrói por meio da linguagem e é a partir dela que a sua identidade passa a ser significada do ponto de vista discursivo. De acordo com Benveniste (1989, p. 84),

[...] a língua é uma realidade que somente se estabelece no ato enunciativo, quando expressa sua relação com o mundo. Dessa forma, a realidade deixa de estar fora da linguagem para se incorporar à enunciação, passando a construção de sentido pela noção de sujeito [...].

Assim, vários são os desdobramentos no modo em como lançar o olhar sobre

a linguagem, atentando-se não somente à língua, mas também às implicações sociais, culturais, ideológicas, entre outros elementos, tomando-os como espaços de construção do conhecimento. Atualmente, tem-se priorizado a linguagem em seu pleno funcionamento, ou seja, a língua é focalizada em situações reais de comunicação, bem como as suas relações com os sujeitos contituíntes do jogo discursivo, pois pensar a língua em funcionamento significa pensá-la em uma ordem que lhe é própria.

Desse modo, a Análise do Discurso configura-se como uma disciplina de entremeio, resultante da influência e do deslocamento de várias disciplinas diferentes, como a linguística, a sociologia, a psicologia, a filosofia, a antropologia, a história, entre outras, a fim de constituir um espaço de pesquisa no qual é preciso pesquisar atentamente o material simbólico para apreender como a enunciação se constitui e se manifesta no meio social. A Análise do Discurso não se fundamenta na interpretação de textos, mas explora os limites e os mecanismos dos gestos de interpretação, como partes fundamentais dos processos de significação. Essa disciplina não busca um sentido verdadeiro para os textos, levando em consideração que, para a Análise do Discurso, esse sentido completo e acabado não existe. O que existe é a construção de um dispositivo teórico e analítico que capacite o analista a compreender os efeitos de sentido, por meio de distintos processos discursivos, os quais são construídos a partir da interação do material simbólico com os contextos de enunciação.

Em geral, é difícil traçar um panorama do percurso histórico da Análise do Discurso, principalmente, porque não há como delimitar, de modo exato, as fronteiras desse campo do saber. Maingueneau (2015, p. 15) justifica que a Análise do Discurso constitui "(...) um espaço de pesquisa fervilhante e que não pode ser remetido a um lugar de emergência exato". De acordo com o autor, o papel fundador dessa teoria é frequentemente atribuído a pensadores como E. Goffman, L. Wittgenstein, M. Foucault ou M. Bakhtin, os quais contribuíram, de fato, para o seu desenvolvimento, no entanto, suas metodologias abrangem apenas uma parte desse vasto campo de pesquisa e, conforme Maingueneau (2015) aponta, nenhum desses autores recortou um território que delimitasse o quadro atual da Análise do Discurso. Dessa forma, só é possível traçar uma história quase linear do desenvolvimento de tal teoria, se ela for restringida a determinadas correntes.

Em 1952, o linguista distribucionalista Zellig S. Harris, em seu artigo

Discourse Analysis, introduziu o termo “análise do discurso”, mas como Harris trabalhava em uma perspectiva estruturalista, o seu objetivo era analisar a estrutura dos textos. Ele também pretendia relacionar as regularidades textuais (consideradas fenômenos de ordem social) aos textos, projetando, assim, uma análise imanente do texto, a fim de relacionar os elementos textuais a uma realidade sócio-histórica exterior a ele. Nesse sentido, as abordagens de Harris estavam muito longe das atuais problemáticas do discurso, particularmente, no que se refere à concepção de que existe uma oposição entre o interior e o exterior dos textos (MAINGUENEAU, 2015).

Maingueneau (2015) explica que as problemáticas atuais do discurso surgiram nos anos 1960, nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França. A partir de 1980, foi constituindo-se um espaço de pesquisa consolidado em nível mundial, que integrou diversas correntes teóricas desenvolvidas independentemente em disciplinas e países diferentes. O grande marco dessa evolução e integração dos estudos do discurso foi a publicação da obra coletiva *Handbook of Discourse Analysis*, em 1986, por T. Van Dijk, a qual reunia variados trabalhos sobre o discurso, de distintos lugares do mundo. Dessa forma, assim como ocorre na Análise do Discurso pós-estruturalista, a publicação de T. Van Dijk participou da globalização de um saber teórico. Na realidade, os estudos do discurso não pretendiam construir um projeto unificado, tendo em vista que, por exemplo, nos Estados Unidos, essa construção teórica contou com a participação de várias correntes teóricas. O ponto fundamental é que embora cada corrente teórica possuísse as suas especificidades e divergências, todas elas compartilharam um mesmo espaço de pesquisa, o que possibilitou uma reflexão mais ampla do discurso (MAINGUENEAU, 2015).

A França foi um dos principais polos de desenvolvimento da Análise do Discurso, cujo marco inicial foi em 1969, com a publicação da Revista *Langages*, V. 13, a qual dedicou a sua edição ao novo campo de estudos que estava surgindo naquela época. No mesmo ano, Michel Pêcheux publicou o livro denominado *Análise automática do Discurso*, publicação considerada fundamental para a teoria da Análise do Discurso de orientação francesa. A obra de Pêcheux é ancorada em três regiões de domínio do saber: na releitura do marxismo feita por Althusser, na releitura da psicanálise feita por Lacan e, por fim, na releitura da linguística estrutural, advinda dos postulados de Saussure. Desse modo, conforme menciona Maingueneau (2015), a amplitude da Análise do Discurso comporta uma proposta de

se pesquisar a língua de forma mais abrangente, justamente, por mobilizar variadas áreas do saber. Assim, com o auxílio da linguística, pode-se estudar textos de inúmeros gêneros discursivos, a fim de compreender as relações histórico-sociais de produção dos discursos.

Para se chegar ao modelo de análise desenvolvido atualmente, essa teoria passou por vários aperfeiçoamentos e, de acordo com Pêcheux, pode-se delimitar três épocas de seu desenvolvimento, nas quais as inquietações que surgiam eram colocadas em evidência a fim de se construir um espaço de análise o mais completo possível. Na primeira época da Análise do Discurso (AD-1), o processo de produção discursiva era concebido como uma máquina estrutural autodeterminada e fechada em si mesma. Os sujeitos acreditavam que utilizavam os discursos quando, na realidade, eram os seus suportes. Outra posição teórica defendida dentro dessa vertente é a ideia de uma língua natural como constituinte de uma base invariante sobre a qual há uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos justapostos. De acordo com Gadet e Hak,

AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as “máquinas” discursivas constituem unidades justapostas. A existência do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo*.

- O outro da alteridade discursiva “empírica” é reduzido seja ao *mesmo*, seja ao resíduo, pois ele é o fundamento combinatório da identidade de um mesmo processo discursivo.

- O outro da alteridade “estrutural” só é, de fato, uma *diferença incomensurável* entre “máquinas” (cada uma idêntica a si mesma e fechada sobre si mesma), quer dizer, uma diferença entre mesmos (GADET, HAK, 2010, p. 309).

O segundo período da Análise do Discurso (AD-2) configura-se a partir da justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual. Nessa época, o objeto de reflexão da AD-2 resulta do olhar nas relações entre as máquinas discursivas, há relações de forças desiguais entre processos discursivos, pois a noção de *formação discursiva* (FD), retomada e ressignificada a partir de Michel Foucault, começa a desconstruir a noção de máquina estrutural fechada, tendo em vista que a FD está em uma relação contraditória com o seu “exterior”, isto é, a FD não pode ser considerada um espaço estrutural fechado em si

mesmo, pois ela é fundamentalmente construída por elementos que vêm de outro lugar, de outras formações discursivas, sob a forma de pré-construídos e discursos transversos.

A noção de *interdiscurso* é introduzida a fim de delimitar a fronteira entre uma FD e outra, no entanto o fechamento da maquinaria discursiva é mantido, ao mesmo tempo em que passa a ser significado como o resultado de uma relação paradoxal de um “além” exterior e anterior (a noção de pré-construído). De acordo com Pêcheux, simultaneamente à relação desigual entre a FD e o seu exterior, há uma outra problemática que irrompe nesse período, o dever de

[...] se descobrir os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambiguidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica “estratégicas”, no horizonte desta problemática aparece a ideia de uma espécie de violação discursiva que afeta dentro de uma FD as sequências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar por qual FD elas são engendradas (PÊCHEUX, 2010, p. 310)<sup>3</sup>.

Assim, essa noção de alteridade na constituição da identidade discursiva coloca em xeque a própria ideia de maquinaria discursiva estrutural. A AD-2 apresenta poucas inovações do ponto de vista dos procedimentos e o seu deslocamento acontece apenas em nível da construção do *corpus*, o que permite trabalhar as relações internas desiguais.

O período da terceira época da Análise do Discurso (AD-3) é marcado pela emergência de novos procedimentos, por meio das desconstruções das maquinarias discursivas. Um dos pontos fundamentais que irrompe nessa nova perspectiva é o estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e dos pontos de vista e dos lugares enunciativos no fio intradiscursivo. Nesse sentido, a noção de heterogeneidade enunciativa é colocada em evidência, a fim de tematizar, diante do discurso, as formas linguístico-discursivas do *discurso-outro*. Pêcheux (2010, p. 313) explicita essa tematização

- discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso

---

<sup>3</sup> A citação foi retirada do artigo “A análise de discurso: três épocas (1983)”, de Michel Pêcheux, traduzido por Jonas de A. Romualdo e publicado no livro *Por uma análise automática do discurso*, de Françoise Gadet e Tony Hak, em 2010.

do sujeito se colocando em cena como um outro (cf. as diferentes formas da “heterogeneidade mostrada”);

- mas também, e sobretudo, a insistência de um “além” interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do “ego-eu”, enunciador estratégico que coloca em cena “sua” sequência, *estruturar* esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o “ego-eu” se instala) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa para o outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa).

Essas três épocas de desenvolvimento da Análise do Discurso apresentadas por Pêcheux não são épocas estanques e independentes, como se uma rompesse com a outra. Na realidade, a divisão retrata momentos de reelaborações teóricas dentro da disciplina e cada época evidencia determinados conflitos e procedimentos, em maior ou menor destaque. Esses momentos propiciaram a abertura de um espaço para a (re)construção de muitas formas de se pensar os processos de significação dos discursos e a sua relação com os sujeitos. Assim, a ideia de um processo fechado e estrutural sai de foco e surgem muitos outros questionamentos, por exemplo, questões relacionadas ao sujeito e à forma como o *Eu* e o *Outro* se relacionam, constituem-se e se inscrevem na história, por meio da linguagem. Outro ponto de abertura para se verificar novos gestos de interpretação diz respeito às metodologias de análises que podem ser empregadas diante de uma perspectiva materialista, fundamentada na conjunção entre linguagem, ideologia e sujeito.

Nos novos caminhos trilhados pela Análise do Discurso, a materialidade discursiva torna-se o principal objeto de reflexões, caracterizadas e fundamentadas em uma perspectiva multidisciplinar, na qual se mobilizam vários campos do saber, tanto para se realizar os gestos de interpretação quanto para se apreender os sentidos materializados nos discursos. Após o período de fundação, a Análise do Discurso de orientação francesa vai mesclar as contribuições de seus conceitos fundadores e das problemáticas iniciais e, de acordo com Maingueneau (2015, p. 20), “[...] vai abrir-se a conceitos advindos das correntes pragmáticas, das teorias de enunciação, da linguística textual para abordar *corpora* diversificados”. Nessa sequência, podemos destacar os trabalhos de Patrick Charaudeau sobre as mídias, os de Sophie Moirand sobre o discurso científico e a imprensa escrita, as pesquisas de Dominique Maingueneau sobre o discurso religioso e literário, além dos estudos desenvolvidos no Brasil, por Eni Orlandi. Todos esses trabalhos citados apoiam-se

em teorias da enunciação linguística e dispensam um papel central à noção de gêneros do discurso.

Assim, na possibilidade do deslocamento, estão as possibilidades de práticas da Análise do Discurso no Brasil, configurando, atualmente, os desdobramentos praticados aqui, os quais advêm de uma Análise do Discurso francesa e possuem como responsáveis por essa deriva, os trabalhos fundadores de Eni Orlandi e do grupo de estudos de AD da UNICAMP. Nesse sentido, a Análise do Discurso, no Brasil, apresenta reconfigurações conjunturais pós-Pêcheux; desenvolveu-se uma disciplina que possui uma relação de filiação à Michel Pêcheux, no entanto, diferente da teoria que se desenvolveu na França. Essa diferença fundamenta-se, essencialmente, no processo de (des)territorialização da teoria francesa. Em sua tese de doutorado, defendida em 2014, Machado Teixeira explica que os sentidos de tempo e espaço distintos, nos quais estão presentes o trabalho da memória e do atravessamento sócio-histórico, resultam em uma teoria singular, deixando de ser uma teoria estrangeira para ser compreendida e consolidada como uma teoria que trilha caminhos próprios, no Brasil. Ainda, de acordo com a autora, a Análise do Discurso foi absorvendo para si uma configuração geográfica e teórica próprias, pois as relações sociais, políticas e ideológicas praticadas aqui constituem as especificidades discursivas de um campo teórico-institucional para a Análise do Discurso no Brasil.

## **1.2 Procedimentos da Análise do Discurso de orientação francesa**

A teoria da Análise do Discurso tem a sua atenção voltada ao próprio discurso. Em uma relação de complementaridade, os procedimentos da Análise do Discurso oferecem ferramentas para estudarmos os processos de significação e de constituição dos sujeitos e dos sentidos a partir de um olhar discursivo sobre a linguagem. Assim, o discurso é apreendido como um objeto de pesquisa altamente complexo e que implica uma exterioridade à língua. O discurso é a relação entre o linguístico e o extralinguístico que liga os processos de significação às condições sócio-históricas de possibilidade dos sentidos. Logo, é no ponto de articulação entre os fenômenos linguísticos e os processos ideológicos que se configura o discurso. De acordo com Brandão (2012a), a linguagem enquanto discurso é interação, é um produto social nada neutro, nem inocente, muito menos natural, configurando-se,

assim, como um lugar privilegiado de manifestação da ideologia. De acordo com o posicionamento assumido pela Análise do Discurso, compreende-se o discurso como o elemento mediador entre o homem e a sua realidade, tendo em vista que a linguagem é o lugar de conflito, de confronto ideológico e, dessa forma, o seu estudo não pode estar desvinculado das condições de produção (BRANDÃO, 2012a).

Ao considerarmos a noção de discurso dentro do campo teórico da Análise do Discurso, há uma ampliação do esquema elementar de comunicação desenvolvido por Jakobson (2003), o qual era constituído por emissor, receptor, código, referente e mensagem. Tínhamos, então, um emissor que transmitia uma informação (mensagem) ao receptor, e essa mensagem era formulada em um código que se referia a algum elemento da realidade, denominado referente. Na Análise do Discurso, não se trata apenas da transmissão de informações, tampouco os elementos da comunicação estão separados como se houvesse uma fronteira entre eles, pois, na realidade, o processo de significação ocorre de forma concomitante entre todos os elementos que atuam na produção dos efeitos de sentido entre os interlocutores. E é justamente a partir da inter-relação entre os elementos discursivos que se constitui a ideia de que o funcionamento da linguagem relaciona os sujeitos e sentidos, os quais, por sua vez, são afetados pela língua e pela história, em processos complexos que envolvem a identificação do sujeito, a argumentação, a subjetivação, a construção da realidade, entre outros. Orlandi (2013), ao definir a noção de discurso, esclarece

A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre os interlocutores (ORLANDI, 2013, p. 21).

Partindo da concepção de que o discurso se configura por meio dos efeitos de sentido entre os interlocutores, trabalham-se os limites e os mecanismos da interpretação como parte dos processos de significação. Orlandi (2013) afirma que o objetivo dos estudos em uma perspectiva discursiva não visa encontrar um sentido verdadeiro, como se fosse possível decifrá-lo sob condições pré-definidas e estáticas. O que há, de fato, na interpretação, é a construção de métodos e do

dispositivo teórico<sup>4</sup> que, por meio dos gestos de interpretação, buscam explicitar o processo de construção dos possíveis efeitos de sentidos e a forma como eles se constituem. Em suma,

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com a sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também, fazem parte dele (ORLANDI, 2013, p. 30).

Dentre as variadas noções que a Análise do Discurso disponibiliza como ferramentas para os estudos da linguagem, após um primeiro gesto de análise, selecionamos três para trabalhar com o *corpus* selecionado, tendo em vista que são conceitos presentes desde a fundação da teoria e derivam de uma série de reflexões que funcionaram e funcionam como cerne para o desenvolvimento do quadro teórico selecionado. São eles: as *Condições de Produção*, a *Formação Discursiva* e a *Formação Ideológica*.

Para Brandão (2012a, p. 22-23), as condições de produção podem ser definidas como um conjunto de elementos que cerca a produção de um discurso, ou seja, em um sentido mais restrito, tal noção “*diz respeito à situação de enunciação que compreende o eu-aqui-agora.*” e, em um sentido mais amplo, “*compreende o contexto sócio-histórico-ideológico que envolve os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do objeto que estão tratando*”. Nesse sentido, todos esses aspectos devem ser levados em conta quando procuramos entender os sentidos promovidos por um discurso.

Para compreendermos a origem da noção, Courtine (2014) esclarece que ela não foi muito discutida nos trabalhos de Análise do Discurso devido à impressão de

---

<sup>4</sup> Na Análise do Discurso, no que tange à interpretação, tem-se o dispositivo teórico e o dispositivo analítico, os quais são fundamentais no processo de apreensão dos sentidos. O dispositivo teórico deriva da sustentação no rigor do método e no alcance da teoria Análise do Discurso, enquanto o dispositivo analítico é construído pelo analista a cada análise. Nesse sentido, pode-se dizer que o dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos não. O que define, de fato, a forma do dispositivo analítico são as questões colocadas pelo analista, a escolha do objeto de pesquisa e, por fim, a finalidade da análise (ORLANDI, 2013).

que se trata de um conceito evidente. No entanto, o referido autor apresenta algumas discussões sobre as problemáticas enfrentadas ao se trabalhar com as condições de produção. No campo da Análise do Discurso, há algumas dificuldades encontradas na tentativa de teorização e, ao mesmo tempo, pela realização prática dos métodos da noção. O autor menciona que o lugar conceitual ocupado na Análise do Discurso e a variação, muitas vezes contraditória, da definição de seu conteúdo, constituem o lugar e os sintomas das dificuldades ao se pensar nas condições de produção.

Para o autor, as origens da noção são de três ordens. Inicialmente, essa noção originou da análise de conteúdo praticada, especialmente, na psicologia social. Essa análise foi fundamentada nos trabalhos de Berelson e tinha como objeto as condições de produção dos textos. A segunda origem acontece de uma forma indireta, por meio da Sociolinguística, a fim de estabelecer uma relação de causa e efeito, assim, tal perspectiva admitia como variáveis sociológicas o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da comunicação, os objetivos do pesquisador, como responsáveis pelas condições de produção do discurso. Ressaltamos que, para tais parâmetros sociolinguísticos serem admitidos como condições de produção do discurso, ocorria uma reinterpretação dentro do quadro teórico da “análise sociolinguística francesa do discurso”, juntamente com a analogia de suas variáveis constitutivas do plano das condições de produção do discurso, assim como eram definidas na prática de análise de conteúdo. Por fim, a terceira origem da noção de condição de produção aparece no artigo *Discourse Analysis*, de Z. Harris, em 1952, e é uma origem implícita, pois o termo em si não aparece na obra. No entanto, no artigo considerado modelo geral para a Análise do Discurso, é apresentado o termo “situação” de forma correlacional ao discurso (COURTINE, 2014, p. 45-47).

Ainda, seguindo as orientações do referido autor, pensar a noção de “situação” para um linguista como Z. Harris se torna insuficiente, pois tal noção é especificada por sua exterioridade em relação ao objeto linguístico. No entanto, verificamos a compatibilidade dos conceitos que ele propõe de “situação” com as noções apresentadas pela análise de conteúdo e pela sociolinguística. As observações sobre as origens do conceito reforçam o caráter multidisciplinar das ferramentas que a Análise do Discurso oferece ao tratar do discurso, permitindo articular a Linguística, as Ciências Humanas e Sociais na constituição da reflexão

teórica em torno do objeto. Assim, tais apontamentos caracterizam um estado de partida para o desenvolvimento da noção, a qual passou e ainda passa por transformações.

Algumas das transformações sofridas pelas condições de produção, segundo Courtine (2014, p. 49), dizem respeito à definição teórica e à definição empírica. A definição empírica tende a se confundir com a noção empírica de uma situação de enunciação e essas definições se fundamentam na continuidade das origens da noção. No que tange à definição teórica, temos as formações discursivas. A primeira noção empírica geral de condição de produção foi formulada por Pêcheux, em 1969, e tratava dos lugares determinados socialmente dos quais se falava; esses lugares eram representados, no discurso, por uma série de “formações imaginárias” que designavam os lugares que os interlocutores atribuíam a si e ao outro, pois segundo Courtine (2014, p.49),

A relação assim estabelecida entre lugares objetivamente definidos, em uma formação dada, e a representação subjetiva desses lugares, em uma situação concreta de comunicação, propiciaram interpretações nas quais o elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo.

Ainda, seguindo as orientações de Courtine (2014), o termo “formação imaginária” poderia substituir a noção de “papel” herdada da sociolinguística funcionalista e os pares nocionais lugar/formação imaginária e situação/posição coincidem com os pares estatuto/papel, da sociolinguística e/ou posição social/papel do funcionalismo. Dessa forma, apesar de uma nova concepção geral esboçada por Pêcheux, ele ainda não havia alcançado um conceito capaz de romper com as origens psicossociológicas da noção. Desse modo, ao assimilar a noção de condição de produção a um vetor de formações imaginárias, é constituído um quadro geral para se estabelecer uma definição das condições de produção, tornando-se necessário distingui-la das condições de produção de um discurso ou de vários discursos particulares. Nesse processo, os planos histórico, social e linguístico ocorrem de forma concomitante, isto é, não há uma hierarquia entre os elementos nem uma ordem de determinação explícita quando são remetidos às condições de produção.

Courtine (2014) salienta que a noção de condição de produção possui um conteúdo ao mesmo tempo empírico e heterogêneo, acrescentando, ainda, que tal conteúdo é igualmente instável. De acordo com o autor, o fato de não haver uma hierarquização teórica dos planos de referência da noção é o que reforça o seu caráter instável. Desse modo, ao se trabalhar a noção de condições de produção a partir de sua pluralidade, busca-se imprimir os valores históricos e ideológicos fundamentados em determinado tempo e espaço e correlacionados aos sujeitos sociais da linguagem, haja vista que os sujeitos não são homogêneos e estão em constante transformação, possibilitando, assim, a identificação das contradições que irrompem na sociedade por meio da materialidade dos discursos e a circulação dos variados efeitos de sentido.

No que se refere ao nosso *corpus*, ao explicitarmos os processos de (re)significação do provérbio em questão, trabalhamos com as contradições presentes em cada tomada de palavra, pois o “novo” sentido está no retorno, ou seja, de acordo com os dizeres de Souza (2006, p. 106), “Não há sentido sem outro sentido que o anteceda e sem outro sentido para o qual aponte”. Dessa forma, quando o provérbio é retomado em outro momento de enunciação, temos os meios necessários para se compreender o funcionamento discursivo e a sua relação com os sujeitos e com a ideologia, pois um “já-dito” é o que sustenta toda a possibilidade do dizer, conforme a perspectiva teórica da Análise do Discurso. Esse movimento de retomada de um dito anteriormente permite remeter o dizer do provérbio a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, a identificá-lo em sua historicidade, revelando, assim, os aspectos ideológicos presentes no processo de (re)significação.

A noção de condição de produção, diante da perspectiva de uma definição que não seja reduzida às “circunstâncias” sob as quais um discurso é enunciado, fundamenta-se na análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade discursiva e articula-se teoricamente com o conceito de formação discursiva.

A Análise do Discurso desde o seu surgimento passou por momentos de instabilidades e polêmicas, tendo em vista que os seus procedimentos não são estanques e dependentes, dificultando o estabelecimento de métodos definidos, pois o estudo de um conceito está diretamente relacionado a outro e assim por diante, em um processo de interdependência, fato que leva o analista a exercer uma

pesquisa que se sustenta além das fronteiras, atuando no entremeio das possibilidades de constituição dos sentidos. Desse modo, a noção de condições de produção está articulada à noção de formação discursiva que, por sua vez, está atrelada à noção de formação ideológica e a outros aspectos responsáveis pela constituição dos sujeitos e pela circulação das possibilidades do dizer e da interpretação.

A noção de formação discursiva tem uma trajetória bastante polêmica dentro do cenário teórico da Análise do Discurso e ainda hoje inspira um olhar atento para se compreender o seu funcionamento, já que ela se relaciona diretamente com as problemáticas enfrentadas nos estudos a respeito do sujeito, tema central e fundamental na área da linguagem. A formação discursiva foi renunciada, na década de 1980, sob alegações não muito evidentes, que partiam da ideia de tal conceito possuir um caráter eminentemente taxionômico até pelas relações conflituosas estabelecidas entre as concepções de Michel Foucault e o marxismo. No entanto cabe ressaltar que os caminhos trilhados ao se pensar a formação discursiva, a fim de compreender os questionamentos que pairam sobre os preceitos dessa noção, contribui, de forma muito significativa, para entendermos a relação entre discurso, sujeito, ideologia e história, no processo de constituição dos sentidos. Desse modo, para a construção do conceito de formação discursiva, Foucault descreveu os mecanismos de constituição das “ciências do homem”, como a Gramática, a Medicina, a Economia, a Política, entre outros. Para Foucault (2008), os discursos são uma dispersão, isto é, eles são formados por elementos que não estão, inicialmente, ligados a nenhum princípio de análise; assim, para ele, cabe à Análise do Discurso descrever essa dispersão a fim de elucidar as regras que governam a formação dos discursos. Segundo Foucault (2008, p.43),

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...].

Assim, Foucault entende a formação discursiva como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, mas sim aos conjuntos de

enunciados que são submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria e assim por diante. Nesse sentido, o que garante a unidade de um discurso não é a sua linearidade formal e sim a sua diversidade de instâncias enunciativas simultâneas.

Foucault não atribui a noção de ideologia aos estudos da formação discursiva, pois, para o autor, as relações entre os sujeitos do discurso se constituem em termos de saberes/poderes. Na perspectiva foucaultiana, o sujeito é uma construção histórica, disperso, descontínuo e possui uma função neutra e vazia, podendo assumir diversos posicionamentos nos discursos. Assim, o sujeito perde o seu papel central e não é mais ele que assume os enunciados, mas são os enunciados que se impõem dependendo das posições que os sujeitos ocupam. Foucault (1999, p. 74) menciona que

A unidade de uma formação discursiva não é a manifestação majestosamente desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece e que diz: é, ao contrário, um conjunto onde se pode determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo.

Em suma, ao considerar o discurso e sua relação com a constituição do sujeito, Foucault traça essa trajetória não de uma maneira tradicional, mas sim por meio de uma história descontínua que visa explorar os acontecimentos discursivos e compreendê-los a partir de regras que os regulam e os governam. Baronas (2011) explicita que o método arqueológico de Foucault procura entender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam, envolvem os conceitos, legitimam os sujeitos e fixam estratégias que descondensam os atos discursivos.

Desse modo, examinar a noção de formação discursiva postulada por Foucault é observar os discursos que são efetivamente proferidos e, dentro dessa enunciação que reage a um acontecimento discursivo, apreender o que determina aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito autorizado, com base em um método aceito, inserindo-se, assim, no verdadeiro da época. Baronas (2011, p. 197) explica que não se trata de um ato discursivo qualquer, como por exemplo, os enunciados do cotidiano, mas trata-se de “atos discursivos sérios”, os quais manifestam uma incessante “vontade de verdade”. Esses enunciados sérios se relacionam com

outros enunciados do mesmo tipo ou não e são condicionados por um conjunto de regularidades internas e constituem um sistema relativamente autônomo, denominado de formação discursiva. Portanto,

É nesse sistema que internamente se produz um conjunto de regras as quais definem a identidade e o sentido dos enunciados que o constituem. Em outros termos, é a própria formação discursiva como uma lei de série, princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que define as regularidades que validam os seus enunciados constituintes, que por sua vez instauram os objetos sobre os quais ela fala, os sujeitos que legitima para falar esse objeto, define os conceitos com os quais operará e as diferentes estratégias que serão utilizadas para definir um 'campo de opções possíveis para reanimar os temas já existentes... permitir, com um jogo de conceitos determinados, jogar diferentes partidas' (BARONAS, 2011, p. 197).

Retomando a ideia de formação discursiva, em 1971, Pêcheux traz essa noção para dentro do campo da Análise do Discurso, teoria a qual ele foi o precursor, fazendo uma readaptação da noção trabalhada por Foucault. Pêcheux relaciona o conceito de formação discursiva ao conceito de ideologia e de luta de classes. O autor reaviva o que a noção de Foucault trazia de materialista, ressaltando, principalmente, a ideia foucaultiana de se pensar o discurso enquanto prática. Na perspectiva de Pêcheux, duas bases epistemológicas são perceptíveis e fundamentais quanto às formações discursivas: de um lado, há a necessidade de pertencimento às teses althusserianas, as quais relacionam diretamente aquilo que está na base do que é possível de se dizer à ideologia e, de outro lado, há a base linguística, que relaciona a questão dos gêneros do discurso à formação discursiva, tomando-os como componentes da materialidade linguística (GRANJEIRO, 2011).

A partir dessa resignificação de formação discursiva, Pêcheux rompe com a ideia de univocidade presente nela e, assim, acaba por redimensionar as teses althusserianas, principalmente, no que diz respeito à interpelação do sujeito pela ideologia, corroborando a ideia de heterogeneidade e abrindo espaço para a questão de que as fronteiras da formação discursiva não são estáticas. Nesse sentido, a partir da teoria materialista consolidada por Pêcheux, a contradição passa a ser fundamental no estudo dos processos discursivos, haja vista que a ideologia não existe fora da contradição, seja com quem ela organiza a unidade, seja por meio

da luta de contrários. Nesse sentido, a formação discursiva, sob o viés pecheutiano, é constitutivamente heterogênea, assim, em seu interior, coexistem diversas vozes dissonantes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, divergem, pois, dentro da formação discursiva, também há espaço para as diferenças, isto é, é o lugar onde o eu e o outro se constituem (GRANJEIRO, 2011).

Para Pêcheux, o aspecto ideológico é fundamental na constituição de uma formação discursiva, pois, para ele, os discursos são organizados a partir de um determinado posicionamento ideológico e rege o que pode e deve ser dito em dadas condições de produção. Assim,

[...] uma FD é marcada por regularidades (regras de formação) que funcionam como mecanismos de controle que determinam o que lhe pertence e o que não lhe pertence. Esses mecanismos mostram que o que se diz não provém de uma infinidade de significados, mas de condições de possibilidades de dizer específicas (SOUZA, 2006, p.89).

Desse modo, os sujeitos são sobredeterminados por um sistema de regras socialmente estabelecidas e, conseqüentemente, são interpelados pela ideologia. Em outras palavras, é um sujeito que se reafirma em sua contradição: ele pode dizer tudo, mas não pode dizer tudo. Orlandi (2013, p. 50) afirma que o sujeito é, ao mesmo tempo, livre e submisso, isto é, “Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la”.

A partir da relação da formação discursiva com o exterior e da sua relação com outras formações discursivas, apreendemos que tal noção não é um espaço estrutural fechado, mas sim processos discursivos abertos e entrelaçados, ou seja, os discursos sempre são atravessados por outros discursos. No que diz respeito ao funcionamento da formação discursiva, Brandão (2012b) esclarece que, formalmente, para esse conceito, há dois tipos de funcionamento: a) a paráfrase, na qual os enunciados são retomados e reformulados no esforço constante da preservação de sua identidade; e b) o pré-construído se constitui como algo que foi pensado antes, independentemente, em algum momento da história e que se irrompe na materialidade linguística em outro momento, passando a ressignificar em outros discursos.

Ao trabalharmos com a noção de pré-construído, partimos da ideia de que a memória discursiva é responsável por colocar em circulação os pré-construídos, pois é por meio dela que eles são mobilizados em determinados contextos e produzem sentidos. Desse modo, segundo Orlandi (2013, p.31), a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Conforme já comentado, uma característica da Análise do Discurso é mobilizar os aspectos constituintes dos discursos, sujeitos e sentidos de forma dinâmica e interdisciplinar, pois nenhuma ferramenta da teoria é estanque e capaz de esgotar as possibilidades de análises e, assim sendo, os aspectos como memória discursiva, interdiscurso, pré-construído, entre outros, são fundamentais para se apreender o processo de (re)significação do provérbio. Ainda sobre o funcionamento da memória, Pêcheux (2010, p.56) explicita que

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização[...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Desse modo, a (re)significação só se torna possível porque há um já-dito que irrompe na materialidade discursiva, sob novas circunstâncias de enunciação, em um dado momento, e traz à tona uma série de novas possibilidades de se dizer, constituindo sujeitos e revelando as suas práticas discursivas na sociedade, isto é, a (re)significação funciona como um efeito do trabalho da memória, pois no movimento contínuo das práticas discursivas, temos a presença de um já-dito que, ao ser enunciado, acaba revelando traços de sua filiação de origem, no entanto, produz efeitos de sentido distintos.

Dentro das Formações Discursivas, ainda é trabalhada a noção de interdiscurso, pois ele é a própria memória discursiva. Souza (2006, p. 90-91) enfatiza que “o interdiscurso é o espaço ideológico onde se desenvolvem as formações discursivas em funções de dominação, subordinação, contradição”. Para o autor, o interdiscurso determina o sujeito, assujeitando-o sob a aparência de autonomia. Essa autonomia é aparente, devido aos esquecimentos do sujeito, que

esquece a sua sujeição e tem a ilusão de que é autor do que diz, e que é em si que nasce o sentido, ou melhor, esse é um processo que Pêcheux denomina esquecimento de número um, o qual se refere ao esquecimento de que somos sujeitos ideológicos.

O esquecimento número dois refere-se às escolhas que o enunciador faz ao produzir um discurso, e essa escolha ocorre de forma inconsciente, pois o sujeito, ao selecionar uma entre as várias possíveis formas de enunciar, “esquece” o motivo dessa escolha e se “esquece” também de que o seu dizer poderia ser outro. Para Pêcheux, esse esquecimento acontece no nível intradiscursivo e, dessa forma, as possíveis escolhas do sujeito são delimitadas por determinadas formações discursivas, as quais possuem relação com uma matriz de sentido.

Maldidier (2003) comenta a forma de se considerar a ilusão constitutiva do efeito do sujeito, ou seja, a ilusão para o sujeito em estar na fonte do sentido, reforçando, assim, a “teoria dos dois esquecimentos”. Para a autora,

No “esquecimento número 1” o sujeito “esquece”, ou em outras palavras, realça que o sentido se forma em um processo que lhe é exterior: a zona do “esquecimento número 1” é, por definição, inacessível ao sujeito. O “esquecimento número 2” designa a zona em que o sujeito enunciador se move, em que ele constitui o seu enunciado, colocando as fronteiras entre o “dito” e o rejeitado, o “não-dito” (MALDIDIÉ, 2003, p. 42).

Nesse sentido, a autora também afirma que, enquanto o segundo esquecimento remete aos mecanismos enunciativos analisáveis na superfície do discurso, o primeiro deve ser posto em relação com as famílias parafrásticas constitutivas dos efeitos de sentido. Dessa forma, os sentidos sempre podem ser outros, mas não qualquer um. De acordo com Souza (2006), “o dizer só pode ser entendido em sua relação com a memória e o esquecimento”. Assim, é preciso entender a relação entre intradiscorso e interdiscorso, pois o intradiscorso só pode ser compreendido na sua relação com o interdiscorso. Essas mobilizações epistemológicas permitem estudar o discurso como um processo entre a língua e a fala, no qual as questões históricas e ideológicas são imprescindíveis para a constituição dos sentidos.

No que diz respeito à articulação do discurso com a ideologia, juntamente com o conceito de formação discursiva, temos o conceito de Formação Ideológica, o qual consiste na interpelação do indivíduo como sujeito ideológico. É o que leva o sujeito a ocupar o seu lugar em um dos grupos ou classes de determinadas formações sociais. O discurso é a materialização da ideologia, nesse sentido, Brandão (2012b, p.47) afirma: “o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico”. Assim, para a autora,

[...] a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas (BRANDÃO, 2012b, p.47).

A ideologia, dentro da Análise do Discurso, sofre uma ressignificação e passa a ser considerada a partir da sua relação com a linguagem, tomando-a como uma prática significativa resultante da relação do sujeito com a língua e com a história. Assim sendo, a ideologia é tratada a partir do ponto de vista discursivo.

Nesse sentido, a ideologia é a condição essencial para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado pela ideologia, para que produza o dizer e passe a significar socialmente e, para produzir sentido, é preciso que se estabeleça uma relação entre a língua, a história e a própria ideologia, e, seguindo as orientações de Orlandi (2013, p. 47):

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de descrever.

Para compreender o funcionamento discursivo, é necessário apreender esses elementos como constituintes do discurso e responsáveis pela produção dos sentidos, pois, ao dizer, o sujeito significa, constituindo-se tanto pela linguagem quanto pela sua relação com o mundo.

Assim, tendo em vista que a condição da linguagem é a sua incompletude e que os efeitos de sentido são constituídos a partir da interação e da posição do sujeito ao serem afetados pelo discurso, compreendemos que, de acordo com Brandão (2012b), a construção dos sentidos nunca está fechada em si mesma, sempre é possível dizer de outra forma; e tudo o que falamos relaciona-se a várias outras coisas, inclusive àquelas silenciadas no discurso.

### 1.3 Discurso e ideologia

Se de um lado temos a ideologia ligada à tradição marxista, que se restringe a uma abordagem mais específica da ideologia, referindo-se ao discurso que serve para legitimar o poder de uma classe ou grupo social, de outro, há uma noção mais ampla de ideologia, na qual todos os discursos são constituintes desse fenômeno que se inscreve no campo da subjetividade. E é a partir da releitura de Marx que Althusser desenvolve a sua teoria que, de acordo com Souza (2006), é fundante para a base epistemológica da Análise do Discurso.

Em Althusser, num primeiro momento, encontramos a ideologia em relação aos Aparelhos Ideológicos do Estado, no qual ele afirma que a classe dominante reproduz as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Para o autor, o funcionamento da ideologia ocorre por meio dos Aparelhos Repressores, que compreendem, por exemplo, o Governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, e também, pelos Aparelhos Ideológicos do Estado, que compreendem várias instituições, entre elas: a religião, a escola, a família, a política, a cultura, a informação, etc.

Althusser aponta diferenças entre os Aparelhos Repressores e os Aparelhos Ideológicos; dentre elas, estabelece que

O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através da ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os “valores” por eles propostos.

Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela

bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico) (ALTHUSSER, 1985, p. 70).

Em um segundo momento, Althusser retoma o conceito de ideologia sobre um novo enfoque, reforçando, agora, a ideologia em geral, e não apenas suas formas tradicionais, que antes refletiam as ideologias particulares e exprimiam as posições de classes.

Althusser (1985, p. 84-99) formula três hipóteses que explicam a ideologia em geral, passando por seu caráter mais abstrato até chegar à sua materialização, por meio dos sujeitos: 1) “A ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”; 2) “A ideologia tem uma existência material porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas”; 3) “A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”. Nesse sentido, Souza (2006, p.53) afirma que “todo indivíduo é sempre já sujeito, pois não existe prática subjetiva fora de uma ideologia”.

Quanto à interpelação do sujeito pela ideologia, Orlandi (2012, p. 49) assevera que “Se a relação com o inconsciente é uma das dimensões do equívoco que constituem o sujeito, sua contraparte está em que o equívoco que toca a história (a necessidade de interpretação) é o que constitui a ideologia”. A interpretação a qual Orlandi se refere é marcada pela opacidade e pelos equívocos no uso da língua, isto é, interpretar um discurso se fundamenta a partir de dois aspectos: a memória institucional (arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar quanto deslocar os sentidos (ORLANDI, 2013). Ainda, de acordo com a autora, o trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento, pois só quando esquecemos os “já-ditos” e, inconscientemente, os retomamos e os ressignificamos em outros “ditos”, produzimos os efeitos de sentido e nos constituímos enquanto sujeitos. Para Souza (2006, p. 16), por meio dos construtos teóricos da Análise do Discurso, é perfeitamente possível termos acesso às filiações ideológicas em que se inscreve o sujeito da linguagem. De acordo com o autor, “essas filiações dão sentidos aos sentidos possíveis do sujeito”, e esse processo não ocorre de forma abstrata, pois as formações ideológicas só são apreensíveis por meio do discurso.

Assim, mantendo o foco na ideologia como algo que se constitui no próprio cotidiano e orienta as ações dos sujeitos, entendemos que ela é responsável pela

manutenção das relações interpessoais e da própria vida em sociedade, de modo geral. Portanto, os estudos a respeito da ideologia contribuem de forma significativa para os nossos objetivos, tanto pelos aspectos relacionados à linguagem quanto pelos aspectos relacionados ao processo de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”, pois a cada momento em que o provérbio é enunciado e trazido à tona sob distintas cenas de enunciação, como nos diferentes gêneros selecionados para compor a pesquisa, abre-se um deslocamento nas redes de filiações (deslocamento em relação a uma filiação – memória) que é responsável por sustentar as possibilidades do sentido. Assim, segundo esclarece Orlandi (2012, p. 93),

O movimento é o de, ao inscrever-se, deslocar. Cada acontecimento discursivo é inédito e o retorno da memória não é simples reprodução. No entanto, isto não significa, por si, que haja transformação do sentido (sentido “novo”), ruptura. A própria mudança, em análise do discurso, resulta de uma relação com o mesmo, já que a noção de repetição – empírica, formal e histórica – supõe tanto o fechamento quanto a possibilidade de deslocamento, embora ambos sejam retorno, interpretação.

Em suma, na Análise do Discurso, a ideologia é trabalhada em sua relação com a linguagem, por meio da interpretação, pois o mecanismo da interpretação constitui parte do funcionamento ideológico da linguagem. De acordo com Orlandi (2012, p. 152), “[...] só há ideologia porque há interpretação”. Logo, relacionar a questão da ideologia com a questão da interpretação proporciona novos gestos para se trabalhar o discurso, deixando de lado a visão automatizada e superficial que se atribui à ideologia e, conseqüentemente, a ideia de transparência da linguagem. Para tanto, entendemos a interpretação como um gesto de análise que influi diretamente na produção e circulação do sentido.

Diante dessa perspectiva discursiva entre ideologia, linguagem e interpretação, no próximo capítulo trabalharemos as unidades tópicas e não tópicas, tomando-as como ponto de partida essencial para a compreensão dos processos discursivos de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”.

## CAPÍTULO 2

### UNIDADES TÓPICAS E NÃO TÓPICAS: TEORIA, MÉTODOS E APLICAÇÕES PRÁTICAS



*“Mas o caminho que sigo, tenho de manter; se não fizer nada, se não estudar, se não procurar, então estou perdido. Então, ai de mim!”*

*Vincent Van Gogh*

## 2.1 Unidades tópicas

Conforme os princípios e procedimentos da Análise do Discurso, o sentido não está dentro do texto, o sentido é o resultado da interação entre o texto e os parceiros da comunicação, isto é, de acordo com Maingueneau (2008b), o sentido é negociado. Dessa forma, há o trabalho das unidades tópicas e não tópicas, pois quando um determinado gênero é selecionado para comunicar, automaticamente, há um determinado sentido esperado a partir da funcionalidade do gênero em questão; por exemplo, quando nos deparamos com um anúncio publicitário, automaticamente, somos levados a um sentido que genuinamente emerge da comunicação, o qual, no caso, tenta nos persuadir ao apresentar um determinado produto ou serviço. Logo, se, de um lado, temos a comunicação; de outro, temos os significantes. E é por isso que Maingueneau (2008a, 2008b, 2011 e 2015) trabalha com duas categorias de unidades: as unidades tópicas e as unidades não tópicas. Para ele, somente as unidades tópicas não dão conta da complexidade do discurso em funcionamento, porque os discursos não só têm espaços delimitados, mas também possuem frases, textos, fórmulas que circulam e são apropriados por diversos enunciadores, portanto não possuem uma significação estável, pois a circulação faz com que o sentido seja sempre construído.

Assim, essa pesquisa mobiliza as unidades tópicas e não tópicas com o intuito de constatar como essas categorias atuam no processo de significação dos discursos, mais especificamente, no processo de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”, selecionado para compor a tese e ilustrar o funcionamento de tais procedimentos. O quadro a seguir demonstra de que forma os aspectos dominiais e transversos se articulam em torno das unidades tópicas:

| <b>UNIDADES TÓPICAS</b>             |                             |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| Dominiais                           | Transversas                 |
| Tipos/Gêneros de discurso           |                             |
| a) Gêneros dependentes de campos    | • Registros linguísticos    |
| b) Gêneros dependentes de aparelhos | • Registros funcionais      |
|                                     | • Registros comunicacionais |

De um lado, Maingueneau (2015) explica que as unidades tópicas dominiais articulam-se em torno da categoria de gênero de discurso, entendido a partir de uma perspectiva discursiva, a qual se difere da abordagem da Linguística Textual, e passa a priorizar os gêneros de discursos enquanto instituições de fala e de dispositivos de comunicação sócio-historicamente determinados, como por exemplo, o jornal televisivo, uma consulta médica, a reunião de um conselho de administração, e assim por diante. Para compreendermos melhor a categoria de gênero, Maingueneau (2015) explica a diferença entre gêneros e tipos de discurso, levando em consideração que as duas noções habitam a constituição das unidades tópicas. Para o autor, dentro da perspectiva da Análise do Discurso de orientação francesa, o termo “tipo de discurso” é empregado para designar as práticas discursivas ligadas a um mesmo setor de atividade e aos agrupamentos de gêneros estabilizados em prol de uma mesma finalidade social. De acordo com o autor,

Um panfleto político, por exemplo, é um gênero de discurso a ser integrado em uma unidade mais complexa, constituída pela rede dos gêneros decorrentes do mesmo tipo de discurso, no caso, o político. Da mesma forma, um romance participa da unidade mais vasta que é o discurso literário, uma letra do tesouro deriva do discurso administrativo etc. Tipos e gêneros de discurso estão, assim, tomados por uma relação de reciprocidade: todo tipo é uma rede de gêneros; todo gênero se reporta a um tipo (MAINGUENEAU, 2015, p. 66).

Maingueneau (2011) conceitua que a noção de tipo de discurso é, essencialmente, heterogênea. Para ele, trata-se de um princípio de agrupamento de gêneros que podem corresponder a duas lógicas diferentes: a de co-pertencimento de um mesmo aparelho institucional e a de dependência de um mesmo posicionamento. Por exemplo, quando falamos de “discurso hospitalar” é diferente de falarmos de “discurso do surrealismo”. Dentro do “discurso hospitalar”, agrupam-se variados gêneros, dentre eles, reuniões de serviço, receita médica, consultas, etc., isto é, são gêneros dependentes de um funcionamento de dispositivo e fazem parte da lógica de um mesmo aparelho institucional. Diferentemente de quando tratamos do “discurso do surrealismo”, que reúne diversos gêneros discursivos produzidos sob a ótica de um determinado posicionamento no interior de um

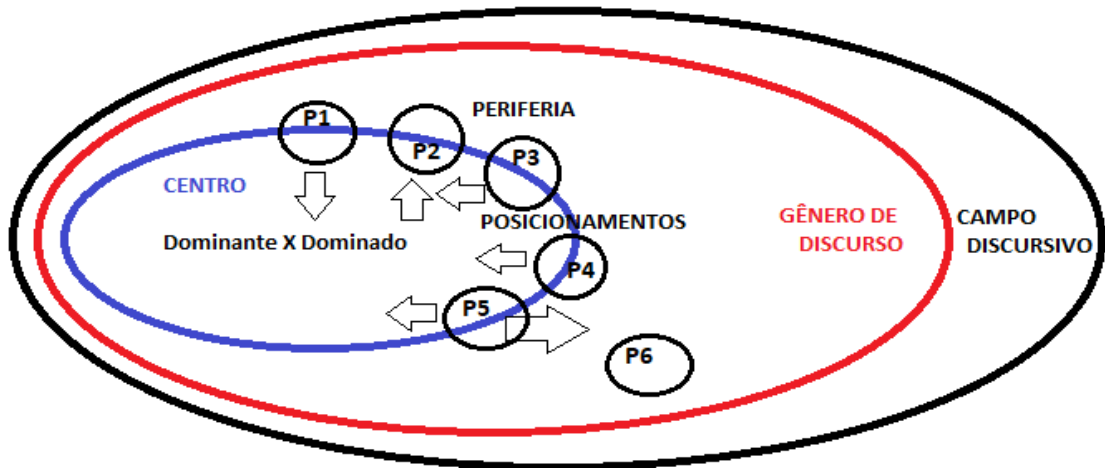
determinado campo, como panfletos, poemas, manifestos, que são pertencentes ao campo literário (MAINGUENEAU, 2011, p. 69). Percebemos que, quando tratamos do “discurso do surrealismo”, há a presença de luta ideológica e de uma demarcação de um posicionamento em relação a outros posicionamentos.

Ainda no que se refere à noção de gênero de discurso, dependendo do ponto de vista que se visa trabalhar, ele pode ser agrupado em três modos: a *esfera de atividade*, o *campo discursivo* e o *lugar de atividade*. Segundo Maingueneau (2015), um mesmo gênero de discurso pode estar relacionado a diferentes esferas de atividade. Dessa forma, o autor salienta que relacionar um gênero de discurso a uma esfera de atividade não é tão simples quanto se pensa, por exemplo, um artigo de jornal pode pertencer à esfera midiática, à esfera da imprensa regional, à esfera da imprensa escrita, entre outras, assim como uma crônica pode pertencer a distintas esferas, por exemplo, à literária, à midiática e à cotidiana, entre outras. De acordo com o autor, há gêneros que são dependentes de campos discursivos e o pesquisador é quem determinará em que nível o gênero vai se situar.

Outra característica do gênero é ele não ser um espaço homogêneo para os seus usuários. A esfera de atividade possui um núcleo e uma periferia, de naturezas variáveis; o núcleo é constituído pelos gêneros de discurso mais próximos da finalidade da esfera da qual ele faz parte, por exemplo, o discurso escolar tem como núcleo os gêneros nos quais os professores e os alunos se relacionam; mas o discurso escolar integra muito outros gêneros, como reuniões, material didático, conselhos de classe, etc, os quais estariam relacionados à periferia (MAINGUENEAU, 2015).

No que diz respeito aos campos discursivos, ainda seguindo as postulações de Maingueneau (2015), algumas esferas de atividade, como a do discurso religioso ou a do discurso político, são submetidas a uma lógica de campo, na qual há o confronto entre diferentes posicionamentos. O referido autor considera que a noção de posicionamento implica em um mesmo espaço “os enunciados com a construção e a preservação de diversas identidades enunciativas que estão em relação de concorrência” (MAINGUENEAU, 2015, p. 68). Os campos discursivos não são estruturas estáticas, pois são submetidos constantemente a uma arena na qual concorrem diferentes posicionamentos, os quais visam modificar as relações de força em seu benefício. Essa arena de posicionamentos constituída dentro dos campos discursivos não é homogênea e se configura em um centro, uma periferia e

uma fronteira. O esquema a seguir ilustra o funcionamento das posições dentro de um campo discursivo:



Fonte: Elaborado pela autora.

Desse modo, dentro dos posicionamentos de centro, há as posições de dominantes e dominados. Já os posicionamentos periféricos se constituem de modo mais dinâmico, há aqueles que, em um estado anterior, encontravam-se no centro e foram marginalizados: há outros novos posicionamentos que pretendem chegar ao centro (P3, P4) e, por fim, há os que visam constituir um novo espaço independente do centro (P6).

O terceiro e último modo de agrupamento que Maingueneau (2015) trabalha os gêneros de discurso refere-se aos lugares de atividade. De acordo com o autor, a maioria dos gêneros de discurso é produzida e/ou consumida em lugares institucionais, como em um hospital, em uma escola, em uma igreja, em um tribunal, entre outros espaços institucionais. Para que se explore o lugar de atividade de forma eficaz, o analista deve decidir os seus limites. Sustentamos que há vários gêneros presentes dentro do funcionamento de uma instituição, por exemplo: em uma escola, há o discurso do professor, as conversas paralelas dos alunos, as produções de textos dos alunos, o material didático, a pauta de notas, etc., e, entre esses discursos que circulam em determinado ambiente, nem todos são discursos de gêneros oficiais, no entanto, também fazem parte da constituição do espaço institucional e dos sentidos que circulam nesse espaço.

De outro lado, temos as unidades transversas, as quais permeiam os textos de inúmeros gêneros de discurso e os seus registros são definidos a partir de três critérios: a) linguísticos; b) funcionais; c) comunicacionais. Os linguísticos podem ser de ordem enunciativa e correspondem às marcas linguísticas presentes nos discursos, eles estão situados além do nível propriamente textual. Os registros funcionais atuam paralelamente ao esquema de comunicação de Jakobson, o qual apresenta as seis funções de linguagem, e prioriza o funcionamento discursivo do gênero dentro da esfera de circulação na sociedade. Por fim, os registros comunicacionais combinam os traços linguísticos e funcionais para definir tipos de registros propriamente comunicacionais. Há uma diversidade de fatores em jogo em uma atividade comunicacional e, dessa forma, é extremamente difícil delimitar as fronteiras entre um registro e outro (MAINGUENEAU, 2015).

Diante dos aspectos constituintes que abrangem as unidades tópicas do discurso, a problemática que se instaura em torno da análise do provérbio “Quem cala consente” diz respeito à forma como tal enunciado emerge em determinados lugares, sob uma rede diversificada de fenômenos, principalmente no que se refere aos gêneros do discurso, e abre um leque de possíveis significações e (re)significações, possibilitando ao analista explorar e compreender os processos discursivos que se configuram a partir dos gêneros de discursos e ecoam além deles.

## **2.2 Unidades não tópicas**

As unidades não tópicas são constituídas pelo pesquisador a partir das unidades tópicas, elas só podem ser analisadas se tiverem as unidades tópicas como suporte, já que ambas as unidades funcionam em caráter de interdependência, isto é, isoladamente elas não dão conta do discurso em funcionamento, pois o discurso é atravessado por uma falha constitutiva, ou seja, ele se constitui no interior de fronteiras, no entanto mobiliza elementos que são exteriores a elas. De acordo com Maingueneau (2011, p. 99),

*Beaucoup peuvent être tentés de restreindre la recherche aux unités <<topiques>>, dont l'existence semble indiscutable. En fait, il ne peut pas y avoir analyse du discours, au sens d'une discipline des*

*sciences humaines et sociales associée à des répondants empiriques, si l'on ne travaille pas sur des unités topiques, celles qui s'inscrivent dans des cartographies des usages langagiers. Mais il ne peut pas non plus y avoir analyse du discours s'il y a exclusion des unités qui déjouent les frontières préétablies. Replier l'analyse du discours sur les seules unités topiques, ce serait dénier, au sens psychanalytique, la réalité du discours, qui est mise en relation permanente du discours et de l'interdiscours: l'interdiscours <<travaille>> le discours, qui en retour redistribue perpétuellement cet interdiscours qui le domine. C'est de cette impossible clôture que me paraît témoigner la persistance de la notion de formation discursive. L'analyse du discours a besoin de l'ensemble de ses catégories, topiques et non-topiques, pour aborder la discursivité dans toute sa complexité<sup>5</sup>.*

Desse modo, a Análise do Discurso emprega de forma interdependente as unidades tópicas e não tópicas, com o intuito de explorar a discursividade em toda a sua complexidade. As unidades não tópicas são constituídas pelas Formações Discursivas e pelos Percursos, elementos que possibilitam analisar os discursos além das fronteiras. A primeira unidade a ser trabalhada é a de formação discursiva, a fim de elucidar a sua transversalidade em relação às unidades tópicas e verificar como o funcionamento das formações discursivas corrobora a produção dos efeitos de sentido e atuam na constituição dos sujeitos. Maingueneau (2015) comenta que tanto em Pêcheux, quanto em Foucault, a formação discursiva é considerada um sistema de restrições invisíveis, transversal às unidades tópicas.

A pesquisa de Foucault com as formações discursivas denota a dificuldade de se trabalhar com um instrumento “invisível”, mas que permite explicar uma série de fenômenos de significação. Desse modo, ao focarmos a noção de formação discursiva, passamos a situá-la em relação a duas categorias privilegiadas: uma diz respeito ao “posicionamento”, isto é, gira em torno da construção e manutenção de uma identidade enunciativa em um campo discursivo, e a outra categoria gira em

---

<sup>5</sup> *Muitos podem ser tentados a restringir a pesquisa a unidades "tópicas", cuja existência parece indiscutível. De fato, não pode haver análise de discurso, no sentido de uma disciplina de ciências humanas e sociais associada a sujeitos empíricos, se não trabalhamos as unidades tópicas como aquelas que fazem parte de cartografias de usos de linguagem. Mas não pode haver análise de discurso se houver exclusão de unidades que quebram as fronteiras pré-estabelecidas. Restringir a análise do discurso somente às unidades tópicas seria negar, no sentido psicanalítico, a realidade do discurso, que se coloca em relação permanente do discurso e do interdiscurso: o interdiscurso "trabalha" o discurso, que, por sua vez, constantemente redistribui esse interdiscurso que o domina. É dessa restrição impossível que me parece testemunhar a persistência da noção de formação discursiva. A análise do discurso precisa de todas as suas categorias, tópicas e não tópicas, para abordar a discursividade em toda a sua complexidade (tradução nossa).*

torno do “gênero”, ou seja, refere-se aos dispositivos de comunicação funcionais de uma determinada sociedade. No entanto, nessa relação, há uma problemática instaurada no campo dos estudos discursivos, que deriva da oscilação da formação discursiva entre as categorias de “posicionamento” e “gênero”, cabendo ressaltar que essa articulação não foi focalizada nem por Foucault nem por Pêcheux.

Baronas (2011) ressalta algumas especificidades do funcionamento da noção para cada um desses autores e, em seguida, direciona a uma reflexão sobre a articulação entre o gênero de discurso e o posicionamento. Para Foucault, a interpretação da formação discursiva varia em termos de regras e em termos de dispersão. Assim, tal conceito é considerado um conjunto de enunciados que não se reduzem a instrumentos linguísticos, mas que se submetem a uma mesma regularidade e dispersão, sob a forma de ideologia, ciência, teoria, etc. Logo, para Foucault, o que garante a unidade de sentido a um discurso não são os seus aspectos formais, e sim a diversidade de enunciações que são produzidas simultaneamente a respeito de um tema. Em Pêcheux, há uma reordenação na hipótese foucaultiana de formação discursiva amparada nas análises das contradições ideológicas, principalmente, às que se referem à luta de classes. Dessa maneira, o autor propõe que uma formação discursiva é aquilo que pode e deve ser enunciado, por meio da articulação de um determinado gênero/posição, a partir de uma posição marcada socialmente (BARONAS, 2011).

No entanto, Baronas (2011) explica que Pêcheux, ao situar aquilo que pode e deve ser dito em um espaço que evidencia a luta de classes, conseqüentemente, opta por trabalhar com gêneros que privilegiam os embates ideológicos, centrando, assim, a sua pesquisa em termos de posição, uma vez que a questão dos gêneros não é discutida. Assim, se Pêcheux desenvolve a noção de formação discursiva a partir de discursos marcados ideologicamente, mantendo o foco no viés político, e Foucault tende a construir seus exemplos com discursos advindos da história das ciências, a fim de verificar as condições responsáveis por colocar em circulação e legitimar determinados discursos no verdadeiro de uma época, como pensar as discursividades que irrompem em nossa sociedade e são distintas das quais Pêcheux e Foucault se fundamentaram? Para tanto, a articulação entre os gêneros e o posicionamento permitiria a construção de um caminho interpretativo dos discursos e dos sujeitos e possibilitaria a apreensão das discursividades que circulam em lugares em que não há uma relativização de classes extremista e, também, dos

discursos que são menos marcados institucionalmente, por exemplo, os discursos do cotidiano.

Com isso, Maingueneau (2011a) também propõe um trajeto para se repensar o funcionamento das formações discursivas. Para o autor, elas são construídas pelo pesquisador independentemente das fronteiras estabelecidas e agrupam enunciados inscritos na história. Segundo essa perspectiva,

Unidades como o “discurso racista”, “o discurso colonial”, “o discurso patronal”, por exemplo, não podem ser delimitadas por outras fronteiras que não aquelas que o pesquisador estabeleceu e devem ser historicamente especificadas. Os *corpora* aos quais elas correspondem podem conter um conjunto aberto de tipos e de gêneros de discurso, de campos e de posicionamentos, de registros enunciativos ou comunicacionais (MAINGUENEAU, 2011a, p. 71).

Nesse sentido, as formações discursivas permitem estudar uma variedade de temas heterogêneos e reunir, de forma livre, enunciados originários de diferentes tipos de unidades tópicas. Maingueneau (2011a), ao apresentar as formações discursivas de identidade, sustenta a ideia de que o pesquisador, ao selecionar um tema, tem que lidar com uma materialidade heterogênea, a qual é equilibrada pelas formações discursivas que visam convergir para um determinado foco e pela própria historicidade, que é variável de acordo com as entidades implicadas no discurso. Maingueneau (2011, p. 11) comenta

*En faisant évoluer cette notion de formation discursive, on prende acte de l'instauration progressive d'une configuration différent, où les catégories d'analyse sont diverses et le discours traversé par l'interdiscours, où le chercheur doit monter et valider des dispositifs d'observation et ne pas se contenter d'échantillonner un réel déjà là<sup>6</sup>.*

Outra forma de conceituar formação discursiva é organizando-a a partir de um tema e não a partir de uma instância produtora. Nessa perspectiva, Maingueneau (2015) esclarece que o objetivo não é estudar o referente que corresponde ao tema,

---

<sup>6</sup> Ao desenvolver a noção de formação discursiva, tomamos nota da instauração progressiva de uma configuração diferente, na qual as categorias de análise são diversas e o discurso atravessado pelo interdiscurso e à qual o pesquisador deve alcançar para validar dispositivos de observação, e não se contentar em provar um real já existente (tradução nossa).

mas sim os enunciados que falam dele, delimitados por certos limites espaciais e temporais. Dadas as naturezas diversas do tema, podemos falar de qualquer assunto, o autor elenca algumas categorias mais comumente empregadas para se trabalhar com as formações discursivas temáticas: as entidades, os cenários, as propriedades, os acontecimentos e os nós.

Para Maingueneau (2015), a formação discursiva construída com base em uma entidade é centrada em humanos ou seres com propriedades antropomórficas, como uma instituição, em um momento ou em um lugar. Na Análise do Discurso, apreendemos as entidades por meio dos funcionamentos discursivos. As entidades humanas podem ser um membro de determinada classe, representado por uma figura, como a figura do cangaceiro, do guerrilheiro, do jovem, do velho, entre outras. Nesse sentido, o autor comenta que a entidade também pode ser representada por um indivíduo icônico – ou não, o qual é dotado de um nome famoso; e, uma característica fundamental, é que em determinados momentos a mídia fale dele.

Para Maingueneau, um acontecimento só se torna importante porque as mídias falam dele. Quanto aos cenários, eles são constituídos a partir da associação de actantes e de atividades que possuem certa duração. Por fim, os nós referem-se a um tema que constitui um assunto de debate recorrente dentro de uma determinada comunidade. Essas categorias são as mais utilizadas para a apreensão das formações discursivas e dos efeitos de sentido, pois circulam nos mais variados lugares e são proferidos por distintos enunciadores, tendo em vista que é a circulação que coloca tais categorias em jogo no funcionamento dos discursos.

As unidades não tópicas também são constituídas pelos percursos e registros. Maingueneau (2015) explica que os percursos reúnem materiais heterogêneos em torno de um significante de dimensão variável, como as unidades lexicais, os grupos de palavras, frases, fragmentos de textos, entre outros, com o objetivo de analisar a circulação dos sentidos, a fim de dimensionar a medida de uma dispersão em relação a um determinado tema. Estudar os percursos não visa buscar o sentido verdadeiro de uma expressão, mas sim explorar os sentidos que são disseminados em determinados momentos, pois, conforme explica Pêcheux (1997, p. 161), “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhe seria próprio”, pois os sentidos são construídos e revelados na própria enunciação. De fato, o que caracteriza o percurso é ele atravessar variadas unidades tópicas, tecendo, assim, uma rede por meio do interdiscurso, atuando na

retomada e nas transformações do significado e/ou do significante de uma palavra ou de um grupo de palavras em uma série de textos, por exemplo, no uso da metáfora. Nesse contexto, há algumas unidades linguísticas mais propícias do que outras para esse tipo de processo discursivo: as fórmulas e as pequenas frases.

A noção de fórmula é trabalhada no campo da Análise do Discurso e é considerada pela autora Krieg-Planque (2011) como um fenômeno de retomada, de transformação e de reformulação de enunciados e de conteúdos, profundamente dependente dos estudos históricos e sociológicos. A autora elenca quatro aspectos fundamentais para se caracterizar uma fórmula discursiva: a dimensão discursiva, o caráter cristalizador, o referente e a polêmica. No entanto, definir uma fórmula não é uma tarefa fácil, Krieg-Planque (2010) explica que essas quatro propriedades podem se apresentar de forma desigual, isto é, um aspecto pode ficar em maior evidência do que o outro, porém a verificação desses elementos só pode ocorrer de forma contínua e não pode ser reduzida apenas em termos de ausência e presença dos referidos elementos constituintes. No que diz respeito às análises das fórmulas, Miqueletti (2011) destaca duas das quatro propriedades constitutivas e interdependentes da fórmula: ser um referente social e instaurar a polêmica. Segundo a autora, a fórmula deve possuir um uso que seja associado a um referente social e outro que gere a polêmica em relação a esse uso anterior. Assim, a polemicidade da fórmula deve constituir um objeto de polêmica explícita, isto é, ao mesmo tempo em que constitui uma evidência, historicamente, ela também é alvo de questionamentos. Nesse sentido, a fórmula discursiva possui caráter essencialmente dialógico, isto é, ela é sempre a palavra de outrem. No entanto, o funcionamento da fórmula não pode ser descrito se não estiver relacionado ao jogo de forças, aos interesses dos enunciadores, às estratégias empregadas na comunicação que, em um dado momento, conforme aponta Maingueneau (2015), esse funcionamento torna o uso da fórmula, ao mesmo tempo, necessário e polêmico.

As pequenas frases constituem uma base para os percursos, pois o seu estudo privilegia a circulação dos pequenos enunciados. Maingueneau (2015, p. 98) considera que

O verdadeiro contexto de uma “pequena frase” não é, então, o texto-fonte, mas o espaço aberto de sua circulação, a multiplicidade de lugares onde ela é retomada e comentada: *sites* de informação, conversas, debates, na televisão, fóruns, *e-mails* de leitores etc. A

configuração midiática contemporânea, fundada na interconexão generalizada entre imprensa escrita, rádio, televisão, internet e telefonia móvel leva as possibilidades de disseminação dessas pequenas frases ao paroxismo.

Em síntese, investigar o percurso de uma pequena frase não é examinar o sentido “verdadeiro”, aquele que supostamente foi pretendido pelo enunciador, mas que teria sido alterado em uma nova enunciação. Logo, o foco é observar o trabalho de recontextualização, em função dos interesses dos enunciadores ao proferirem os seus discursos sob diferentes condições de produção.

Outra ferramenta que oferece recursos para a Análise do Discurso são os registros. Eles fazem parte, como menciona Maingueneau (2015), da “caixa de ferramentas” que o conjunto das ciências da linguagem compartilha e misturam em proporções variáveis os critérios *linguísticos* e *comunicacionais*. Os traços linguísticos que configuram um registro podem ser muito diversos, pois há os traços lexicais, sintáticos, enunciativos e textuais. Os analistas do discurso não caracterizam os registros linguísticos, essa é uma tarefa do linguista, no entanto devem se apoiar constantemente neles ao estudar os textos. Já os registros comunicacionais estão relacionados às práticas sociais e à diversidade das situações comunicativas. Nesse sentido, o estudo do registro é necessariamente levado em conta nos jogos da enunciação (MAINGUENEAU, 2015).

Adiante, após a apresentação das características das unidades tópicas e das unidades não tópicas, estudaremos a integração das duas unidades, considerando-as peças fundamentais na construção e circulação das discursividades, além de inseri-las na ordem da enunciação. De fato, não é possível realizar os gestos de interpretação se não recorrermos às unidades tópicas, as quais se inscrevem nas fronteiras dos usos da linguagem, assim como também não é possível praticar a análise do discurso se houver a exclusão das formações discursivas e dos percursos, pois são elementos que enredam os limites das fronteiras pré-estabelecidas e traçam o roteiro dos possíveis efeitos de sentido.

### **2.2.1 Trajetórias na trilha de novos caminhos: Formação Discursiva e Gêneros Discursivos**

A partir da leitura de autores contemporâneos da Análise do Discurso, como Maingueneau, Angermuller, Branca-Rosoff, Baronas surge uma inquietação de se repensar a noção de formação discursiva, já que a articulação entre o posicionamento e o gênero não é feita nem por Foucault, nem por Pêcheux. Diante de uma trajetória de desenvolvimento bastante polêmica, Baronas (2005) confere uma dupla paternidade à noção, atribuindo-lhe como cofundadores Foucault e Pêcheux. De um lado, Foucault exemplifica as formações discursivas por meio de discursos da história das ciências, a fim de verificar as condições que possibilitam o surgimento e a legitimação de determinados discursos no verdadeiro de uma época. Por outro, Pêcheux prioriza a noção-conceito a partir dos discursos ideologicamente marcados, privilegiando as lutas políticas e as condições materiais de existência, as quais atravessam os indivíduos e os constituem em sujeitos.

Branca-Rosoff (2011), com o intuito de apontar um novo deslocamento na forma em como trabalhar a noção de formação discursiva, direciona o foco para as noções de interdiscurso e de interação. Assim, ao propor uma reinterpretação dialógica desse conceito, a autora apresenta alguns questionamentos em relação às problemáticas que, de alguma forma, sempre atravessaram os caminhos da formação discursiva. A autora comenta que, para Foucault, a formação discursiva era constituída por objetos estabilizados, institucionalizados, ligados aos mecanismos de poder que, conseqüentemente, são objetos de técnicas de conservação. Nesse sentido, Branca-Rosoff (2011) questiona se ainda é possível trabalhar com a noção de formação discursiva quando a Análise do Discurso coloca em evidência outras vozes, “menos legítimas”, ou quando considera outras materialidades, como a língua falada, a qual prioriza a dimensão interacional do discurso.

No que se refere à segunda acepção, postulada por Pêcheux, a formação discursiva visa reconhecer a ideologia como um mecanismo que permite estudar as significações do sujeito por meio da linguagem. O autor sustenta que o dito é precedido, sustentado e articulado pelas estruturas da língua e, mais especificamente, pelas regras sintáticas da língua. Por outro lado, o texto é relacionado à sua determinação não linguística e submetido às condições sócio-

históricas de produção, no entanto essas relações são restritas às classes sociais, as quais são apreendidas por meio das formações ideológicas e constituem uma relação de hegemonia. Nesse sentido, a crítica é estabelecida em relação à hegemonia atribuída às formações ideológicas que, necessariamente, implicam as formações discursivas e que, conseqüentemente, permitem supor a existência de linhas que demarcam notadamente as diferentes formações.

Em seguida, Pêcheux e Fuchs colocam em evidência as problemáticas freudianas a respeito do inconsciente e apresentam a ideia de que o exterior de uma formação discursiva é estritamente informável, tendo em vista que ele a determina. Assim, as relações existentes entre uma formação discursiva e o seu exterior são demasiadamente exploradas. Posteriormente, sob a influência da heterogeneidade do discurso sistematizada por Authier-Revuz, Courtine manifesta que o discurso é constituído, fundamentalmente, por suas relações com outras vozes, lançando mão, assim, dos estudos de interdiscurso. A partir de então, os fenômenos de significação em torno do discurso passaram a ser trabalhados diacronicamente, impedindo que se estabeleça a pesquisa apenas em uma dada conjuntura, pois os dizeres produzidos anteriormente ao discurso inscrevem os enunciados em uma história. Desse modo, a transversalidade dos discursos se torna, de fato, não controlável e, assim sendo, o exterior do discurso não é mais regulado pelas instituições (BRANCA-ROSOFF, 2011). Logo, o questionamento que irrompe é referente à forma em como observar a produção/circulação/apreensão/significação dos discursos em um universo tão vasto e efêmero.

Em suma,

A noção de *formação discursiva* elaborada por Foucault para abordar um conjunto de textos fixados pela escritura, os quais são objeto de técnicas de conservação sofisticadas, é menos um conceito que se abre sobre uma metodologia precisa de análise do discurso que um convite profícuo ao depreendimento de categorias da história das ideias e ao questionamento, em especial, das noções de objeto e de sujeito do discurso. A noção de *formação discursiva* elaborada por Pêcheux (no âmbito de um projeto de análise do discurso fundado na linguística) apresenta problemas de difícil superação, notadamente quando o analista deixa de trabalhar com escritos doutrinários ou administrativos bem estabilizados – o que ocasiona a impossibilidade da circunscrição de qualquer coisa que se possa chamar de *formação discursiva*. Nessa configuração, resta a ideia primeira: a forte presença do interdiscurso, a consideração de que o discurso

ocorre em reação; reatividade aos discursos que o delimitam – trabalho que consiste em capturar a presença da alteridade no cerne dos enunciados (BRANCA-ROSOFF, 2011, p 243).

Seguindo por essa perspectiva, Baronas (2005), ao tecer comentários sobre a pesquisa de Branca-Rosoff (2003), explica que os estudos da autora sugerem a necessidade de se repensar o conceito de formação discursiva, tomando como base, de uma parte, a própria noção de formação discursiva em forma de posicionamento subjetivo-ideológico e, de outra parte, a noção de gênero do discurso. Nesse ponto, a articulação proposta por Branca-Rosoff permite estudarmos a constituição/cercadura das formações discursivas de forma a não considerar somente as determinações ideológicas, mas também o conteúdo temático, o estilo verbal e composicional dos gêneros, além da própria cenografia instituída em cada tomada de palavra. Assim, de acordo com a autora, parte-se do princípio de que além do posicionamento ideológico, os elementos constituintes dos gêneros também possibilitam um caminho que corrobora a interpretação do sujeito.

Baronas (2005) esclarece que Maingueneau, na mesma direção de Branca-Rosoff, aponta para a necessidade de se reinterpretar a noção de formação discursiva. Para Maingueneau, tal reinterpretação propiciaria ao analista delimitar mais claramente a relação entre uma formação discursiva e outra. Dessa forma, a delimitação seria regulada de forma empírica e não ficaria somente a critério do analista. A proposta de Maingueneau, apesar de caminhar na mesma direção da proposta de Branca-Rosoff, possui metodologias diferentes, já que, no entendimento de Maingueneau, é necessário a demarcação entre uma formação discursiva e outra. Nesse ponto, encontramos o cerne dessa pesquisa, pois é a partir dos conceitos das unidades tópicas e não tópicas, conceitos já apresentados e propostos por Maingueneau, que visamos ancorar as análises do *corpus* selecionado para compor a tese.

Diante de tais abordagens e da inquietação apresentada pelos autores citados neste capítulo, partimos da trajetória da noção-conceito de formação discursiva e direcionamos o nosso olhar para as novas possibilidades dos gestos de interpretação, com o objetivo de apreender os processos discursivos de construção do sentido na contemporaneidade, mais especificamente, a partir do percurso do provérbio “Quem cala consente” apresentado nos diversos discursos selecionados.

## CAPÍTULO 3

### AS ESPECIFICIDADES DOS GÊNEROS DISCURSIVOS E O FUNCIONAMENTO DO GÊNERO PROVERBIAL



*“Todo dizer é exuberante. Dá a entender mais do que se propõe.”  
(José Ortega Y Gasset)*

### 3.1 As especificidades dos gêneros discursivos

O ser humano só se comunica por meio dos gêneros discursivos, tendo em vista que todas as atividades de interação entre os sujeitos estão fundamentadas nos usos da língua. Mikhail Bakhtin foi o grande precursor dos estudos a respeito dos gêneros de discurso e a sua relação com a produção humana e a comunicação, o qual visava ao aspecto dinâmico da linguagem e das várias formas de comunicação empregadas nas mais diversas atividades comunicativas. Para Bakhtin (1997, p. 279),

A utilização da língua efetua-se em formas de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou outra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua - recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora os seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.

Bakhtin, ao conceituar o enunciado como algo concreto e único, evidencia a ideia de acontecimento, pois a cada tomada de palavra há uma nova configuração que sobredetermina os cursos dos sentidos, isto é, um determinado enunciado acontece uma única vez, levando em consideração que as condições de produção/enunciação nunca mais serão as mesmas. Nesse sentido, devido às mais diversas práticas languageiras do homem em sociedade, os estudos dos gêneros tendem a acompanhar essa dinamicidade presente nos processos de interação.

De acordo com Fiorin (2016), os gêneros sempre estão vinculados a um determinado domínio das práticas discursivas e refletem suas condições específicas e funcionalidades. O conteúdo temático, o estilo e a organização composicional constituem o todo do enunciado, o qual, por sua vez, é marcado pela especificidade da esfera de ação na qual está inserido. O conteúdo temático refere-se ao domínio

de sentido que o gênero se ocupa, a organização composicional é a forma como o texto é organizado e estruturado e, por fim, o estilo contempla a escolha dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, a fim de construir a relação entre enunciador/enunciatário de forma eficiente.

Bakhtin (1997), ao estudar os gêneros, não pretendia catalogá-los e descrevê-los a partir de seus estilos, estruturas e conteúdos temáticos, haja vista a variedade de gêneros existentes. Para o autor, o foco era compreender o processo de emergência e estabilização do gênero. Desse modo, Bakhtin já direcionava as suas pesquisas em termos de funcionalidade, isto é, para apreender o aspecto dinâmico dos gêneros, o autor priorizava as funções de cada gênero dentro de cada esfera de atuação.

Uma característica fundamental dos gêneros é a sua contínua modificação. Fiorin (2016) explica que não é só cada gênero que passa por constantes modificações, mas o seu repertório também está em constante transformação, pois, conforme as atividades de interação se desenvolvem e ficam mais complexas, alguns gêneros desaparecem, outros aparecem, diferenciam-se e ganham novos sentidos, de acordo com as necessidades comunicativas.

Para Fiorin (2016), os gêneros são meios que possibilitam apreender a realidade e, assim sendo, os novos modos de enxergar e significar a realidade implicam no aparecimento de novos gêneros e na modificação dos já existentes. Nesse sentido, Fiorin (2016, p. 76) esclarece

O gênero une estabilidade e instabilidade, permanência e mudança. De um lado, reconhecem-se propriedades comuns em conjuntos de texto; de outro, essas propriedades alteram-se continuamente. [...] Nelas, estão presentes a recorrência e a contingência. A reiteração possibilita-nos entender as ações e, por conseguinte, agir; a instabilidade permite adaptar suas formas a novas circunstâncias (FIORIN, 2016, p. 76).

Os gêneros não são enunciados apenas da língua escrita, eles abrangem os usos da língua em todas as suas modalidades, pois tanto a fala quanto a escrita são realizadas por meio dos gêneros. Assim, por estarem presentes nas mais variadas situações comunicativas, desde as menos formais até as mais formais, Bakhtin estabeleceu uma divisão entre os gêneros, classificando-os em primários e secundários. Para o autor, os gêneros primários estão relacionados mais ao

cotidiano dos sujeitos e constituem uma comunicação mais espontânea e regida pelo contexto imediato. Os gêneros secundários pertencem ao universo da comunicação mais elaborada, por exemplo, os gêneros jornalísticos, políticos, religiosos, entre outros. Os gêneros secundários acabam absorvendo e transformando os gêneros primários. Na realidade, os dois tipos possuem uma relação interdependente. Fiorin (2016) explica que os gêneros também podem se hibridizar, ou seja, eles podem cruzar-se. Dessa forma, um gênero secundário pode valer-se de um gênero primário no seu interior, ou pode imitá-lo em sua estrutura, estilo e temática. Tal funcionamento de hibridização é bastante recorrente dentro do *corpus* selecionado, pois o gênero proverbial está a todo momento entrecruzando outros gêneros a fim de produzir os efeitos de sentido pretendidos.

No que se diz respeito à abordagem discursiva dos gêneros, Maingueneau (2013a, 2015) apresenta uma série de funcionamentos com a finalidade de elucidar a forma como os gêneros funcionam nos variados setores das atividades sociais. Maingueneau (2013a) menciona a utilidade dos gêneros como um fator de economia que serve para assegurar a comunicação. O fator de economia existe quando um locutor domina vários gêneros de discurso, refletindo em uma relevante economia cognitiva, pois, devido ao conhecimento prévio de um repertório de gêneros, não é necessário atentar-se a todos os detalhes de todos os enunciados que ocorrem e assim pode-se focar em apenas um número reduzido de elementos. Enquanto meio responsável por assegurar a comunicação, os gêneros evitam o mal-entendido na troca verbal, visto que a competência genérica é partilhada por membros de uma sociedade, assim, cada participante da situação de comunicação possui o conhecimento de como deverá se portar seja no papel de enunciatário, seja no papel de enunciatário.

Considerando as características dos gêneros discursivos: conteúdo temático, estrutura composicional e estilo, Maingueneau (2013a) fundamenta algumas condições que visam regular o funcionamento deles na sociedade. O autor argumenta que todo gênero deve ter uma finalidade reconhecida, isto é, o gênero discursivo visa a uma transformação da situação que participa, como o gênero publicitário, que pretende seduzir o público-alvo a respeito de uma oferta de produto ou serviço e a finalidade se constrói por meio dos objetivos enunciativos. Desse modo, a determinação adequada da finalidade é relevante para contextualizar e direcionar o enunciatário a ter um comportamento adequado diante do gênero ao

qual é apresentado. Portanto, o próprio gênero discursivo sobredetermina os papéis do enunciador e do enunciatário na situação comunicativa, determinando quem fala e para quem se fala.

Outro fator que legitima o processo de significação dos gêneros discursivos é a sua temporalidade, tendo em vista que todo gênero, ao ser colocado em circulação, implica um determinado lugar e um determinado momento. O fator temporalidade é fundamental na análise do processo de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”, porque, ao entrecruzar variados gêneros discursivos, em diferentes lugares e momentos, abrimos o leque a distintas condições de produção e, conseqüentemente, passamos a um universo mais amplo de possíveis significações e ressignificações do sentido. No que tange à temporalidade dos gêneros, Maingueneau (2013a, p. 74) menciona que ela implica os seguintes fatores:

Uma **periodicidade**: um curso, uma missa, um telejornal... são periódicos; já um pronunciamento do chefe de Estado ou um panfleto não obedecem a uma periodicidade;

Uma duração de **encadeamento**: a competência genérica indica qual é a duração de realização de um gênero de discurso. Certos gêneros implicam mesmo a possibilidade de *várias* durações. Um jornal cotidiano distingue pelo menos duas durações de leitura de um artigo: o simples levantamento dos elementos destacados em negrito e em maiúsculas, seguido eventualmente de uma verdadeira leitura do texto;

Uma **continuidade** nesse encadeamento: uma piada precisa ser contada de uma só vez, enquanto um romance é normalmente lido com um número indeterminado de interrupções;

Uma duração de **validade** presumida: uma revista é considerada válida durante uma semana; o jornal, por um dia; já um texto religioso fundador (a Bíblia, o Alcorão...) propõe-se a ser lido por tempo indefinido.

Quanto à estrutura composicional, o referido autor expõe que o gênero de discurso necessita de um suporte material, uma organização textual adequada e o emprego de recursos linguísticos específicos. Dessa forma, a dimensão midiológica dos enunciados é essencial na construção dos gêneros, pois todo texto é inseparável do seu modo de existência material. Além disso, todo gênero está associado a uma organização textual e devemos ter consciência do funcionamento

desde as frases mais curtas até as partes maiores que constituem os gêneros. Por fim, o gênero de discurso implica que os seus participantes saibam empregar a língua de forma adequada, a fim de que as expectativas do gênero sejam atendidas, porém, de acordo com Maingueneau (2013a, p. 77),

[...] não é todo gênero que implica necessariamente recursos linguísticos específicos. Existem várias atividades verbais para as quais, ao contrário, não há recursos próprios: por exemplo, os gêneros publicitários, que podem adotar os mais diversos usos da língua, em função de cenografia. Nesse caso, é a ausência de recursos específicos o que faz a especificidade desses textos. Além disso, não devemos esquecer que um locutor sempre pode transgredir as normas, seja porque não as domina bem, seja porque assim delibera para produzir um certo efeito a ser interpretado em função do contexto.

Após explicitarmos algumas das especificidades dos gêneros discursivos, adotamos o ponto de vista que a Análise do Discurso orienta ao tratar tais materialidades. O contraponto entre a perspectiva bakhtiniana e a perspectiva dos analistas do discurso é o fato de que Bakhtin possuía uma visão muito ampla dos gêneros, principalmente, por apreender o gênero enquanto uma instituição de fala ao mesmo tempo social e verbal, enquanto os analistas do discurso têm uma concepção mais restritiva. De acordo com Maingueneau (2015, p. 109),

De fato, eles [os estudos bakhtinianos] apreendem o gênero como uma instituição de fala ao mesmo tempo social e verbal, um dispositivo que regula uma atividade verbal autônoma; ora, as saudações e as injúrias não são atividades autônomas: mais frequentemente, elas fazem parte de uma interação oral.

Assim, a generalização da categoria de gênero de discurso a todos os tipos de produção verbal encontra a dificuldade da heterogeneidade dessas atividades verbais. De fato, a diversidade das atividades verbais é muito grande, embora possamos distinguir, conforme explica Maingueneau (2013a), uma conversa entre amigos em uma mesa de bar de um diálogo de Platão, ainda que as duas atividades possam ser classificadas como conversação. O autor argumenta que o diálogo de Platão é uma criação elaborada antes e controlada do início ao fim por um autor, e é um texto que existe em função de uma temática homogênea, cujos protagonistas

possuem um papel definido dentro de uma determinada doutrina, a qual é constituída historicamente no interior de um campo filosófico. Já a conversa entre amigos, em uma mesa de bar, possui uma atividade oral de temática muito instável e negociada de modo muito dinâmico entre os interlocutores, os quais têm uma vaga consciência de toda a interação e, conseqüentemente, não podem planejá-la. Sob esses aspectos, Maingueneau (2013a, p.116) propõe uma distinção entre duas grandes espécies de gênero discursivo: gêneros instituídos e gêneros conversacionais:

Os gêneros instituídos, que podem ser tanto orais quanto escritos, são muito variados: o conselho de classe, a lábria do camelô, a entrevista, a dissertação literária, a consulta médica, o jornal etc. São os gêneros que melhor correspondem à definição do gênero de discurso como dispositivo de comunicação verbal sócio-historicamente definido. Seus participantes se inserem em um formato pré-estabelecido e os papéis que desempenham permanecem os mesmos durante o ato de comunicação. Os parâmetros que os caracterizam resultam de uma estabilização de coerções ligadas a atividades verbais que se exercem em situações sociais determinadas. Estão ligados às necessidades de uma época e de um lugar determinados, e com eles desaparecem.

Os gêneros conversacionais, por sua vez, não se encontram estreitamente ligados a lugares institucionais, a papéis a serem desempenhados pelos parceiros, a scripts relativamente estáveis. Sua composição e sua temática são em geral muito vagas, e seu formato se modifica continuamente (MAINGUENEAU, 2013a, p. 116).

Após apresentarmos algumas especificidades dos gêneros do discurso, constatamos o quão dinâmicos são os processos que os constituem, trabalharemos, também, com as Cenas de Enunciação, desenvolvidas por Maingueneau (2008b), a fim de explorar o processo de legitimação dos gêneros selecionados para a tese que, conseqüentemente, colocam em circulação os possíveis efeitos de sentido para o provérbio “Quem cala consente”.

### 3.2 Cenas de Enunciação em foco

No que tange à constituição do sentido e à sua legitimação nos processos enunciativos, Maingueneau (2008b) apresenta o conceito de cenas de enunciação, que são construídas a partir da representação que o discurso faz da própria situação em que é enunciado. A análise proposta por Maingueneau (2008b) é feita em três níveis: 1) cena englobante; 2) cena genérica 3) cenografia. A cena englobante corresponde ao tipo de discurso, ou seja, quando recebemos um panfleto na rua, devemos ser capazes de identificar a qual esfera esse discurso pertence, por exemplo, devemos identificar se o texto apresentado remete a um discurso religioso, publicitário, político e assim por diante. Nesse sentido, ao interpretarmos um determinado texto, é essencial que saibamos em qual cena englobante ele está inscrito e, conseqüentemente, de que forma ele interpela o seu interlocutor, pois, para que os sentidos façam sentido, é necessário que se estabeleça a relação entre o gênero discursivo e os seus aspectos sócio-históricos de produção. Cabe ressaltar que, por estarmos envolvidos no processo de produção e recepção dos discursos e fazermos parte das condições de produção, muitas vezes, esses processos de identificação e significação ocorrem de forma inconsciente, no sentido psicanalítico do termo.

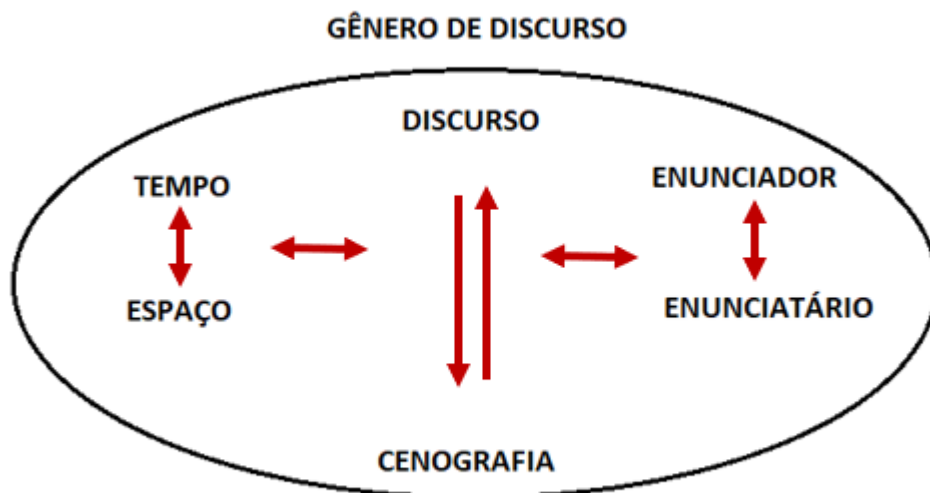
O segundo nível de Maingueneau (2008b) corresponde aos gêneros de discurso, os quais implicam um contexto específico: papéis, circunstâncias, um suporte material e uma finalidade. No entanto, a cena genérica não deve se restringir apenas à estrutura do gênero, mas, sobretudo, deve se estender à sua funcionalidade. Logo, as cenas, englobante e genérica, constituem o espaço do dizível, isto é, o espaço no qual o enunciado adquire sentido. Em alguns casos, o gênero de discurso se resume a essas duas cenas, como é o caso, por exemplo, da bula de remédio, do catálogo telefônico, os quais constituem gêneros funcionalmente utilitários e não produzem margens para sentidos muito variáveis. Por fim, o terceiro nível é a cenografia, cena que intervém nos discursos e não é definida pelo tipo ou gênero de discurso, ela é constituída pelo próprio discurso, na enunciação. Há determinados gêneros que mobilizam variadas cenografias, como o gênero publicitário que, ao visar persuadir o enunciatário, busca captar o imaginário social e construir um discurso que atenda tanto às expectativas do enunciad

quanto às do enunciatário, a fim de produzir sentidos e, conseqüentemente, cumprir com a sua finalidade.

Seguindo as orientações de Maingueneau (2013b, p. 98), entendemos que

A cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar o que convém.

Assim, o discurso sustenta e é sustentado por uma cenografia, ou seja, uma relação entre o tempo, o espaço e os sujeitos, sendo essa relação a condição essencial para a enunciação, conforme podemos verificar no esquema abaixo:



Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio da cenografia, o discurso objetiva convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima, conforme aponta Maingueneau (2008b, p. 117),

[...] o discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, de outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que ele impõe. Para isso, é necessário que ele faça seus leitores aceitarem o lugar que ele pretende lhes designar nessa cenografia e, de modo mais amplo, no universo do sentido do qual ela participa [...].

Ao desempenhar o seu papel, a cenografia não deve ser considerada um quadro fechado, um elemento de decoração do discurso, ou algo para simplesmente ocupar o interior de um espaço já constituído. Nesse sentido, a enunciação, ao se desenvolver, vai construindo o seu próprio dispositivo de fala e, ao ser colocada em jogo no processo enunciativo, a palavra supõe uma determinada situação de enunciação que, com efeito, vai se validando progressivamente por meio da própria enunciação. Sob essas condições,

[...] a cenografia é, ao mesmo tempo, origem e produto do discurso; ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e estabelecer que essa cenografia de onde se origina a palavra é precisamente a cenografia requerida para contar uma história, para denunciar uma injustiça etc. Quanto mais o enunciador avança no texto, mais ele deve se persuadir de que é aquela cenografia, e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso (MAINGUENEAU, 2008b, p. 117).

Verificamos, então, que o dizer e o dito se sustentam reciprocamente e as cenas enunciativas constituem a dinâmica do discurso, provocando diferentes efeitos de sentido e, ao mesmo tempo, conduzindo a caminhos interpretativos diversos:

A interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato. [...] Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem (ORLANDI, 2013, p. 26).

Após a apresentação de algumas das especificidades que compõem os gêneros discursivos, focaremos nas cenografias que os gêneros selecionados para a análise evocam e, mais especificamente, no modo como as unidades tópicas e não tópicas se entrelaçam nos jogos discursivos da linguagem e produzem sentidos.

### 3.3 O funcionamento do gênero proverbial

Os provérbios permeiam a história desde a antiguidade, sendo utilizados para aconselhar/reprimir em determinadas situações ocorridas, ou para orientar moralmente futuras ações. Eles fazem parte do *thesaurus* cultural de uma sociedade, são considerados o saber popular que condiciona o modo de pensar e agir adequado para cada época e são disseminados de geração para geração. Não há uma data histórica comprovada e bem definida que demarque a origem dos provérbios, pois eles existem desde a antiguidade e uma de suas principais características é o fato de não possuírem uma autoria definida.

De acordo com Figueiredo (2012), na China e na Índia antigas, os provérbios eram utilizados para expressar os preceitos morais e disseminar ideias filosóficas. Os romanos também contribuíram para a circulação dos provérbios pelo mundo, conforme comprovam as inúmeras expressões proverbiais clássicas que chegaram até os dias atuais. No entanto, a Bíblia é a grande disseminadora dos provérbios nos mais diversos lugares do mundo. Durante a Idade Média, eles eram empregados em cerimônias religiosas e, principalmente, nas falas dos pregadores na missa. Já no Renascimento, grandes escritores compilaram os provérbios em diversas culturas. Nesse sentido, desde sempre os provérbios povoaram a linguagem e os estudos da linguagem, haja vista que o seu funcionamento está intimamente ligado às práticas discursivas dos sujeitos. Assim, mesmo sem uma definição precisa da sua origem, o estudo dos provérbios mantém-se bem fundamentado e atual, pois o seu funcionamento revela por si só uma série de aspectos que possibilitam apreender os sentidos, os sujeitos e as condições de produção que constituem o jogo enunciativo.

Em suma, os provérbios possuem uma estrutura simples e, geralmente, são compostos por frases curtas. Eles estão diretamente relacionados à cultura de um povo, pois os saberes cristalizados são transmitidos ao serem enunciados e acabam revelando muito mais do que dizem, como a ideologia intrínseca ao sentido mais usual do provérbio, o posicionamento de quem diz, para quem diz, de que forma diz, sendo todos esses fatores sobredeterminados historicamente.

Quando os provérbios são citados sem a referência ao seu estatuto de gênero proverbial, ainda assim são reconhecidos, pois há o trabalho da memória que irrompe na materialidade discursiva e retoma um já-dito que faz parte de um *thesaurus* coletivo. Nesse sentido, Pêcheux (1999, p. 52) explica que

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como um acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados ou relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Já quando os provérbios são instituídos no discurso com o auxílio de fórmulas, há a demarcação de um distanciamento entre locutor e enunciador, com a finalidade de refutar ou fundamentar o seu posicionamento no discurso em relação a uma assertiva proverbial. Nos dois funcionamentos, o emprego do provérbio revela-se um argumento de autoridade, o qual possui anonimia, impessoalidade, sem uma referência determinada, além de remeter a uma verdade geral, atemporal, no espaço de uma enunciação específica, por meio de expressões formulaicas, demonstrando que enquanto texto ele introduz um subtexto que só é compreensível dentro do ambiente discursivo (SILVA; OLIVEIRA, 2011).

De fato, a língua vai se modificando no decorrer dos anos e, conseqüentemente, as práticas em torno dos usos também. Assim, os sentidos não são estáticos e, por isso, em cada enunciação (marcada por um determinado momento sócio-histórico), há a possibilidade de circulação de novos sentidos, tendo em vista que só podemos dizer da forma que dizemos e não de outra, porque somos interpelados pela língua, pela história, pela ideologia, isto é, apreendemos os sentidos da forma que apreendemos porque estamos inseridos em um universo discursivo que regula uma série de funcionamentos, os quais atuam desde o primeiro instante de nossa constituição. Com os provérbios não é diferente e, nesse sentido, Silva e Oliveira (2011, p. 70) afirmam

O conteúdo proverbial manifesto nunca está completamente latente em si mesmo, e sim, na aplicação que os usuários fazem em interações específicas, ou seja, um provérbio, em uma situação, denota um sentido; em outra, pode significar algo diferente e até mesmo contraditório.

A afirmação das autoras vai ao encontro dos anseios dessa tese, pois prioriza-se a linguagem em uso, abarcando a dinamicidade dos sentidos em dadas condições de produção e de enunciação.

Quanto ao aspecto enunciativo, Maingueneau (2013a, p. 215-217) argumenta que os provérbios são fundamentalmente polifônicos, pois o enunciador, ao proferir

o seu discurso, retoma incontáveis enunciações anteriores de todos aqueles que já proferiram tal provérbio em algum momento. Segundo o autor, não se trata de uma citação no sentido mais comum do termo, porque, para ele, proferir um provérbio significa fazer com que a voz da sabedoria popular seja ouvida por intermédio de sua voz. O enunciador não menciona a fonte do provérbio, pois cabe ao enunciatário desvendar o provérbio e os seus sentidos. Seguindo as orientações de Maingueneau (2013a, p. 216), o enunciatário apoia-se, ao mesmo tempo, nas propriedades linguísticas e em sua própria memória, a fim de construir os significados para o texto que lhe foi apresentado. Assim, o enunciatário busca

Em sua *memória*, uma vez que o provérbio pertence a um estoque de enunciados conhecidos como tal pelo conjunto dos falantes de uma língua; aliás, os provérbios encontram-se nos dicionários; Em certas *propriedades linguísticas*, visto que o provérbio se submete a algumas coerções que lhe dão estabilidade e facilitam sua memorização. O provérbio é curto e geralmente estruturado de forma binária (“Pai avaro/filho pródigo”, “Sua alma/sua palma”); recorre frequentemente a rimas (por exemplo, - *alma* no provérbio citado) ou correlaciona partes com igual ou aproximados números de sílabas; estabelece simetrias sintáticas ou semânticas entre uma parte e outra (“Vencer *sem perigo* é triunfar *sem glória*”); emprega normalmente construções ou palavras arcaicas (MAINGUENEAU, 2013a, p. 216).

Na realidade, o enunciador do provérbio é corresponsável pela assertiva, à medida que a sabedoria popular é a própria comunidade que compartilha uma língua e, conseqüentemente, cada sujeito é indiretamente um dos membros dessa instância. No entanto, essa relação só pode ocorrer de forma indireta, pois a sabedoria popular é transcendental e provém de experiências imemoriais. Além disso, o provérbio é a premissa de como funciona o mundo, validando e legitimando aquilo que é o verdadeiro de uma época.

Outro funcionamento relevante do gênero proverbial e essencial para a construção dos sentidos, principalmente, no que diz respeito ao seu conteúdo, refere-se aos “desvios dos provérbios”, procedimento discursivo desenvolvido por Grésillon e Maingueneau, em 1984. Os autores publicaram o artigo “*Polyphone, proverbe et détournement*”, no qual explicam o funcionamento de tal procedimento e destacam a diferença entre o desvio “lúdico” e o desvio “militante”, os quais são descritos pelos autores da seguinte forma:

[...] *C'est dans cette optique que nous allons définir un procédé discursif, le détournement, qui consiste à produire un énoncé possédant les marques linguistiques de l'énonciation proverbiale mais qui n'appartient pas au stock des proverbes reconnus.*

*Em fait, cette pratique peut être mise en oeuvre sous deux régimes très différents, l'un ludique, l'autre militant. Il y a détournement ludique lorsque ce détournement entre dans le cadre des purs jeux de mots, et n'est pas au service d'un enjeu idéologique, politique... Le détournement militant, em revanche, vise à donner de l'autorité à un énoncé ou à ruiner celle du proverbe au nom d'intérêts de divers ordres<sup>7</sup> (GRÉSILLON, MAINGUENEAU, 1984, p. 114).*

Para Grésillon e Maingueneau (1984), o “desvio lúdico” ocorre quando há um desvio apenas no nível linguístico, ocasionando apenas um jogo de palavras, sem pretensões políticas ou ideológicas. E o “desvio militante” configura-se quando o enunciador visa dar autoridade a um enunciado ou quando ele visa deslegitimar a autoridade do enunciado, por consequência dos mais variados interesses. O processo discursivo de “desvio militante” é o que mais interessa aos analistas do discurso, pois ele coloca em evidência as relações ideológicas da linguagem. No entanto, as autoras Silva e Oliveira (2011) possuem uma visão distinta em relação aos desvios, lúdico e militante, apresentados por Grésillon e Maingueneau (1984). Para elas, a ideologia é inseparável da sociedade, assim “todo discurso é irremediavelmente perpassado por investimentos ideológicos implícitos ou não” (SILVA, OLIVEIRA, 2011, p. 73). No caso de *détournement*, as autoras sustentam a ideia de que tal processo discursivo está sempre a serviço de fins ideológicos, não importando a zona de cruzamento linguístico-semântico - mais ou menos lúdica - existente entre eles. Desse modo, adotamos para essa pesquisa os mesmos pressupostos apresentados por Silva e Oliveira (2011), pois consideramos que a ideologia é indissociável da linguagem e, conseqüentemente, da sociedade. Assim,

---

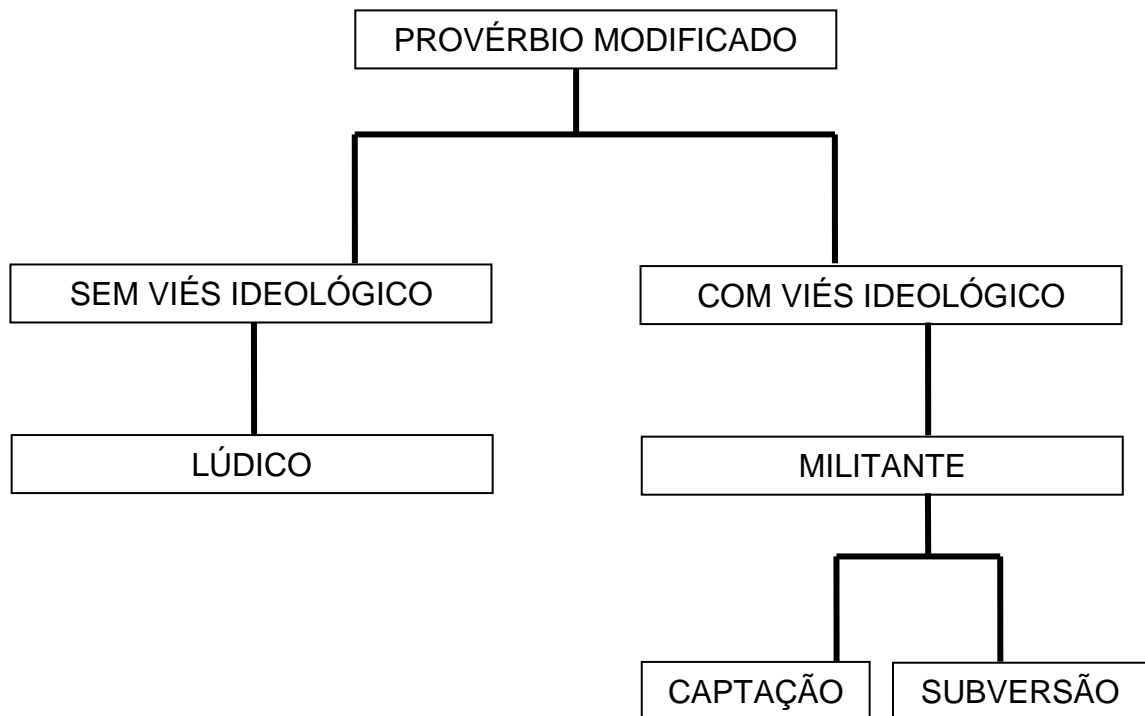
<sup>7</sup> É nessa perspectiva que vamos definir um processo discursivo, o *desvio*, que consiste em produzir um enunciado que possua as marcas linguísticas da enunciação proverbial, mas que não pertença ao estoque de provérbios reconhecidos.

De fato, esta prática pode ser implementada sob dois regimes muito diferentes, um *lúdico*, e outro *militante*. Há o desvio lúdico quando esse desvio entra no quadro dos trocadilhos puros, e não está a serviço de uma causa ideológica, política... O desvio militante, por outro lado, visa dar autoridade a uma declaração ou arruinar a do provérbio em nome de interesses de várias ordens (tradução nossa).

o desvio militante e o lúdico estão, inevitavelmente, em maior ou menor grau, inscritos em formações ideológicas que reverberam discursivamente no meio social.

Silva e Oliveira (2011) apresentam um esquema (esquema 1) com as categorias de classificação aplicáveis à análise de uma enunciação com *détournement* proverbial.

Esquema 1:



Fonte: OLIVEIRA; SILVA, 2011, p. 73.

Quanto ao funcionamento do “desvio militante”, a captação é responsável por evidenciar uma estratégia de mudança na apropriação do provérbio, mas mesmo com a alteração, o provérbio mantém o seu conteúdo semântico global. Na estratégia de subversão, o sentido original do provérbio, isto é, seu teor semântico original é modificado.

Assim, levando em consideração todos os apontamentos teóricos e, mais especificamente, os funcionamentos e as funcionalidades dos gêneros discursivos, em especial, do gênero proverbial, no próximo capítulo apresentamos as análises de como o provérbio “Quem cala consente” foi absorvendo novos sentidos ainda que,

muitas vezes, mantendo a mesma forma, com o passar do tempo. Os discursos selecionados para as análises fazem parte da esfera midiática e o fato de o provérbio sempre aparecer enunciado dentro de outro gênero é essencial para a construção dos sentidos, pois a partir dos gêneros que formam os enunciados (unidades tópicas), das formações discursivas e percursos (unidades não tópicas), entre outros aspectos que sustentam a enunciação, analisamos como se constituiu o processo de (re)significação, ou seja, analisamos como o provérbio selecionado foi resgatado e trazido à tona, na atualidade, sob condições específicas de enunciação, e como ele produziu os efeitos de sentido diante dos fatores linguísticos e extralinguísticos que o sobredeterminam.

## CAPÍTULO 4 ANÁLISES



*"Todo ato falho é um discurso bem sucedido."*  
 (Jacques-Marie Émile Lacan)

#### 4.1 A (re)significação do provérbio “QUEM CALA CONSENTE”

Os provérbios fazem parte da cultura popular desde a antiguidade e os seus usos traduzem os valores vigentes em determinadas sociedades e épocas. A força do provérbio na cultura brasileira é extremamente relevante; antes do surgimento das novas tecnologias (televisores, computadores, celulares, entre outros), as famílias se reuniam e transmitiam às novas gerações os seus costumes e as suas tradições, principalmente, de forma oral. Uma das principais funcionalidades dos provérbios é recordar/resgatar, de forma lúdica, o sentido moral da educação de um povo, ou seja, o seu objetivo é fixar na memória coletiva as mais variadas experiências sociais humanas. De acordo com Bragança Júnior *et al* (2007), por mais distintas que sejam as épocas, as comunidades ou os espaços, sempre encontraremos, por meio dos usos da linguagem e das enunciações proverbiais, duras críticas e ironias contra as mazelas dos seres humanos, como o egoísmo, a avareza, a inveja, a pequenez, entre outras. Da mesma forma que, ao inverso, encontraremos a exaltação das boas qualidades, como a lealdade, a generosidade, a sinceridade, a grandeza etc. De fato, os provérbios trazem à tona o que há de melhor e pior nos seres humanos, portanto, conseqüente e inevitavelmente, estão presentes em todas as culturas (BRAGANÇA JÚNIOR, PARDO PASTOR, COSTA, 2007).

Considerando a metodologia discursiva selecionada para as análises e a premissa de que os valores vigentes da sociedade são apreendidos por meio da linguagem, por meio de processos dinâmicos e multifacetados, apresentamos um esquema para exemplificar a relação entre os aspectos teóricos, os quais se relacionam de modo interdependente, e possibilitam a compreensão dos funcionamentos discursivos envolvidos nos usos da linguagem e, mais especificamente, na compreensão do processo de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”. A partir de uma análise discursiva em torno da enunciação, concebida após a crise do modelo estrutural e consolidada depois do final dos anos 1970, as abordagens passam a levar em conta a dimensão acontecimental do discurso e a questionar a separação circunscrita entre texto (enquanto objeto linguístico) e contexto (objeto extralinguístico). Angermuller (2016) explica que, na perspectiva pragmática, não há mais o interesse em analisar textos abstratos e

isolados de seus contextos, pois o foco está nos textos enunciados, utilizados e contextualizados no discurso. Assim,

Os laços entre textos e contextos evoluem continuamente no discurso; o espaço por meio do qual os enunciados manifestam a sua potência discursiva está constantemente em movimento, e o não fechamento é um dos seus traços constitutivos (ANGERMULLER, 2016, 69).

Assim, o objetivo das análises é apreender como a enunciação conecta os textos aos contextos, conforme apresentamos no quadro a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora.

De modo geral, o esquema orienta na construção de uma análise que explore a forma como os textos fornecem aos seus leitores a apreensão dos contextos em que foram enunciados, isto é, como os textos revelam as suas próprias condições

reais e materiais de existência. Para tanto, Angermuller (2016) destaca três problematizações que colocam em destaque a heterogeneidade do discurso, a fim de explicitar os processos de significação de textos que se ligam a saberes e contextos diversos:

- A problematização da dêixis discursiva: como o texto designa seus contextos por meio das enunciações? Quais são os contextos pertinentes do texto em questão?
- A problematização da polifonia: como os enunciados regem seus enunciadores? Quem assume a responsabilidade de quais aspectos do texto concernem a seu conteúdo? Quem fala?
- A problematização do pré-construído: quais traços permitem dizer o que foi dito antes ou em outro lugar? Como se manifesta o saber que chega até nós? (ANGERMULLER, 2016, p. 80).

Tais problematizações não nos colocam diante de um sentido transparente em que todos os seus elementos constituintes se articulam de modo claro e objetivo. Na realidade, elas nos colocam diante de uma materialidade opaca (discurso) que evidencia as falhas constitutivas entre o que é dito e o que é silenciado.

#### **4.2 Provérbio “QUEM CALA CONSENTE”: da origem aos (re)significados**

Uma das características dos provérbios é que eles não possuem uma origem demarcada historicamente, eles são incorporados ao *thesaurus* de uma comunidade a partir dos seus usos, assim, eles são inscritos ao longo da história a partir de sua circulação, isto é, eles irrompem na sociedade por meio dos usuários da língua, em dados contextos, a fim de transmitir algum valor. As autoras Silva e Oliveira (2011, p.33) argumentam que

Desde os primórdios da civilização humana, os provérbios são encontrados representando ensinamentos e ditames para a vida social. Por apresentarem estruturas sintéticas, mas altamente significativas, estão presentes em muitas situações da vida das pessoas e, por este motivo, ganham, independentemente do lugar e do tempo, dimensão universal (SILVA, OLIVEIRA, 2011, p. 33).

No entanto, Rapoport (2019) revela que a expressão “Quem cala consente” surgiu com a queda de um papa que se dizia ateu. Desde o século XIII, o significado dessa máxima fundamenta-se na ideia de que quando alguém não se manifesta contra uma atitude concorda com ela. Assim, “*Quien calla otorga*” foi empregada pelo papa Bonifácio VIII (1235 – 1303 / papa conhecido por seus conflitos com Dante Alighieri), no século XIII, na França, em uma de suas bulas decretais. De acordo com Lima (2004), as bulas decretais eram as cartas que os papas medievais escreviam em respostas às consultas populares. Na realidade, o que o papa decidia acabava virando lei, assim, as bulas decretais funcionavam como um meio de o direito canônico combater as leis orais, as quais eram baseadas em tradições e superstições. Bonifácio VIII ficou conhecido como o papa ateu que queria dominar o mundo. Além de declarar o poder absoluto sobre todos os outros governantes, o papa, com seu exército, saqueou e queimou a cidade italiana de Palestrina, em 1298, ocasionando a morte de seis mil pessoas. Em seguida, foi deposto militarmente pelos franceses. Após a sua morte na prisão, foi sucedido por Bento IX. E, em 1305, assumiu o papa Clemente V, o qual transferiu a sede do papado de Roma para a cidade provençal de Avignon. Assim, após a queda de Bonifácio VIII, a Igreja teve que se calar e consentir a retomada de poder da monarquia.

O provérbio “Quem cala consente” possui um sentido cristalizado que remete à ideia de que quando uma pessoa não se manifesta a respeito de alguma atitude, acaba concordando com ela; no entanto, devido ao caráter plural e multifacetado dos sentidos e, dependendo de como o provérbio é constituído na enunciação, principalmente suas condições de produção, há uma ampliação das possibilidades de significação e de ressignificação, pois os sentidos sempre podem ser outros, mas não qualquer um. Assim, a significação é inerente ao homem, pois, para nos constituirmos enquanto sujeitos, estamos a todo instante significando o mundo à nossa volta e, mutuamente, sendo significados nele. Nesse sentido, Orlandi argumenta que

O homem está “condenado” a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à “interpretação”: tudo tem de fazer sentido (qualquer ele seja). O homem está irremediavelmente

constituído pela sua relação com o simbólico<sup>8</sup> (ORLANDI, 2013, p. 30).

Entre os verbos “calar” e “consentir”, presentes no provérbio selecionado, há uma série de relações de sentido que corroboram a tensão e a polêmica estabelecidas no processo de significação, dentro de cada gênero no qual o provérbio foi enunciado, ou retomado, ou subvertido e, conseqüentemente, (re)significado. O verbo “calar” traz à tona a ideia de silêncio, o qual é altamente argumentativo e carregado de significados, principalmente, no âmbito dos estudos da Análise do Discurso, que o considera instrumento fundador do sentido. De fato, para os estudos discursivos, o silêncio significa tanto quanto o dizer, tendo em vista o seu caráter constitutivo. Para Orlandi (2007, p. 13),

O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação: um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito.

Quanto ao verbo “consentir”, no Dicionário Online de Língua Portuguesa, encontramos a acepção que atribui à expressão a ideia relacionada ao uso mais comum do provérbio, ou seja, “consentir” refere-se a quem não se opõe a; que não coloca obstáculo; que permite; que não se manifesta contrariamente: quem cala, consente.

Nesse sentido, desenvolvemos um esquema que visa articular as unidades tópicas, as unidades não tópicas e as ferramentas disponibilizadas pela Análise do Discurso, a fim de promover uma metodologia que nos auxilie a compreender: a) o funcionamento discursivo na produção dos sentidos; b) a constituição dos sujeitos; c) e, mais especificamente, a (re)significação do provérbio “Quem cala consente”.

---

<sup>8</sup> O simbólico é o efeito da linguagem sobre o sujeito, efeito este que estreita a relação entre o mundo, o sujeito e a significação. Não há significado em si, o sentido é inferido a partir das relações exteriores à língua (LACAN, 2007).

#### 4.1.1 Propaganda promocional



Fonte: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/4418-0805cv-crateus>

A primeira imagem é de uma propaganda institucional de campanha de prevenção e enfrentamento, veiculada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e visa a combater a violência sexual contra crianças e adolescentes. Em relação à disposição do texto verbal presente na propaganda, é utilizado o provérbio “Quem cala consente”, em destaque na parte superior da propaganda. Logo abaixo do provérbio, há o informativo: “Violência sexual contra crianças e adolescentes é crime! Denuncie”. O número do Disque 100, disponibilizado pelo Ministério dos Direitos Humanos, também é divulgado. Outro recurso a ser destacado é a imagem de uma adolescente em posição fetal, denotando medo, fragilidade, acuação, vulnerabilidade. Assim, todos os recursos empregados são articulados a fim de persuadir o interlocutor, seja levando-o a uma simples reflexão, ou, até mesmo,

motivá-lo a denunciar alguma situação, pois, por se tratar de um discurso propagandístico, o foco principal é conseguir a adesão em relação a uma determinada ideia.

No que se refere às unidades tópicas, no trabalho com o discurso publicitário, alguns autores distinguem propaganda de publicidade e apresentam definições distintas para cada termo, por exemplo, Carvalho (1996, p. 9-10) estabelece algumas diferenças:

O primeiro (propaganda) estaria relacionado à mensagem política, religiosa, institucional e comercial, enquanto o segundo (publicidade) seria relativo apenas a mensagens comerciais. Apesar de métodos semelhantes, diferenciam-se quanto ao universo que exploram. A propaganda política (institucional, religiosa, ideológica) está voltada para a defesa dos valores éticos e sociais, enquanto a publicidade comercial explora o universo dos desejos, um universo particular. A publicidade é mais “leve”, mais sedutora que a propaganda. Como não tem autoridade para ordenar, o emissor utiliza a manipulação disfarçada: para convencer e seduzir o receptor, não deixa transparecer suas verdadeiras intenções, idéias e sentimentos, podendo usar vários recursos.

Para Muchielli (1978), propaganda e publicidade possuem uma relação de complementaridade, no entanto o autor apresenta algumas semelhanças e diferenças entre elas. No que se refere às semelhanças, ele explica que ambas visam à manipulação e à persuasão, utilizando-se das necessidades dos indivíduos e dos grupos. Para ele, é comum a essas duas formas (propaganda e publicidade) a ação psicológica sobre as pessoas. No que se refere às diferenças, a propaganda e a publicidade possuem objetivos distintos. A publicidade possui cunho mais comercial e a propaganda possui direcionamento político, buscando, sempre, por uma adesão ideológica. Muchielli (1978) argumenta que a publicidade proporciona mudança menos global de atitudes, tendo em vista que está voltada mais ao sistema de consumo, enquanto a propaganda proporciona ação mais global, ou seja, ela procura influenciar as atitudes fundamentais das pessoas. Elas, ainda, possuem diferenças nas motivações manipuladas, nos valores utilizados, na valorização dos indivíduos e, por fim, nas ações pedidas.

Quanto à funcionalidade própria do discurso propagandista, Charaudeau (2010, p.62-65) descreve algumas características pertencentes ao gênero. O autor

diz que o “eu” encontra-se em uma posição de não autoridade e deve usar uma estratégia de fazer crer, atribuindo, conseqüentemente, ao “tu”, uma posição de dever crer. Esse discurso tem como alvo uma instância coletiva, daí o qualificativo de “propagandista”, no seu sentido etimológico de difusão e circulação do discurso no espaço público, junto ao maior número de pessoas. A organização do discurso propagandista utiliza-se de um duplo esquema cognitivo: o narrativo e o argumentativo. Em suma, para Charaudeau (2010), esse discurso concretiza-se por meio de diferentes gêneros, os quais variam de acordo com o tipo de legitimidade da qual goza o sujeito falante, da natureza do objeto de fala que constitui o “fazer crer” e o “dever crer”, além do próprio lugar social de inscrição dos sujeitos.

Ao tratarmos especificamente das cenas, englobante e genérica, da propaganda em questão, há um funcionamento que não objetiva oferecer um determinado produto ou serviço, mas visa ao combate a uma prática criminosa que ocorre na sociedade. Charaudeau (2010), ao apresentar as características do “discurso promocional<sup>9</sup>”, afirma que tal discurso não possui a finalidade de enaltecer uma marca, mas busca prevenir certos flagelos, por exemplo, a propagação de uma doença, aconselhar a população a mudar uma ideia, ou, ainda, motivar a adoção de certos comportamentos, como parar de fumar, usar preservativo, vacinar-se. Trata-se, portanto, de um discurso que promove um contrato de benefício social. Dessa maneira, o autor define as características de cada uma das instâncias enunciativas desse tipo de discurso,

*A instância promotora* tira sua legitimidade de sua posição de saber (suposto) e de uma postura de moral social. Não se trata mais de estabelecer uma concorrência num mercado de bens e consumo (não há instância concorrente), mas de se responsabilizar por uma idealidade social. Ela se apresenta, não como um benfeitor, mas como um conselheiro.

O objeto de fala se apresenta como um benefício coletivo de reparação de uma desordem social que participa de uma idealidade ética. Exatamente neste ponto, ela é diferente do objeto publicitário

---

<sup>9</sup> Patrick Charaudeau (2010) esclarece que o uso do termo “discurso promocional”, talvez, não seja o mais adequado, pois é recorrente dizer que a publicidade objetiva a promoção de uma marca, ou que campanhas eleitorais visam à promoção de um candidato. Desse modo, de acordo com os funcionamentos apresentados pelo autor, apreendemos que o “discurso promocional” corresponde ao que conhecemos como “campanhas de prevenção”. Por fim, para o autor, o nome “discurso promocional” trata-se de um título provisório para a designação desse gênero, tendo em vista que ele possui características e funcionamentos específicos que valem a pena distinguir.

que se apresenta como um bem-estar individual, de ordem hedônica e de forma alguma ética.

A instância “público” não é, aqui, consumidora, mas civil e cidadã; ela é levada, moralmente, a *dever reconhecer-se* no comportamento estigmatizado e a *dever querer* seguir certo modelo de comportamento em nome de uma solidariedade social (CHARAUDEAU, 2010, p.4).

Por meio da interação que a propaganda selecionada promove, observamos que é construída uma relação de forças entre os sujeitos de uma mesma sociedade, a partir dos distintos lugares sociais nos quais eles estão inscritos. Assim, há o sujeito enunciador que representa a voz de uma instituição, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que legitima o seu discurso a partir de sua posição de saber, afinal, uma assembleia legislativa estadual possui três linhas principais de ações, conforme Blume (2016) explica: a) criar novas leis e alterar as existentes, desde que não entrem em conflito com as leis federais; b) fiscalizar o poder executivo; e c) representar a população. E esse enunciador, por meio de seu discurso, apresenta um tema muito presente na sociedade, a violência sexual contra crianças e adolescentes, a fim de conscientizar a população que, antes de tudo, trata-se de um crime e, também, da importância de se denunciar tal ato criminoso, como um dos caminhos para a redução dos índices dessas condutas e para uma melhoria social. Por fim, a instância do público é considerada como parte constituinte da sociedade e, assim sendo, deve exercer o seu papel de cidadã e prezar pelo bem-estar de todos, respeitando os deveres e posicionando-se quando algo causa algum tipo de desordem social.

Portanto, constatar as relações de força asseguram que o lugar em que o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. A esse respeito, Orlandi (2013, p. 39-40) comenta: “Como a nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’”. Assim, todos esses mecanismos de funcionamento constituem o processo de significação, pois todo discurso é construído a partir de sua relação com outros discursos, sejam eles discursos atuais, ou alojados na memória.

A referida propaganda constitui uma cena genérica que evoca um tema bastante complexo e envolve várias áreas do conhecimento, como a justiça, a psiquiatria, a psicologia, entre outras áreas. É necessário, no mínimo, um

conhecimento elementar para tratar de um assunto tão polêmico e que gera muitos problemas na sociedade. Para tanto, apresentaremos algumas breves considerações sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, no Brasil. De acordo com as informações divulgadas pelo Boletim Epidemiológico, em junho de 2018, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, as violências contra crianças e adolescentes são consideradas problemas de saúde pública e de violação dos direitos humanos, além de gerar graves consequências nos âmbitos individual e social. Esse tipo de violência afeta meninos e meninas e, muitas vezes, ocorre em espaços domésticos, familiar e escolar, dificultando a identificação do problema e não garante a visibilidade necessária para o enfrentamento da violência, principalmente, no que se refere às medidas legais cabíveis ao agressor e ao suporte adequado às vítimas.

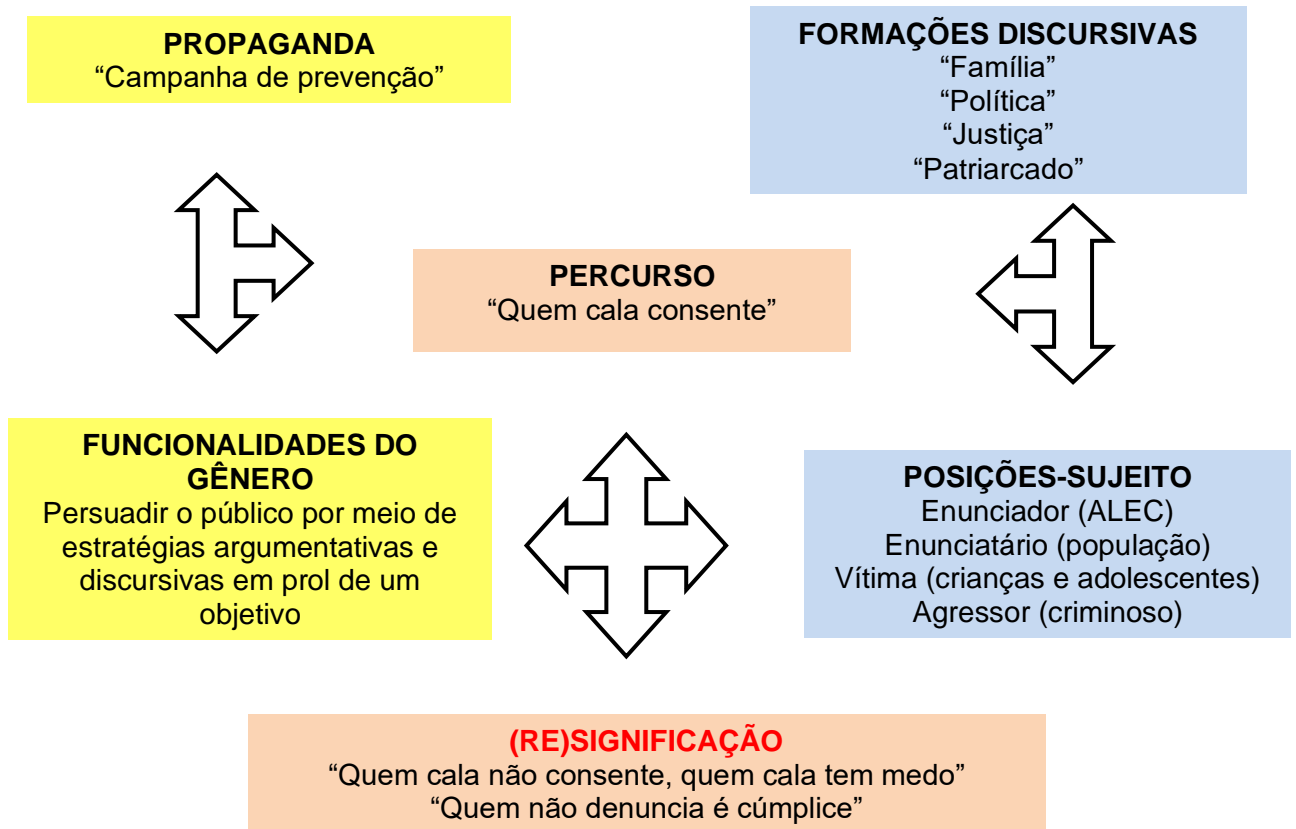
A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma prática ainda muito presente no Brasil, apesar da existência de princípios e leis que visam orientar e garantir a proteção desse grupo. O principal documento que assegura os direitos das crianças e dos adolescentes é o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA, Lei nº 8069/90). As crianças e os adolescentes são pessoas em desenvolvimento que ainda não atingiram a maturidade física e psicológica de um adulto, e a mesma noção aplica-se à sua sexualidade, que não deve ser tratada como a de um adulto. Nesse sentido, quando ocorre a violação dos direitos sexuais, com o intuito de abusar ou explorar o corpo e a sexualidade de crianças e adolescentes, configuram-se as práticas de violências sexuais, as quais podem ser pelo abuso sexual ou pela exploração sexual. O abuso sexual é configurado a partir da utilização de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual. E uma característica muito comum nesses casos é o fato de eles serem praticados por pessoas próximas à vítima, ou seja, o abusador, geralmente, é alguém com quem a vítima possui algum tipo de vínculo afetivo, uma relação de confiança, ou, ainda, alguém que está presente em seu convívio, que pode ser em um ambiente familiar, ou fora dele. No caso da exploração sexual, a violência é praticada quando há a utilização da criança ou do adolescente para fins sexuais mediada por lucros, objetos de valor, ou por outros elementos de troca. A exploração sexual pode ocorrer em quatro contextos: da prostituição, da pornografia infantil, das redes de tráfico e, por fim, do turismo com motivação sexual (CARVALHO *et al.*, Cartilha educativa – Programa de Prevenção à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes).

Os índices em torno das notificações gerais de violências sexuais contra crianças e adolescentes atingiram níveis alarmantes no período entre 2011 e 2017, segundo os dados do Boletim Epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde. No período, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45%) contra adolescentes. De acordo com os levantamentos de dados, a maioria das ocorrências, tanto com crianças quanto com adolescentes, aconteceram dentro de casa e os agressores são pessoas do convívio das vítimas.

Em relação às vítimas, os números expressam a vulnerabilidade dos mais jovens. Entre as crianças, o maior número de casos aconteceu entre a faixa etária de um a cinco anos (51,2%); já entre os adolescentes, a faixa etária com maior índice de casos notificados está compreendida entre 10 e 14 anos (67,8%). Quanto à vulnerabilidade das vítimas, os dados do Ministério da Saúde apontaram que negros e mulheres representam o maior número entre as vítimas, chegando ao ápice de 92,4% de registros de violência sexual contra adolescentes do sexo feminino, e de 55,5% ao se tratar das vítimas adolescentes negras. Quanto aos agressores, as pesquisas mostram que os homens são os principais autores em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Nas notificações envolvendo adolescentes, 92,4% dos agressores eram do sexo masculino.

A partir das informações apresentadas a respeito do tema, em nossa sociedade, percorremos os caminhos interpretativos possíveis na propaganda apresentada, a fim de descrever o processo de significação do referido discurso, focando no modo como as unidades tópicas e não tópicas se entrelaçam nesses funcionamentos. Além disso, levando em consideração que o discurso propagandístico busca persuadir o seu público em prol de direcioná-lo a um determinado ponto de vista, por meio de estratégias argumentativas e discursivas, a nossa análise visa explicitar os funcionamentos que atuam concomitantemente na formulação dos sentidos e destacar, principalmente, os que atuam na (re)significação do provérbio enunciado. O esquema a seguir exemplifica a forma como os elementos se articulam e se opõem nas redes de significação:

## ENUNCIÇÃO



**Fonte:** Elaborado pela própria autora.

Em relação às unidades não tópicas, há no entrecruzamento de vozes as possibilidades do sentido, pois a partir da filiação dos sujeitos a determinados dizeres e, conseqüentemente, a determinadas formações discursivas, temos as inscrições das posições-sujeitos, pois, para se significar, o sujeito precisa estar submetido à língua, à história e à ideologia. Nesse sentido, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, ao assinar a propaganda, busca conscientizar e informar a população sobre um problema recorrente na sociedade, o qual causa inúmeros danos, tanto na esfera pública quanto ao que se refere à violação dos direitos individuais do cidadão, tendo em vista, também, o fato de o Estado do Ceará ter um dos maiores índices de turismo sexual envolvendo crianças e adolescentes. Segundo Gonçalves (2008, p. 18),

A periferia de Fortaleza, como em outras capitais do país, é formada predominantemente por pessoas de baixa renda, sem posto fixo de trabalho e com baixa qualidade de vida. É nesse contexto de vulnerabilidade socioeconômico e cultural que as crianças, adolescentes e jovens são aliciadas para o que se convencionou chamar de “turismo sexual”. A capital cearense apresenta localização estratégica em relação às rotas aéreas internacionais e há muito convive com a exploração sexual. A rede de exploração tem como suporte vários serviços situados em diferentes circuitos de exploração de caráter logístico-operacional, como hotéis, pousadas, flats, bares, restaurantes, boates, meios de transporte etc.

Apesar de os casos de violências sexuais serem comuns, ainda há um silenciamento, principalmente, por envolver alguns temas considerados “tabus” em nossa sociedade, como as discussões em torno da sexualidade das crianças e dos adolescentes, e pelo fato de, muitas vezes, as vítimas não possuírem a autonomia necessária para denunciar a violência. Assim, a propaganda assume um tom de incentivo à denúncia, isto é, por meio das expressões “Violência sexual contra crianças e adolescentes É CRIME!”, “Denuncie”, “Disque 100”, a fim de fazer o enunciatário entender que, primeiramente, a violência sexual trata-se de um crime e, depois, que deve ser denunciada.

A vítima, muitas vezes, não denuncia a violência sofrida, tendo em vista que ela está sujeita a uma série de relações de força construídas sócio-historicamente, o que acaba culminando em seu silenciamento. As estatísticas das notificações de casos de violências sexuais contra crianças e adolescentes, divulgadas pelo Ministério da Saúde, revelaram que os indivíduos do sexo masculino foram apontados como os principais autores das violências sexuais, o que nos direciona a uma problematização da situação, considerando que esse maior envolvimento do gênero masculino como autores das violências sexuais contra esses grupos pode ser o reflexo da autoafirmação de uma identidade masculina hegemônica, caracterizada pelo uso da força, da demonstração de virilidade, do exercício de poder sobre os outros corpos, e perpetuada pela cultura de uma sociedade patriarcal. Outro fator relevante para o silenciamento das vítimas consiste no fato de a maior parte dos agressores possuírem algum vínculo afetivo com a vítima, seja ele familiar ou de amizade/conhecimento. Dessa forma, a imagem que a propaganda traz de uma adolescente sozinha, “encolhida” em posição fetal e escondendo o seu rosto, reforçam os sentidos de medo e vulnerabilidade, além de apresentar um

sentimento de vergonha, decorrente, principalmente, do estigma social que há em relação às vítimas de violências sexuais.

Por fim, diante de todas as vozes que se entrecruzam na propaganda, apreendemos o funcionamento de uma estratégia discursiva que, por meio do percurso do provérbio “Quem cala consente”, construído a partir da relação entre a enunciação de um saber cristalizado com as posições-sujeitos constituídas na cenografia, promove o deslizamento dos sentidos, isto é, ao ser retomado e enunciado em uma cenografia dada, o provérbio é (re)significado, produzindo um efeito sobre o enunciatário a fim de orientá-lo a denunciar, tendo em vista que a violência sexual é crime.

Dessa forma, levando em consideração os efeitos de sentido que resultam da enunciação, dos entrelaçamentos das unidades tópicas e não tópicas, além da interação entre a propaganda e as condições de produção, a relação entre o silêncio resultante do “calar” e o efeito de culpabilidade do “consentir” acaba direcionando para os “outros” sentidos possíveis, que é ancorado em nossa memória discursiva, porém (re)significado em nossas práticas de linguagem. Portanto, “Quem cala não consente, tem medo” e “Quem não denuncia é cúmplice”.

#### 4.1.2 Infográfico



**Fonte:** <https://www.jav.inf.br/2017/04/13/lei-maria-da-penha-o-que-voce-sabe-o-que-e-um-relacionamento-abusivo/>

O infográfico selecionado foi publicado no Jornal Alto Vale Online, em abril 2017, para ilustrar uma reportagem sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a qual visa garantir os direitos das mulheres em suas relações afetivas, bem como a sua integridade física, psicológica e patrimonial. Quanto ao funcionamento do gênero apresentado, temos um processo extremamente dinâmico, tendo em vista que, com o avanço da tecnologia, a circulação das informações tornou-se muito rápida e precisou de meios que atendessem às novas necessidades dos usuários da língua. Em geral, os infográficos caracterizam-se por ilustrações a respeito de um determinado tema; e, em suportes variados, eles são publicados juntamente com uma reportagem ou notícia, a fim de complementar as ideias apresentadas, ou de fazer uma síntese ilustrativa do assunto abordado. Teixeira (2009) explica que os infográficos servem para atrair a atenção do leitor, pois essa interação entre texto e imagem auxilia na apreensão dos sentidos. Segundo a autora, o infográfico deve possuir autonomia enunciativa, pois as informações precisam ser compreendidas pelo leitor de forma clara, facilitada e rápida. Os infográficos podem ser fotografias, ilustrações, gráficos, mapas, entre outros recursos multimodais.

A imagem é constituída pela figura de uma mulher com um hematoma no olho e, aparentemente, ela está fazendo um gesto que reforça o pedido de “silêncio”. No entanto, a mão que está sobre a sua boca é uma mão masculina. O texto verbal do infográfico chama a atenção para o tema da “violência doméstica” e, em seguida, o provérbio “Quem cala consente” é empregado com a palavra “sente” destacada em vermelho. O infográfico, como um todo, constitui uma cenografia que engendra uma narrativa e coloca em circulação uma série de possíveis sentidos que atravessam a nossa sociedade, como as discussões em torno da desigualdade de gênero, tendo em vista que, em nossa sociedade, as mulheres ainda sofrem pela existência de uma ideologia machista, resultante de um processo sócio-histórico advindo da cultura patriarcal, a qual ainda prevalece e deixa marcas visíveis, como os casos de violência contra a mulher, tão atuais e recorrentes no meio social.

A cultura do patriarcado possui significados construídos historicamente e que foram perpetuados ao longo dos séculos, atravessando todas as relações sociais. Muniz (2017) explica que o sexismo é um dos eixos estruturantes dessa cultura que, a partir de uma lógica sexuada, designa os lugares, os papéis, as posições e as atividades das pessoas, segundo o seu gênero (masculino ou feminino). De acordo com a autora, essa visão de mundo estabelece uma divisão desigual, pois, ao sexo masculino é atribuída uma posição de superioridade, fundamentada na tese biológica da inferioridade estrutural do sexo feminino em relação ao masculino. Essa perspectiva dicotômica é produzida e reproduzida insistentemente em nossa sociedade, isto é, essa partilha está impregnada em nossas práticas cotidianas. Dessa forma, os comportamentos e as relações sociais em torno dos efeitos construídos de masculino e feminino ecoam além de uma determinação biológica, configurando-se pelos desdobramentos das práticas sociais institucionais e cotidianas, por exemplo, a família, a escola, a mídia, a religião, as leis, dentre outros mecanismos reguladores. Logo, essa ideologia machista está naturalizada e cristalizada no imaginário da sociedade brasileira, desde quando os portugueses desembarcaram aqui. Os processos de colonização, de exploração e de posse foram marcados por um longo período de violência, legitimada pela lógica capitalista, cristã, patriarcal e misógina dos colonizadores. As mulheres indígenas foram as primeiras vítimas dessa cultura lusófona, pois os portugueses sequer as reconheciam como seres humanos. Essa desvalorização culminou em estupros,

assassinatos, escravizações, dentre outras barbáries resultantes das relações desiguais entre as mulheres indígenas e os colonizadores (MUNIZ, 2017).

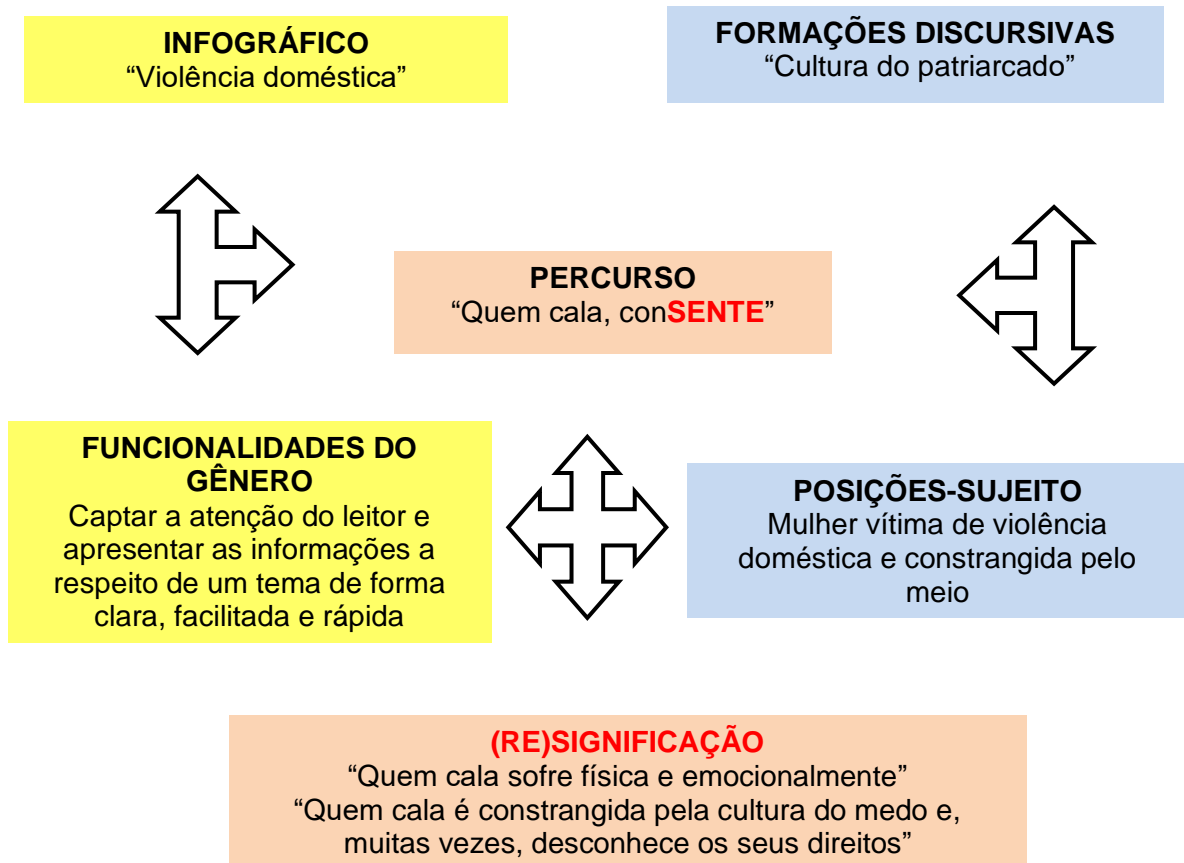
De fato, essa cultura da violência de gênero é perpetuada até os dias atuais, tendo em vista que as mulheres convivem, diuturnamente, com os valores cristãos e patriarcais herdados dos colonizadores. Um reflexo dessa cultura é o alto índice registrado de homicídios femininos em nosso país. De acordo com o *Mapa da Violência*, publicado por Waiselfisz, e divulgado em 2015, o Brasil ocupa o quinto lugar dentre os 83 países com o maior número de ocorrências de assassinatos de mulheres, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa. Assim, o infográfico, por meio de sua funcionalidade e estratégias discursivas, coloca em circulação uma rede de sentidos que evidenciam os atravessamentos e, conseqüentemente, o assujeitamento constituinte dos sujeitos.

Assim, no enunciado “Quem cala, conSENTE” há o destacamento do termo “SENTE” em vermelho, que corrobora a argumentatividade do discurso e, conseqüentemente, direciona o nosso olhar para a mulher vítima de violência doméstica, pois produz determinado efeito de sentido e direciona a um caminho interpretativo que, no referido caso, possibilita a apreensão de possíveis posicionamentos resultantes de um processo sócio-histórico que deixou muitas marcas, isto é, de um lado, temos a ideia da mulher que se cala diante das agressões e acaba sentindo, tanto física quanto emocionalmente. E, de outro, há a cultura do medo, regida pela desigualdade de gênero, tendo em vista que, em muitos casos, a mulher tem medo de denunciar o seu agressor. Em ambos os casos, o resultado é extremamente negativo e reforça a sobredeterminação do sujeito em relação ao seu universo constituinte. Nesse sentido, Brandão (2012a) comenta a ideia de o sujeito ser marcado, essencialmente, pela historicidade, isto é,

[...] um sujeito situado no contexto sócio-histórico de uma comunidade, num tempo e espaços concretos. É um sujeito interpelado pela ideologia, sua fala reflete os valores, as crenças de um grupo social. Não é único, mas divide o espaço de seu discurso com o outro, na medida em que, na atividade enunciativa, orienta, planeja, ajusta sua fala tendo em vista um interlocutor real, e também porque dialoga com a fala de outros sujeitos, de outros momentos históricos, em um nível interdiscursivo (BRANDÃO, 2012a, p. 26).

O esquema a seguir elucida a forma como os elementos do discurso interagem no processo de significação:

## ENUNCIÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora.

Desse modo, há a recontextualização do provérbio "Quem cala consente" diante de cenografia específica que, juntamente com o funcionamento tópico, (re)significa o dito popular, pois o seu uso evoca uma rede de possibilidades de novas significações. Portanto, podemos apreender os efeitos de sentido que pairam sobre uma mulher que se cala diante de uma situação de abuso, seja ele físico, psicológico, ou patrimonial, isto é, de forma alguma, ela está "consentindo" com tal situação, mas, pelo contrário, ou ela está sendo coagida, ou ela tem medo, ou ela não tem o reconhecimento sequer de que está sendo vítima de violência, entre

outros possíveis sentidos, tendo em vista que o enunciado coloca em cena uma prática abusiva ainda praticada em níveis alarmantes. De acordo com o “Relógio da violência<sup>10</sup>”, do Instituto Maria da Penha, a cada sete segundos uma mulher é vítima de violência física, no Brasil. Nesse sentido, tal estatística comprova o quanto a mulher, mesmo com os avanços em busca de uma sociedade mais igualitária, ainda está suscetível a essas relações de força. Outro ponto fundamental para ilustrar a relação entre o “calar” e o “consentir” diz respeito ao fato de as mulheres não denunciarem as agressões sofridas.

A reportagem “Em números: a violência contra a mulher brasileira”, que se relaciona ao infográfico, publicada no jornal O Estado de São Paulo e escrita por Nana Soares, em setembro de 2017, apresenta dados que indicam o porquê de as mulheres se calarem em tais situações. Segundo a autora, a “vergonha e medo de ser assassinada são percebidos como as principais razões para a mulher não se separar do agressor ou denunciá-lo, e metade da população considera que a forma como a Justiça pune não reduz a violência contra a mulher”. Além disso, apesar de existir a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 - sancionada em 7 de agosto de 2006), muitas vezes, o silêncio e o fato de a mulher não denunciar o seu agressor ocorrem por ela não entender, ou não reconhecer que está sendo vítima de alguma forma de violência, principalmente, porque, frequentemente, ela está submetida a um ciclo que é naturalizado em nossa sociedade: aumento da tensão, ato de violência e, por fim, o arrependimento. Um exemplo dessa naturalização do ciclo da violência doméstica recai sobre a velha máxima que é enunciada diante de alguma situação de desentendimento entre casais, percebida por terceiros: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Portanto, os atravessamentos ideológicos estão na base para a constituição dos sujeitos, ou seja, há uma força do simbólico e da história que constrange o sujeito vítima de violência doméstica e o impede de denunciar o seu agressor. Segundo Orlandi (2013, p. 49),

[...] é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentido ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou

---

<sup>10</sup> O relógio da violência está disponível no endereço <https://www.relogiosdaviolencia.com.br> e, por meio dele, é possível acompanhar em tempo real a estimativa de casos relacionados à violência de gênero, no Brasil. Essa iniciativa em alarmar e conscientizar a população sobre os altos índices de ocorrências de violência envolvendo mulheres faz parte do Instituto Maria da Penha.

seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos.

Logo, as estratégias argumentativas utilizadas no infográfico para ilustrar a matéria sobre a violência doméstica atuam em uma relação de complementaridade na produção dos sentidos, levando em consideração que, conforme o pensamento do filósofo chinês Confúcio, “Uma imagem vale mais do que mil palavras”, assim, a imagem da mulher com um hematoma no rosto reforça a ideia de que os sentidos são simbólicos e, ao ser silenciada pela mão de um homem, reaviva-se uma memória, afinal, é na/pela memória que o sujeito se significa e constrói sentidos na sociedade em que vive. Por fim, a imagem apresentada no infográfico revela a capacidade argumentativa que as imagens possuem e, a partir do percurso do provérbio, captamos as várias vozes que se entrecruzam na teia discursiva e colocam em cena os possíveis efeitos de sentido responsáveis pela (re)significação dos sentidos.

### 4.1.3 Meme



Fonte: <http://www.bombounowa.com/imagens/nem-sempre-quem-cala-consente/>

O gênero selecionado faz parte da esfera do humor e a sua circulação ocorre, principalmente, em ambiente virtual, como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, entre outros. Passos (2012) explica a origem da expressão “meme”, que surgiu, em 1976, com a publicação do livro *O Gene Egoísta*, de Richard Dawkins, pesquisador que, embasado na teoria de Darwin sobre a seleção natural, criou a teoria da memética. Para Dawkins, “meme” é o par análogo ao “gene”, enquanto o gene é uma representação biológica, natural e componente orgânico do ser humano, o meme seria o seu correspondente puramente cultural e social.

A nomenclatura “meme” decorre da pressuposição aristotélica ou platônica de representação imitativa a que se supõe no tratado da *Poética*. Aristóteles, a princípio, defendia que a arte possui uma função puramente mimética, isto é, a arte imita a realidade humana. Atualmente, emprega-se a expressão “representar”, a fim de evitar o tom pejorativo que “imitar” possui no contexto brasileiro (PASSOS, 2012). Dessa forma, os “memes” estão fundamentados na ideia de evolução cultural,

transformação e reconstituição da realidade humana, por meio das representações. A propagação é um processo contínuo que envolve três instâncias:



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, devido à dinamicidade dos processos comunicativos, na atualidade, resultante da propagação das novas tecnologias, o gênero meme representa uma mudança no paradigma ao reproduzir os discursos e elencar novas práticas sociais, inovando as formas de se enxergar a realidade e de agir sobre a sociedade na qual estamos inseridos. De acordo com Lima e Castro (2016), o gênero meme pode ser considerado um artefato cultural e discursivo do ambiente virtual, configurando-se como unidades que, nas redes sociais, veiculam informações repletas de ideias, emoções, argumentos e posicionamentos. Tendo em vista que os memes fazem parte da cultura popular, eles devem ser tratados a partir de uma dimensão multidisciplinar, a fim de abranger os aspectos sociais que estão envolvidos na produção e circulação dos efeitos de sentido em relação aos variados campos do saber.

Diante dos aspectos apresentados do gênero meme, encontramos algumas especificidades em sua construção e na forma como a cenografia é mobilizada no processo de legitimação dos discursos e de produção dos possíveis sentidos. Geralmente, os memes são formados por imagens e textos, os quais interagem na construção dos sentidos, uma vez que o espaço virtual e o próprio gênero em si admitem uma linguagem multimodal<sup>11</sup>. Dessa maneira, por ser o fruto da cultura

---

<sup>11</sup> Os autores Porfirio, Souza e Cipriano (2015) comentam que o texto multimodal consiste em uma construção textual calcada na conexão/ união de elementos provenientes de diferenciados registros da linguagem. Os textos multimodais mais conhecidos são os que estão pautados na junção de elementos de linguagem verbal escrita e visual, respectivamente. Sobre tal conceituação, podemos mencionar a título de exemplificação: os anúncios, os cartuns, as charges, as histórias em quadrinhos, as propagandas, as tirinhas etc. Esses gêneros têm as suas construções materializadas por múltiplas e diversificadas semioses.

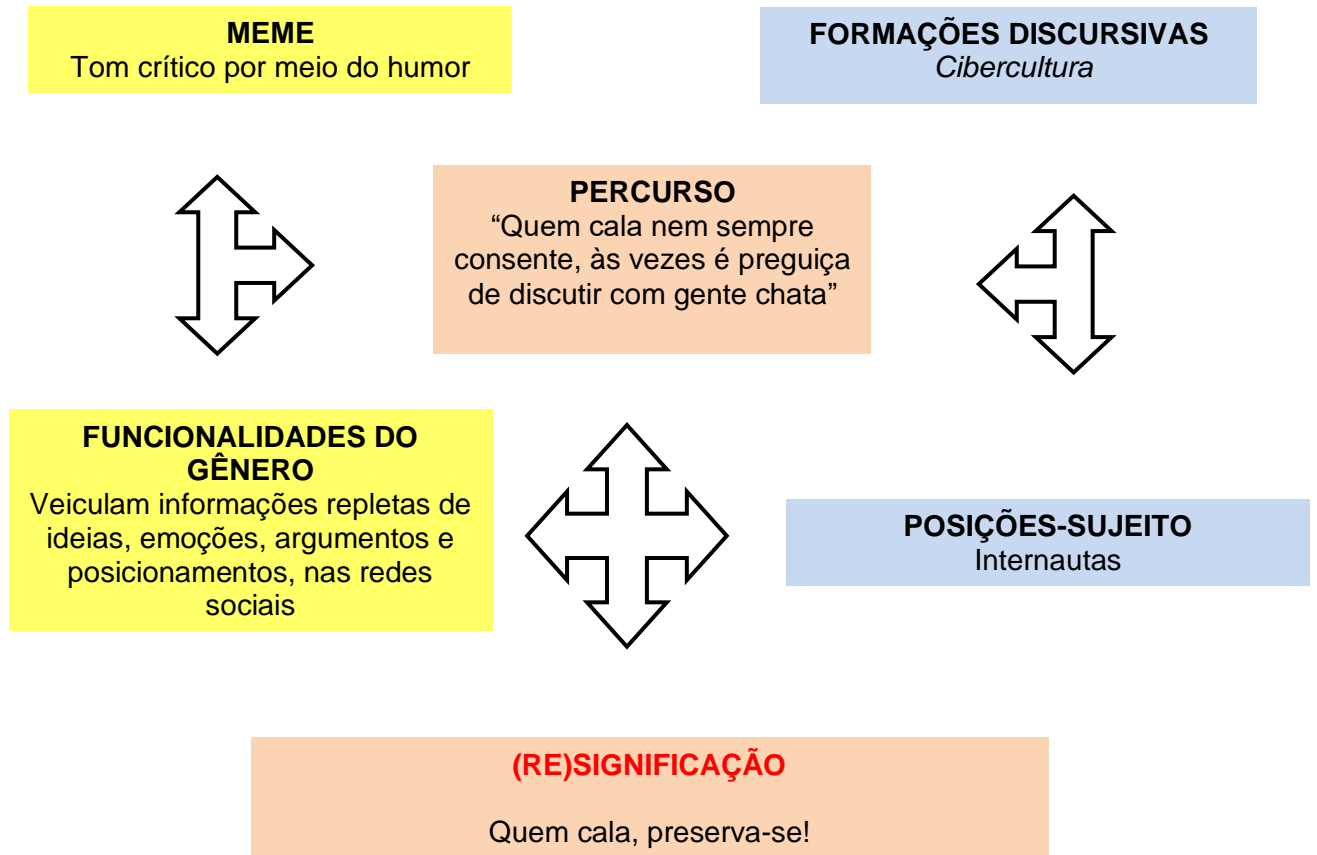
popular e das práticas cotidianas, o meme possui uma linguagem popular que visa estabelecer a interação com um vasto público, principalmente, por conta da sua repetição e replicação em diversos lugares.

Os memes, comumente, tratam de assuntos presentes no cotidiano dos sujeitos e, por meio de tons irônicos e humorísticos, promovem a possibilidade de uma reflexão crítica a respeito do tema abordado. Logo, tal gênero de discurso está situado dentro da esfera do humor e carregado de ironia, assim sendo, possui funcionamentos específicos. A respeito do discurso de humor, Possenti (2010, p.61) esclarece:

As técnicas humorísticas fundamentais consistem em permitir a descoberta de outro sentido, de preferência inesperado, frequentemente distante daquele que é expresso em primeiro plano e que, até o desfecho da piada, parece ser o único possível. Como, em geral, as piadas são textos breves, frequentemente pequenas histórias, nada indicaria que se trata de textos que favoreçam a encenação de um processo “polifônico”. No entanto, é isso que as caracteriza. Na verdade, decorre em grande medida dessa característica (a brevidade) uma outra, mais fundamental, a surpresa, provocada pela emergência do “segundo” sentido em um texto que tudo levaria a crer que tem um só. Tal efeito pode decorrer de múltiplas razões.

Levando em conta os aspectos que foram observados, o esquema a seguir apresenta a articulação entre as unidades tópicas e não tópicas, a fim de elucidar os mecanismos responsáveis por colocar os sentidos em circulação.

## ENUNCIÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora.

Diante das especificidades que compõem o gênero meme, constatamos que a cultura virtual está cada vez mais entranhada nas práticas sociais e discursivas dos sujeitos, pois devido aos avanços tecnológicos, os processos comunicativos tornaram-se mais rápidos e dinâmicos, fazendo do ambiente virtual um espaço profícuo para a interação humana e capaz de gerar uma ampla rede de comunicação e de circulação de conhecimentos. Portanto, a forma como o ser humano significa a si próprio e o mundo à sua volta, dentro do universo virtual, é o ponto crucial para aprendermos os fundamentos que constituem a *cibercultura*, considerando-se que ela é o resultado da tríade entre sociedade, cultura e espaço virtual. Nesse contexto, com base em seus estudos sobre o impacto da *internet* na sociedade, o pesquisador Lévy argumenta:

É impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio das quais ele atribui sentido à vida e ao mundo. Da mesma forma, não podemos separar o mundo material - e menos ainda sua parte artificial - das idéias por meio das quais os objetos técnicos são concebidos e utilizados, nem dos humanos que as inventam, produzem e utilizam. Acrescentemos, enfim, que as imagens, as palavras, as construções de linguagem entranham-se nas almas humanas, fornecem meios e razões de viver aos homens e suas instituições [...] (LÉVY, 1999, p. 22).

Assim, o meme selecionado inscreve-se em uma rede de significações e, por meio de sua enunciação, evoca os efeitos de sentido que lhe são possíveis. Por conseguinte, ao resgatar o provérbio “Quem cala consente” e apresentá-lo de forma modificada - “Quem cala nem sempre consente” -, por meio da subversão, verificamos uma contradição entre o sentido do provérbio original e o sentido da enunciação resultante da distorção, ou seja, o enunciado construído com o sentido subvertido produz uma mudança tanto na materialidade linguística quanto na interpretação, principalmente, porque há uma quebra de expectativa em relação ao sentido “esperado”, que é resultante do funcionamento da memória discursiva e evoca o saber cristalizado inerente ao provérbio. Nesse caso, o sujeito, ao se deparar com o início do texto, automaticamente, cria uma expectativa em relação ao provérbio cristalizado socialmente e às suas implicações de sentido; no entanto, quando ocorre a quebra da expectativa, os sentidos voltam à deriva e, a partir das condições de enunciação (gênero, formação discursiva, cenografia, posição-sujeito), há o encaminhamento para a (re)significação. Logo, o efeito de humor é provocado pela quebra de expectativa e pelo complemento à subversão “Às vezes, é preguiça de discutir com gente chata”, o qual é atravessado pela posição-sujeito dos internautas no ambiente virtual (ambiente que, comumente, ocorrem inúmeras discussões, haja vista que o ciberespaço é um ambiente relativamente democrático), a fim de complementar a ideia de que calar, neste caso, não é consentir com algo que foi exposto, mas sim preservar-se de uma possível discussão desnecessária. Então, por meio da ironia, é perfeitamente possível a captação da crítica que se tece em torno do ambiente virtual e da própria sociedade, pois o dizer “Quem cala nem sempre consente” reverbera os não dizeres e os silenciamentos decorrentes da própria concepção que se tem da sociedade. Em uma época de grande repercussão

da “geração mimimi<sup>12</sup>”, o adjetivo “chata” diz muito mais do que apenas caracterizar o substantivo “gente”, pois em seu uso estão embutidos inúmeros atravessamentos, ou seja, um dos pontos fundamentais é que não se pode dizer qualquer coisa em qualquer época, sendo necessário atentar-se às condições históricas, sociais, culturais e ideológicas vigentes na sociedade. Portanto, no contexto do ambiente virtual, poderíamos pensar que o “gente chata” produz uma série de silenciamentos passíveis de serem interpretados de acordo com a posição-sujeito, pois temos uma crítica à própria sociedade, que encontrou no espaço virtual um suporte para reclamar de tudo e de todos, por meio de problematizações e exposições polarizadas, as quais tendem a fazer valer apenas determinado ponto de vista em detrimento de outros, denotando, assim, a intolerância, a ignorância, a intransigência, e até mesmo a falta de paciência e respeito entre os homens (no sentido de humanidade), materializada pela expressão “às vezes é preguiça de discutir com gente chata”. Lembrando Foucault (2007, p. 55),

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Nesse sentido, de forma bem humorada, tal meme reforça a ideia de que, em cada situação específica, dados os diferentes gêneros e os diferentes sujeitos, os sentidos para “calar” e “consentir” podem mudar, pois, de um lado, a própria estrutura do gênero implica uma série de sentidos possíveis e, de outro, o próprio

---

<sup>12</sup> Na última década, o uso do termo “geração mimimi” popularizou-se substancialmente na internet, principalmente nas redes sociais, que são os lugares favoráveis às discussões sobre os mais variados temas sociais, como o racismo, a política, a religião, a sexualidade, entre outros assuntos presentes na atualidade. Assim, os embates em defesa de um ponto de vista assumiram graus cada vez mais complexos, tendo em vista alguns aspectos facilitadores do mundo virtual, como a expansão do acesso à tecnologia, a rapidez com que as informações são transmitidas, a condição do anonimato e a democratização do mundo digital. No entanto, o ambiente virtual tornou-se um espaço de muitas polêmicas e conflitos, pois devido às características dos usuários do meio digital, a interação das diferentes vozes deixa de ser um diálogo profícuo e de atuar na construção de um saber crítico e bem fundamentado, para tornar-se uma arena em que as ideias são publicadas de forma polarizada, não permitindo, assim, a ampliação da criticidade e o exercício da reflexão. A expressão “geração mimimi” é derivada da expressão inglesa “*me me me generation*”, e refere-se às pessoas nascidas entre os anos de 1980 a 2000. De acordo com Stein (2013), tal geração compreende os jovens de nossa sociedade, os quais tendem ao narcisismo, à dependência tecnológica e ao materialismo, de forma exacerbada. É uma parcela da população que convive com uma crise de expectativas não atendidas. Segundo o autor, “É uma geração que não apenas não tem o tipo de empatia que lhe permite se preocupar com o outro, mas que também tem problemas para entender intelectualmente os pontos de vista dos outros” (STEIN, 2013, n.p.).

atravessamento que perpassa o sujeito, através das formações discursivas, também amplia as possibilidades de significação.

#### 4.1.4 Tira em quadrinho



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

7478

Fonte: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26477/1/2008\\_eve\\_pavieira.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26477/1/2008_eve_pavieira.pdf)

A tira selecionada está inserida no campo do humor e no cotidiano dos brasileiros, considerando a popularidade que o autor Maurício de Sousa e os seus personagens icônicos possuem em nossa sociedade. Assim, pensando na dinamicidade da linguagem, os discursos humorísticos são excelentes materialidades para se explorar o funcionamento não só da linguagem, mas também de toda uma sociedade. Brandist (2012) explica que o humor ajuda a revelar o nascimento de um novo senso histórico, pois por meio dele as épocas se encontram e se misturam, de forma transcendental, isto é, o humor olha o antes e o depois, ajudando a introduzir novas formas do futuro sem renunciar ao passado.

O humor tem se mostrado um excelente campo para os estudos linguísticos, textuais, discursivos, cognitivos, entre outros, pois os enunciados relacionados ao mundo do risível revelam os efeitos de sentido não apenas do enunciador e seus desdobramentos, mas também do Outro, dos mecanismos empregados na construção dos discursos e, conseqüentemente, revelam as ideologias que constituem os sujeitos e regem a sociedade. Os discursos de humor visam desvelar certos conceitos e provocar a quebra de valores e/ou ideias cristalizadas presentes tanto na sociedade, em dados momentos, quanto na história.

Desse modo, o campo do humor, apesar de vasto e heterogêneo, possui um determinado funcionamento e, assim sendo, desempenha variadas funções de acordo com os diferentes gêneros a ele relacionados. A unidade tópica selecionada

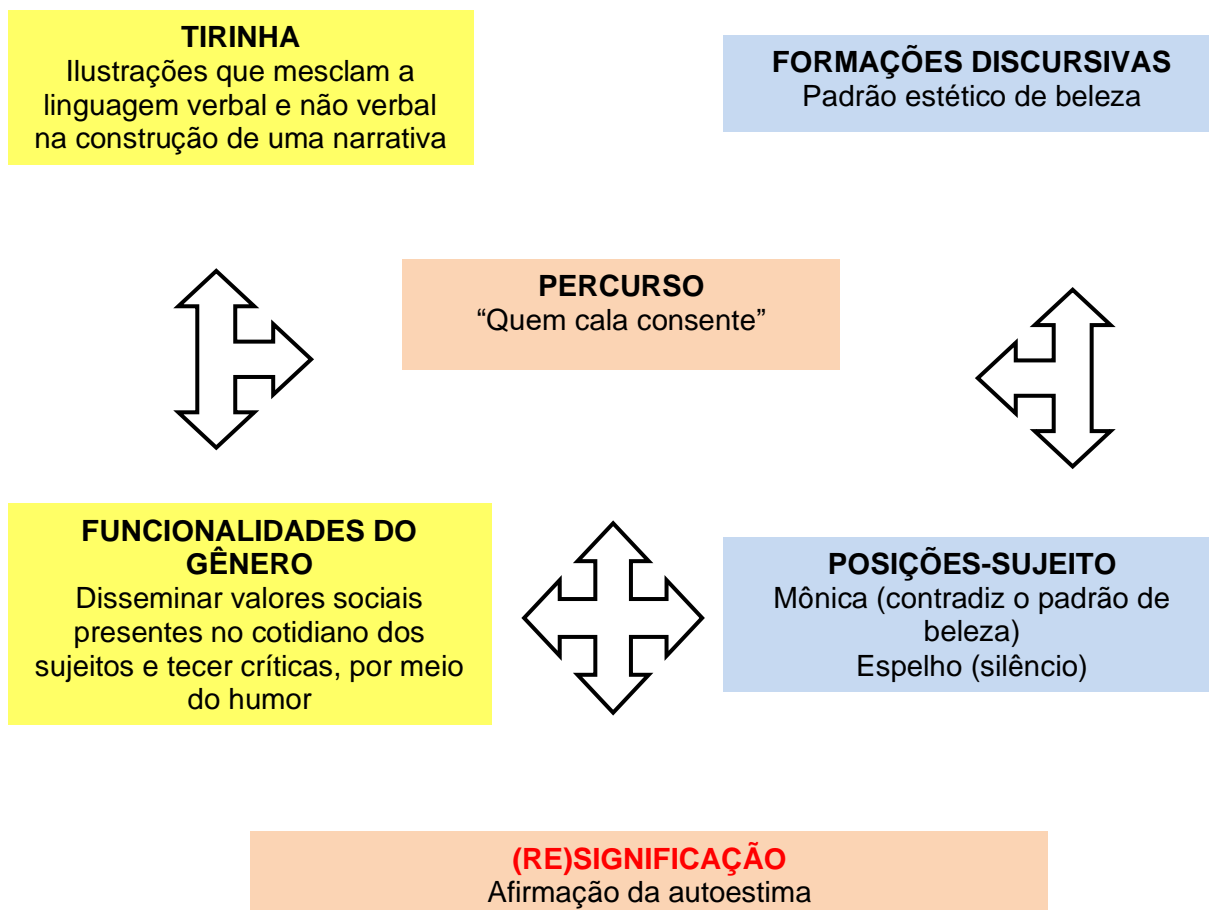
mescla a linguagem verbal e não verbal, em uma relação de complementaridade, para a produção dos sentidos. De acordo com Silva (2008, p. 163),

[...] as tiras descrevem o contexto com ilustrações que representam cenários, gestos e expressões dos personagens. Além de informações ditas nos balões e ilustradas nos quadrinhos, existe um espaço do não-dito e do não-visto que configuram implícitos responsáveis pela produção do humor. Insere-se no âmbito deste gênero um conjunto de elementos responsável pela evolução e graça da narrativa. Se de um lado, o leitor ri das atitudes e da fala produzidas pelos personagens, de outro lado, o leitor identifica um trabalho de arregimentação de vozes que o quadrinhista articula para produzir ironias, paradoxo e *nonsense*.

As tiras humorísticas circulam em vários espaços: jornais, revistas, gibis, *internet*, entre outros. Elas são compostas pelas mais variadas temáticas, como política, educação, economia, religião, entre outras, e também podem tratar de assuntos polêmicos ou tabus da sociedade, levando em conta que o humor permite alguns dizeres que não seriam ditos em outros campos.

Ainda no que se refere às tiras humorísticas, Moura e Borges (2009) apresentam algumas especificidades desse gênero. Os autores argumentam que o efeito de humor é construído por meio de como os personagens e as temáticas são enunciadas dentro de contextos específicos, assim encontramos nas tiras representações que refletem inúmeros conhecimentos e crenças, os quais podem reproduzir e subverter a realidade social, pois os discursos estão diretamente influenciados pelos aspectos sociais, culturais, históricos e, sobretudo, os ideológicos. Nesse sentido, por meio do humor, as tiras disseminam as crenças e os valores que circulam socialmente, e podem atuar como uma ferramenta que possibilita tecer uma crítica social, aguçando os olhares para a diversidade humana e, assim, construir um leitor mais crítico, conforme observamos no esquema:

## ENUNCIÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora

O processo de (re)significação do provérbio enunciado no último quadrinho é construído, principalmente, pela retomada em nossa memória das características físicas e psicológicas da personagem Mônica, a qual possui uma personalidade marcante e não tem paciência com os apelidos que recebe dos outros personagens devido à sua aparência física, respondendo tais ações com a força física. Dessa forma, a expressão facial da Mônica em frente ao espelho, no segundo quadrinho, após questioná-lo, por meio de uma pergunta retórica, dado o posicionamento da personagem, se haveria alguém mais "bonitinha" do que ela, direciona para os sentidos possíveis do último quadrinho, quando ela diz que "Quem cala, consente!". Portanto, o efeito de humor é construído, também, a partir da intertextualidade com o

conto de fadas da Branca de Neve, tendo em vista que em tal conto o espelho respondia às perguntas da madrasta e, no caso da tira, o espelho se mantém em silêncio, possibilitando a apreensão de que o seu silêncio seria decorrente de uma coerção, ideia reforçada pela expressão facial da personagem ao esperar pela resposta de sua pergunta ao espelho. Outro efeito de sentido possível e que constitui o efeito de humor da tira é constituído a partir da enunciação do provérbio “Quem cala, consente!”, pela Mônica, no último quadrinho, pois ela toma para si a ideia de que o espelho concordou com ela, acepção comumente atribuída ao provérbio, a fim de reforçar a sua autoestima.

Tais sentidos tornam-se possíveis porque estão inscritos na historicidade e, de acordo com cada época, eles podem sofrer transformações, como é o caso, por exemplo, do padrão hegemônico de beleza. Na época do Renascimento, os corpos mais valorizados eram os mais fartos, pois o valor estava centrado na maternidade, e na divisão de classes, tendo em vista que, na época, possuir um corpo avantajado era sinônimo de riqueza e indicava que o sujeito tinha boas condições financeiras para se alimentar bem. No entanto, com o passar do tempo, a partir de 1800, na França, a palavra “obesidade” foi disseminada pelo discurso médico e estava associada aos males que o excesso de gordura causava ao corpo, como o entupimento de vasos sanguíneos e artérias. Nesse período, a obesidade passou a ser associada ao feio e ruim, enquanto o corpo magro passou a ser sinônimo de beleza, e esses discursos foram se estabilizando e se perpetuando na sociedade. Na contemporaneidade, há uma hipervalorização do culto ao corpo que exclui e discrimina o que é considerado fora do modelo ideal de corpo perfeito e saudável. Essa pressão que a sociedade e a mídia impõem sobre a busca por um padrão hegemônico de beleza, principalmente, em relação ao corpo feminino, tem causado uma série de problemas de saúde e de transtornos alimentares, tendo em vista que muitas pessoas não medem esforços para tentar atingir tal padrão.

Nesse sentido, a tira em quadrinho traz à tona, por meio do humor, um assunto presente em nosso cotidiano, a fim de estabelecer uma crítica a esse modelo de beleza considerado ideal, considerando-se que a personagem Mônica possui características físicas que fogem a esse padrão (“baixinha”, “gorducha”, “dentuça”). Apreendemos a crítica por meio do entrelaçamento da funcionalidade do gênero, da posição-sujeito assumida pela personagem e pelos efeitos de sentido do percurso que o provérbio “Quem cala consente” produz, pois a personagem

ressignifica o silêncio do espelho, reafirmando a sua autoestima, isto é, de acordo com a sua expressão facial de tranquilidade, no último quadro, ela não precisaria de uma resposta positiva do espelho para sentir-se “bonitinha”. Assim, as condições de produção e a própria funcionalidade do gênero - o efeito de humor decorrente da intertextualidade com o conto de fadas da Branca de Neve e do emprego do provérbio “Quem cala consente” – permitem-nos captar os aspectos ideológicos e culturais de uma sociedade que atravessam a história e, ao mesmo tempo, a constituem.

#### 4.1.5 Cartaz de filme



Fonte: <https://filmow.com/quem-cala-nao-consente-violencia-contr-a-mulher-no-ambiente-universitario-t252179/>

O gênero cartaz de filme mobiliza uma combinação de palavras e imagens em sua construção, a fim de divulgar/promover um filme ou outra produção do mesmo segmento. No caso em questão, o cartaz objetiva divulgar o videodocumentário independente “Quem cala não consente”, a respeito da temática da violência sexual contra as mulheres no ambiente universitário. O referido filme foi produzido em 2017 e dirigido por Aline Furnel e Cíntia Kavaguti. O videodocumetário está disponível na plataforma de vídeos do Youtube com aproximadamente 15 minutos de duração. A narrativa do vídeo é composta por depoimentos de quatro estudantes universitárias relatando o assédio sexual que sofreram no ambiente universitário, intercalados pelos comentários de um delegado que atua na Delegacia da Mulher e de uma

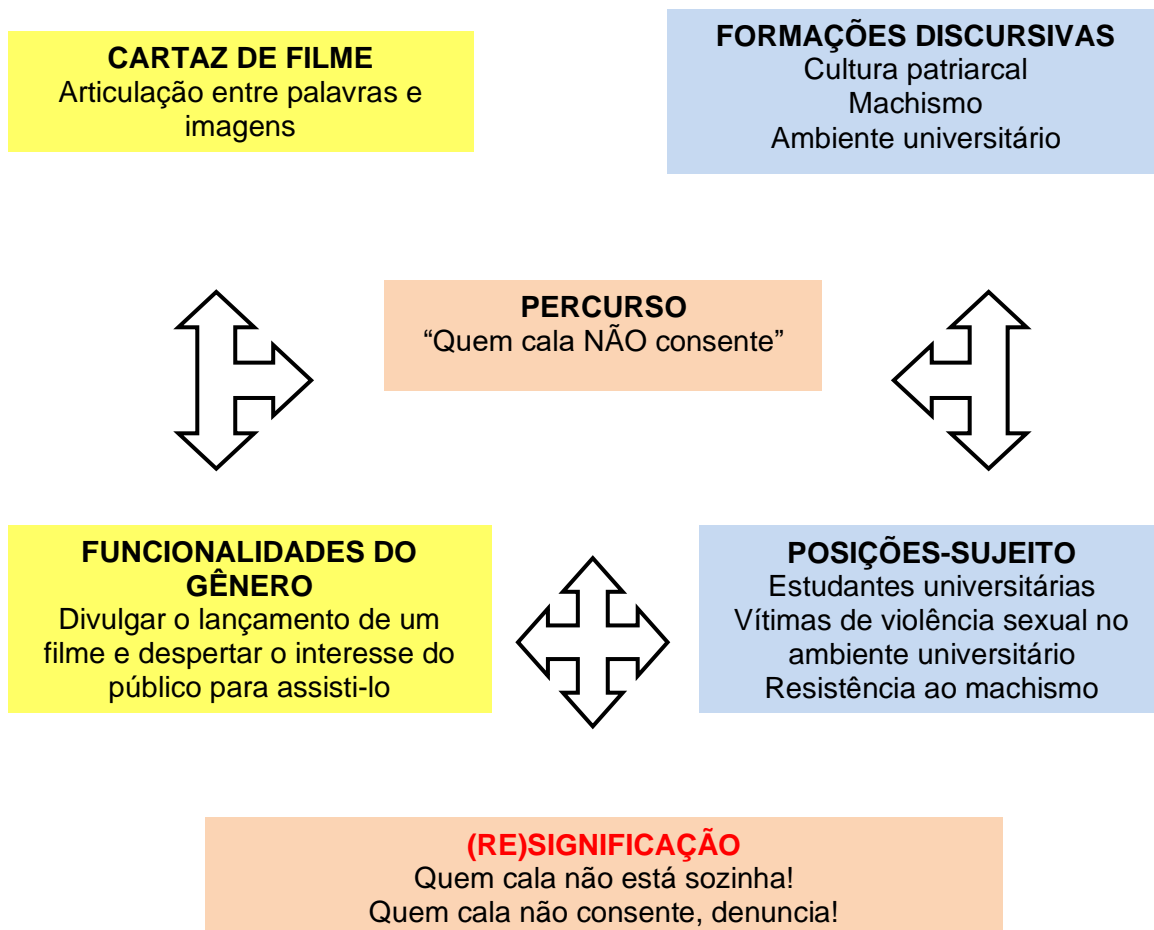
antropóloga, a fim de denunciar e elucidar essa prática que ocorre de forma recorrente em nossa sociedade.

O cartaz circulou no ambiente virtual, mais especificamente no *site filmow.com*, que funciona como uma rede social para os interessados em filmes e séries, e na plataforma *online* e gratuita *videocamp.com*, a qual reúne filmes de impacto e transformação, com o intuito de apontar para as causas urgentes e retratar as situações que necessitam de visibilidade em nossa sociedade, facilitando o acesso à cultura e à informação.

Os aspectos estruturais dos textos verbais do gênero em questão são básicos e apresentam algumas informações da produção, como o título e os nomes das responsáveis pela direção. Ainda, no que diz respeito ao texto verbal, há o emprego do provérbio “Quem cala consente” no título do filme, no entanto o texto é apresentado com uma modificação, isto é, o advérbio de negação “não” é agregado ao provérbio e destacado em vermelho do restante do texto. Dessa forma, o texto/título “Quem cala não consente” funciona como uma frase de efeito, buscando captar a atenção e despertar o interesse do público, além de se relacionar à ideologia materializada no videodocumentário.

O texto imagético do cartaz é construído pelas fotografias de várias mulheres com a expressão do rosto denotando insatisfação, uma ao lado da outra, porém todas em cenas distintas e com o fundo preto. A partir do esquema, verificamos como essa construção discursiva produz efeitos de sentido e possibilita a (re)significação do provérbio:

## ENUNCIÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora.

Para entendermos os efeitos de sentido possíveis que o cartaz implica e o processo de (re)significação do provérbio, primeiramente, devemos apreender que tal discurso funciona em contradição a uma série de outros vigentes em nosso meio social, isto é, de um lado temos uma sociedade na qual a violência sexual contra a mulher é, de certa forma, naturalizada, devido ao processo histórico que produziu relações assimétricas entre os gêneros masculino e feminino; e, de outro, as mulheres lutam para defender a igualdade de gêneros e desconstruir a ideologia enraizada do patriarcado. Dessa forma, Fiorin (2012) argumenta que, se não

apreendermos a relação dialógica dos discursos, não conseguimos perceber o movimento histórico de constituição dos sentidos.

Por meio do Iluminismo, a Modernidade disseminou a ideia de que a educação seria a base para se alcançar uma sociedade civilizada. Desse modo, quanto mais elevado fosse o grau de escolaridade de um indivíduo, mais ele saberia lidar com os seus impulsos agressivos e com as práticas de violência presentes no cotidiano da sociedade. Assim, a partir de um processo civilizatório, a sociabilização seguiria em direção à domesticação do corpo (via controle externo e pessoal das necessidades fisiológicas e emocionais), à racionalização e individuação do sujeito, por meio, principalmente, da educação familiar e formal, além das práticas reguladoras estabelecidas pelas leis jurídicas fundamentadas pelo Estado (ALMEIDA, 2017).

Portanto, a Modernidade passou a ser representada por uma sociedade que buscava a igualdade e respeitava as diferenças, independentemente da classe social, raça, gênero, religião e região e, sendo assim, todos deveriam ter oportunidades iguais em todas as esferas: educacional, política, trabalhista, e, também, no capitalismo. Todavia, esses preceitos não foram/são colocados em prática no cotidiano, principalmente, ao que se refere às marcas do patriarcalismo enraizadas em nosso meio social.

Segundo Almeida (2017), as mulheres, em especial, as negras e de baixa renda, não tiveram condições dignas de existência cidadã, nem acesso ao espaço público e a seus respectivos equipamentos, tendo em vista que tais negações/exclusões são resultantes de um longo processo histórico escravista, patriarcalista e, atualmente, sexista-racista. E essa realidade perpassa todas as esferas sociais.

O ambiente universitário, por exemplo, apesar de contemplar um espaço com grau elevado de educação e ser um local onde a equidade deveria prevalecer, sobretudo em relação à desconstrução da cultura patriarcal, não garante a igualdade entre os gêneros, pois a desigualdade entre os homens e as mulheres nas universidades está presente e é manifestada de inúmeras formas, dentre elas, por meio da violência sexual.

No Brasil, as universidades foram autorizadas a receberem as mulheres enquanto alunas apenas em 1879, após a Reforma Carlos Leôncio de Carvalho (Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879). Essa conquista foi o resultado de muitos

anos de luta em busca de ampliar o papel da mulher na sociedade, no entanto a expressão feminina dentro das universidades era mínima, tendo em vista que as mulheres não recebiam incentivos para estudar, além da sobrecarga de afazeres domésticos e de dedicarem muito tempo para cuidar dos filhos. Portanto, dificilmente elas conseguiam avançar nos estudos e alcançar o nível universitário. Dessa forma, foi apenas a partir da década de 1960, com a Lei 4.024/1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que houve uma democratização, de fato, do ensino, possibilitando que as mulheres de fato tivessem mais chances de ingressar no ensino superior.

De acordo com Almeida (2017), as denúncias de violências sexuais, como o assédio e o estupro, têm sido cada vez mais frequentes no contexto das universidades brasileiras. Diante dessa realidade, a autora comenta que os coletivos feministas são criados com o intuito de acolher as vítimas, tirar os casos de violência da invisibilidade e exigir providências dos responsáveis pela administração das instituições escolares e das autoridades policiais e jurídicas, além de criar mecanismos de resistência, de combate e proteção às vítimas e às mulheres que frequentam as universidades.

Esses espaços de conhecimento deveriam promover um ambiente de garantia à liberdade de todos os sujeitos e, fundamentalmente, buscar a construção de uma consciência crítica que desconstrua a reprodução de todas as formas de poder, no entanto não é o que acontece, pois os dados apontam para o alto índice de ocorrências de violência sexual contra as mulheres nas universidades, sejam elas estudantes, professoras, funcionárias, dentre outras ocupações. Dessa forma, tanto o documentário quanto o seu cartaz de divulgação colocam em evidência uma rede de sentidos em torno do provérbio, pois “calar” e “consentir” revelam o posicionamento de resistência e sororidade em relação às práticas violentas que acometem as mulheres no espaço universitário. Assim, as imagens de várias mulheres presentes no cartaz do filme juntamente com os depoimentos das estudantes que foram vítimas de violência sexual visam a construir uma rede de apoio e oferecer o suporte necessário para que as mulheres denunciem os casos de violência, tendo em vista que as relações de poder presentes no ambiente universitário e, antes de tudo, na própria sociedade, tendem a manter as vítimas em silêncio, porque, em muitos casos, os agressores possuem uma relação de

superioridade hierárquica em relação à vítima, atuando como seus professores, orientadores, entre outros funcionários da universidade.

A fim de romper esse ciclo de violência sexual contra as mulheres, os coletivos feministas buscam formas de enfrentamento a esse tipo de violência e meios para que ele se torne cada vez mais visível na sociedade, pois quanto maior for a visibilidade dos casos de violência, mais informações serão divulgadas e, conseqüentemente, mais oportunidades serão criadas para dar voz às mulheres que são vítimas, mas que ainda permanecem silenciadas por uma sociedade machista que considera, de certa forma, a violência contra a mulher como um fenômeno naturalizado no meio social. Assim, por vários fatores, milhares de mulheres não denunciam os seus agressores e a impunidade faz com que esse ciclo nunca se encerre.

Diante desse contexto, as cenografias apresentadas no cartaz e no documentário nos filiam a uma rede de sentidos que denotam um posicionamento de enfrentamento das mulheres frente aos casos de violência sexual, a fim de denunciá-los, tirando-os da invisibilidade e procurando meios para que haja a punição adequada ao agressor. Tais sentidos só se tornam possíveis devido ao percurso que o provérbio “Quem cala consente” faz entre as unidades tópicas e as formações discursivas, pois, quando o provérbio é resgatado, empregado no título do documentário e, conseqüentemente, no cartaz, o acréscimo do advérbio de negação “não” direciona a nossa interpretação à (re)significação, tendo em vista que essa negação em destaque é o resultado de um longo e árduo processo histórico de luta das mulheres contra a desigualdade entre os gêneros, a qual possui raízes muito profundas e perpetua, ainda hoje, a cultura do machismo, extremamente viva e naturalizada no imaginário social. Dessa maneira, Orlandi (2013) comenta que o discurso se constitui na tensão entre o mesmo e o diferente, porque todas as vezes em que tomamos a palavra produzimos uma alteração na rede de filiação dos sentidos, embora as nossas palavras sejam já ditas. E essa relação entre o mesmo e o diferente e entre o já dito e aquilo que ainda está a se dizer permite que os sujeitos e os sentidos se movimentem, façam os seus percursos e (re)signifiquem. É por isso que, segundo Orlandi (2013, p. 37),

[...] dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e

acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história.

Assim, a luta das mulheres é consolidada como um movimento contínuo de resistência, particularmente, porque as lutas são constantes, porém as mudanças positivas são mínimas, a saber pelas estatísticas atuais do alto índice de ocorrências de violência registradas contra as mulheres, conforme apresentado ao decorrer desta tese.

#### 4.1.6 Informação



Fonte: <https://www.facebook.com/cnj.oficial/posts/-inocente-até-que-provem-o-contrário-todo-mundo-tem-o-direito-de-não-produzir-pr/1861522037253881/>

A informação selecionada circulou em janeiro de 2018, no Facebook, na página oficial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a fim de divulgar/informar o direito ao silêncio que o preso possui. O CNJ é uma instituição pública que tem como objetivo aperfeiçoar o sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Na qualidade de prestador de serviços ao cidadão, o órgão é responsável por receber reclamações, petições e representações contra membros ou órgãos do Judiciário<sup>13</sup>.

Costa (2014) explica que o gênero informação, conforme a esfera social de circulação e o objetivo, pode ter seu próprio sentido e tipo de discurso predominante:

---

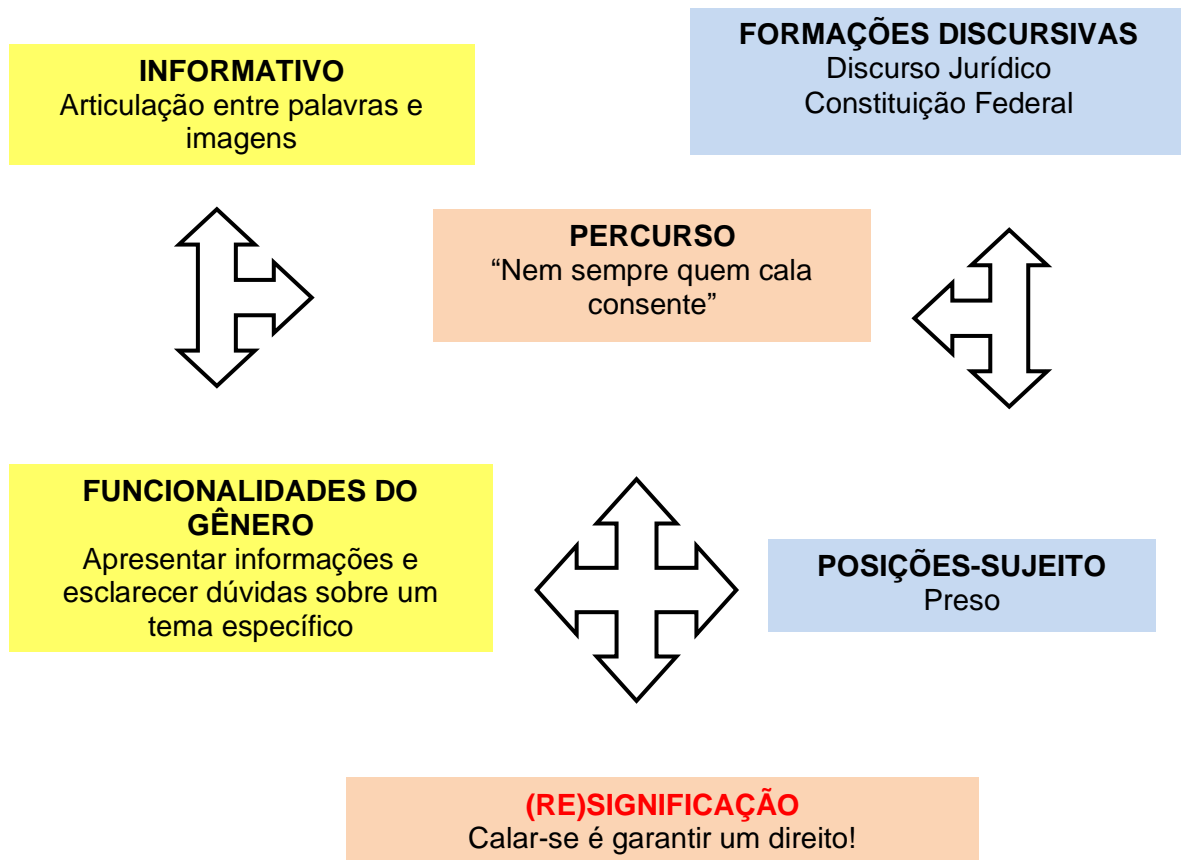
<sup>13</sup> Informações retiradas do endereço eletrônico oficial do órgão: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br).

de relato, de opinião (argumentativo) ou instrucional. O discurso em questão funciona como uma ferramenta instrucional, isto é, trata-se de um texto utilizado para transmitir informações com o objetivo de ensinamento, orientação ou instrução sobre um conjunto de conhecimentos de determinado assunto.

O informe resgata o provérbio “Quem cala consente” a fim de estabelecer maior interação com o público, pois os provérbios constituem uma rede de filiações aos sentidos que circulam socialmente e revelam os modos de funcionamento de uma dada sociedade. Nesse aspecto, quando o informativo apresenta o provérbio e acrescenta a expressão “nem sempre”, antes, há uma marcação ideológica do enunciador, porque não se trata de consentir ou não, mas sim de garantir um direito ao preso. O Conselho Nacional de Justiça esclarece que todos têm o direito de não produzir provas contra si mesmos e, de acordo com o Artigo 5º da Constituição Federal, inciso LXIII, que regula os direitos e garantias fundamentais de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país, é garantido à pessoa que for presa o direito de ficar calada sem que o silêncio cause prejuízo ao seu caso. Nesse mesmo contexto, a Resolução 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça reafirma o direito ao silêncio nas audiências de custódia. Dessa forma, fica determinado que toda pessoa presa em flagrante seja apresentada, em até 24 horas, à autoridade judicial competente, e que todos os direitos sejam informados ao preso, inclusive, o direito de permanecer calado.

Assim, por meio do esquema a seguir, é possível verificarmos de que forma os discursos se articulam na produção dos sentidos:

## ENUNCIÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora.

O percurso do provérbio “Quem cala consente” entre as unidades tópicas e não tópicas revela uma posição-sujeito que evidencia os sentidos possíveis para a (re)significação do texto “Nem sempre quem cala consente”, apresentado no informativo. Ou seja, embora o silêncio decorrente do calar seja subjetivo e, segundo Orlandi (2013), as formas do silêncio sejam inúmeras, assim como a maneira de analisar cada uma delas, o que proporciona conclusões diferentes e consequências diferentes, de acordo com a compreensão de cada um dos sentidos e dos sujeitos em suas relações com o simbólico, com o inconsciente e com a ideologia, o silêncio praticado pelo preso está imune às constatações, no âmbito jurídico, haja vista que se trata de uma tática processual fundamentada no exercício de um direito garantido pela Constituição Federal. Essa garantia é legitimada por meio da citação do inciso LXIII, do artigo 5º da Constituição Federal de 1988: “O preso será informado de seus

direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”. Portanto, de acordo com a prerrogativa constitucional, o exercício do direito de permanecer em silêncio não autoriza que o Poder Público trate o acusado como culpado, independentemente da natureza do ilícito praticado, sem que exista a decisão judicial condenatória transitada em julgado, isto é, todos são inocentes até que se prove o contrário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa tese, pesquisamos o entrelaçamento das unidades tópicas e não tópicas no processo de constituição dos sentidos e, para tanto, recorremos aos preceitos da Análise do Discurso de orientação francesa, a fim de compreender de que forma os discursos engendram a língua, o sujeito e a história no funcionamento da linguagem. A partir da descrição dos processos de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”, foi possível entendermos como ocorre a discursivização dos sentidos por meio do efeito do linguístico na história, pois as análises da interdependência entre as especificidades dos gêneros discursivos e os posicionamentos dos sujeitos em relação às formações discursivas que os sobredeterminam foram fundamentais para a apreensão dos novos efeitos de sentido colocados em circulação em torno dos percursos realizados pelo provérbio em diferentes cenas de enunciação.

No primeiro capítulo, focalizamos os recursos que a Análise do Discurso de orientação francesa nos disponibiliza para esclarecer os processos de significação e de constituição dos sujeitos e dos sentidos, a partir de uma perspectiva discursiva sobre a linguagem. Dessa forma, ao explicitarmos os mecanismos envolvidos na (re)significação do provérbio em questão, pesquisamos as contradições presentes em cada tomada de palavra, pois o “novo” sentido está no retorno, isto é, segundo Souza (2006, p. 106), “Não há sentido sem outro sentido que o anteceda e sem outro sentido para o qual aponte”. Portanto, esse movimento de retomada do provérbio, em condições distintas de enunciação, permite remeter tais dizeres a uma rede de novas filiações de dizeres, à memória e à historicidade, revelando, assim, os aspectos ideológicos intrínsecos à (re)significação.

No segundo capítulo, exploramos a noção de unidades tópicas e não tópicas, desenvolvida por Maingueneau (2008a, 2008b, 2013a, 2013b, 2015), a fim de constatar e descrever como essas categorias atuam no processo de significação dos discursos, mais especificamente, no fenômeno de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”. Desse modo, de um lado, estudamos as unidades tópicas, considerando-as peças essenciais na construção e circulação das discursividades, além de inseri-las na ordem da enunciação; e, de outro, examinamos as unidades não tópicas, pois são elementos (formações discursivas e percursos) que enredam

os limites das fronteiras pré-estabelecidas e traçam o roteiro dos possíveis efeitos de sentido, a fim de integrar as duas unidades no processo de análise do *corpus*, tendo em vista que foi possível verificar, por meio dos gestos de interpretação, que os dois funcionamentos, tanto o das unidades tópicas quanto o das não tópicas, são interdependentes e se relacionam mutuamente na constituição dos sujeitos e dos sentidos.

No capítulo três, apresentamos as especificidades dos gêneros discursivos, levando em consideração os seus funcionamentos, em especial, o funcionamento do gênero proverbial. Nesse aspecto, embora o nosso *corpus* seja composto por distintos gêneros e, conseqüentemente, por diferentes funcionalidades, todos os discursos selecionados estão inseridos na esfera midiática e possuem em comum o percurso do provérbio “Quem cala consente” atuando diretamente na produção dos efeitos de sentido. Logo, o fato de o provérbio ser empregado como estratégia discursiva dentro de outros gêneros é essencial na constituição dos sentidos e dos sujeitos, pois, a partir das cenas enunciativas que cada gênero selecionado institui, juntamente com as cenografias que os legitimam, por meio das formações discursivas e dos posicionamentos dos sujeitos, analisamos como os sentidos irrompem em nossa sociedade, em condições específicas de enunciação, revelando toda uma historicidade que é a base para a significação.

Por fim, no capítulo de análise, desenvolvemos um esquema capaz de articular as unidades tópicas e não tópicas ao realizar os gestos de interpretação, a fim de entender como a enunciação conecta os discursos à historicidade, tendo em vista que os efeitos de sentido só são possíveis porque a linguagem, a história e a ideologia produzem as condições materiais de existência dos sentidos e dos sujeitos, permitindo-nos identificar os aspectos ideológicos e culturais de uma sociedade, os quais atravessam a história e ao mesmo tempo a constitui.

Ao final das análises e após a reflexão da significação e (re)significação dos sentidos colocados em circulação, articulamos a (re)significação do provérbio “Quem cala consente” a processos metafóricos relacionados aos verbos “calar” e “consentir”, a saber que, no campo teórico da Análise do Discurso, a metáfora não é percebida apenas como uma figura de linguagem, mas como algo que transcende o discurso e se constitui como um fenômeno capaz de revelar que a língua é sujeita à falha e ao equívoco. Assim, estudar o funcionamento das unidades tópicas e não tópicas na construção dos sentidos é o que nos permite apreender os deslizamentos

de sentido. Portanto, a metáfora, entendida como transferência, é constitutiva do sentido. Dessa forma, Orlandi (2012) argumenta que, por meio da metáfora, a relação entre língua e historicidade é revelada no discurso, isto é, os deslizamentos dos sentidos possibilitam que o sentido sempre possa ser outro, no entanto a autora explica que inevitavelmente algo do mesmo permeará o diferente – o novo. Logo,

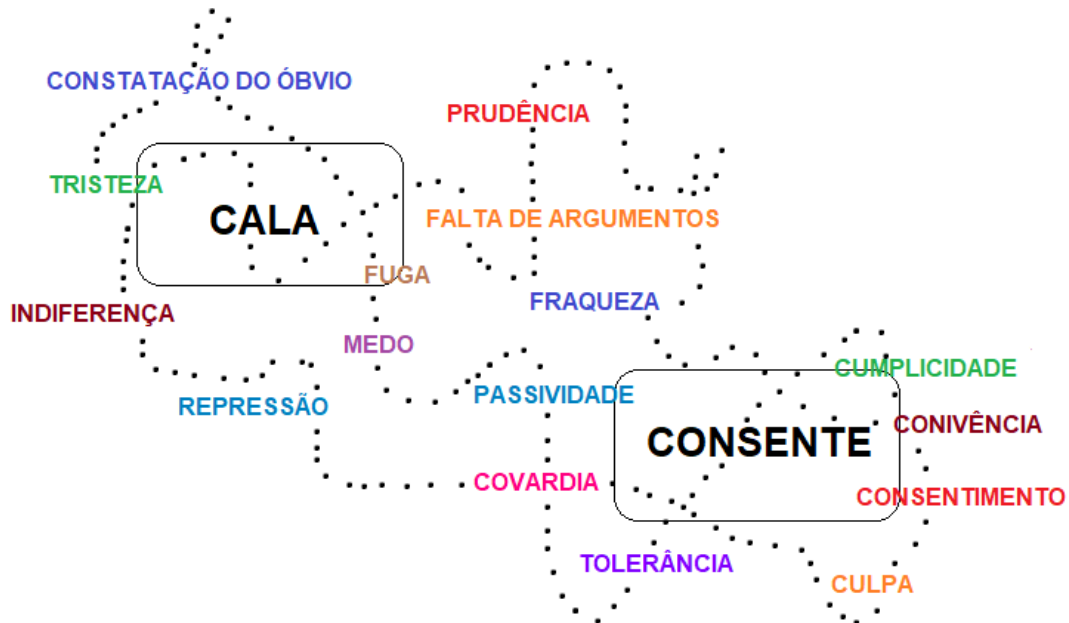
O mesmo já é produção da história, já é parte do efeito metafórico. A historicidade está aí representada justamente pelos deslizamentos (paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas. Fala-se a mesma língua, mas se fala diferente. Pelo efeito metafórico. Esse deslizamento, próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade (ORLANDI, 2012, p. 81).

Desse modo, verificamos que, em todos os processos de (re)significação do provérbio estudado, em cada gênero selecionado, houve o deslizamento dos sentidos, de acordo com as especificidades de cada gênero, de cada formação discursiva e de cada posição-sujeito enunciada. Na relação de entremeio entre o mundo e a linguagem, o sujeito e o sentido, ao se constituírem, promovem-se na conjunção dessa relação. Logo, estão sujeitos ao mundo e à linguagem, ora pelo acaso e memória, ora pelo jogo e pela regra, assim, conforme menciona Orlandi (2012, p. 93), “Onde está o mesmo está o diferente”.

Por meio dos gestos de interpretação, na Análise do Discurso, entendemos que os sentidos estão à deriva e só passam a significar quando são colocados em cena, por meio dos sujeitos e, conseqüentemente, por meio dos gêneros de discurso. Assim, os sentidos só são construídos de uma determinada forma e não de outra, porque há uma série de fatores que se organizam em uma situação específica para dizer o que diz, da forma como diz, e para quem diz. Desse modo, os percursos realizados pelo provérbio “Quem cala consente”, em seus atravessamentos pelas unidades tópicas e não tópicas, em distintas cenas de enunciação, permitiram-nos revelar diferentes facetas para o verbo “calar” e “consentir”, pois os deslizamentos dos sentidos à deriva pairam sob a historicidade constitutiva de cada discurso. Segundo Orlandi (2007, p. 91), “[...] o silêncio trabalha nos limites do dizer, o seu horizonte possível e o seu horizonte realizado”.

Tendo em vista que todo dizer está passível de dizer bem mais do que se propõe, a ilustração a seguir demonstra alguns deslizamentos de sentidos captados

por meio das análises da relação tácita de causa e consequência que o provérbio “Quem cala consente” expressa entre os verbos “calar” e “consentir”.



Fonte: Elaborado pela autora.

O nosso objetivo, com esse estudo, foi descrever os processos de (re)significação do provérbio “Quem cala consente”, por meio do desenvolvimento de um esquema que elucidasse os funcionamentos discursivos envolvidos na produção dos efeitos de sentido. Para tanto, a noção de unidades tópicas e não tópicas foi essencial na construção de um modelo de análise que agregasse aos gestos de interpretação a compreensão das condições linguísticas, ideológicas, composicionais e temáticas, dos discursos colocados em circulação na atualidade.

## REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni P. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. 3ª Ed, Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.
- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Violências contra mulheres nos espaços universitários. STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Suzane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (Org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2ª ed. Tradução de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEG, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: 1996.
- ANGERMULLER, Johannes. *Análise de discurso pós-estruturalista: as vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers*. Tradução de Roberto Leiser Baronas et. al. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- ARAÚJO, Sumaia Sahade. A cenografia e o ethos de textos publicitários de gênero. In: MACEDO, Joselice; ROCHA, Maria José Campos; SANTANA NETO João Antônio (Org.). *Discurso em análise*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2003.
- ARISTÓTELES. *A retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Junior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. 2ª Ed. Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, Lisboa, 2005.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução de Leci Borges Brandão e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARONAS, Roberto Leiser. Ainda sobre formação discursiva em Pêcheux e em Foucault. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.
- BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva: vale a pena lutar por ela. *Estudos Linguísticos XXXIV*, p.732-737, 2005.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Editora da USP, 1999.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989, p.81-90.

BLUME, Bruno André. *Assembleia Legislativa Estadual: o que é e como funciona?* Publicado em 22 de julho de 2016. Disponível em: [politize.com.br](http://politize.com.br). Acesso em 12 de agosto de 2018.

BRAGANÇA JUNIOR, Álvaro; PARDO PASTOR, Jordi; COSTA, Ricardo da. O livro dos mil provérbios (1302). *Coleção grandes obras do pensamento universal*. São Paulo: Editora Escala, p. 09-31, 2007.

BRANCA-ROSOFF, Sonia. Formação discursiva: uma noção bastante ambígua. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, Roseli (Org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012a.

BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012b.

BRANDIST, Craig. *Repensando o Círculo de Bakhtin: novas perspectivas na história intelectual*. Tradução de Helenice Gouvea e Rosemary H. Schettini. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Estatuto da criança e adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.

BRUNELLI, Anna Flora; MUSSALIM, Fernanda; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição (Org.). *Língua, texto, sujeito e (inter)discurso*. São Carlos: João & Pedro Editores, 2013.

CAMPOS-TOSCANO, Ana Lúcia Furquim. *O percurso dos gêneros do discurso publicitário: uma análise das propagandas da Coca-Cola*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.

CAZELATO, Sandra Elizabete de Oliveira. *Interpretação de provérbios parodiados por afásicos e não-afásicos*. Tese de Doutorado em Linguística. IEL/Unicamp. Campinas/SP: 2008

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso propagandista: uma tipologia. *Análises do Discurso Hoje*, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna) 2010, p. 57-78, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo; PIRES, Sueli; CRUZ, Amadeu Roselli; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

COSTA, Ricardo Luiz Silveira da. *Ensaio de História Medieval*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2009.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. 3ª ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2ª ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FÍGARO, Roseli (Org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

FIGUEIREDO, Glaucy Ramos. *O gênero proverbial na imprensa: usos e funções retóricas*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, CAC, Letras, 2012.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. Enunciação e comunicação. In: Fígaro Roseli (Org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

GARCIA, Dantielli Assumpção; GALLI, Fernanda Correa Silveira; SILVA, Jonathan Raphael Bertassi da; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e; CHICOTE, Maria Luísa Lopes; YADO, Thaís Harumi Manfré (Org.). *Ressonâncias de Pêcheux em nós*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GATTI, Márcio Antônio. *Humor em provérbios alterados*. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em:  
<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/268889>

GONÇALVES, Luiziânia da Silva. *Avaliação da política pública da Secretaria de Turismo de Fortaleza no enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, 2008.

GRANJEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. Foucault, Pêcheux e a Formação Discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

GRÉSILLON, Almuth; MAINGUENEAU, Dominique. Polyphonie, proverbe et détournement, ou um proverbe peut en cacher un autre. *Langages*, 19ª année, nº73, 1984. Les Plan's d' E'nonciation, pp. 112-125; doi 10.3406/lgge, 1984.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os estudos sobre linguagens: uma história das idéias*. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling14.htm>. Atualizado em 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do discurso: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langage*, nº24, p. 93 a 106, Paris: Larousse, 1971.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LEDOARÉ, Hélène; SENOTIER, Daniele (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. Coordenação da tradução: Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos* (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015.

INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 19ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

KRIEG-PLANQUE, Alice. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: Propostas para a análise do discurso político. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de fórmula em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana S. Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 23: o sinthoma* [1975/1976]. Tradução de Sérgio Laia e revisão de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LAUAND, Jean. *Provérbios e educação moral: a filosofia de Tomás de Aquino e a pedagogia do Mathal*. São Paulo: Mandruva, 1997.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Geralda de Oliveira Santos; CASTRO, Lorena Gomes Freitas de. Meme digital: artefato da (ciber)cultura. *Revista (Con)textos linguísticos*. V.10, n. 16. Universidade Estadual do Espírito Santo, 2016.

LIMA, Maurílio Cesar de. *Introdução à história do direito canônico*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MACHADO, Andressa. Como a relação com o corpo foi ressignificada ao longo do tempo até chegarmos ao padrão da mulher branca e magra como ícone de beleza e sucesso. *Humanista: jornalismo de Direitos Humanos*. Publicado em 24/05/2018. Disponível em: [www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br).

MACHADO, Rosemeri Passos Baltazar; CORDEIRO, Isabel Cristina. A metáfora no discurso propagandístico: entre a manipulação e a persuasão. In: OLIVEIRA, Esther Gomes de; CAMARGO, Hertz Wendel de (Org.). *Linguagem e publicidade*. Londrina: Syntagma Editores, 2013.

MACHADO TEIXEIRA, Maria Eunice de Godoy. *Sentidos do percurso da análise do discurso no Brasil na voz de pesquisadores da área*. Tese de doutorado em Estudos da Linguagem. UNICAMP: Campinas, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Frases sem texto*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola editorial, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6ª ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2013a.

MAINGUENEAU, Dominique. Argumentação e cenografia. In: BRUNELLI, Anna Flora; MUSSALIN, Fernanda; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição (Org). *Língua, texto, sujeito e (inter)discurso*. São Carlos: João e Padro Editores, 2013b.

MAINGUENEAU, Dominique. Pertinence de la notion de formation discursive em analyse de discours. *Dans langage et société*, 2011/1 (nº 135), pages 87-99.

MAINGUENEAU, Dominique. Formação discursiva, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva*. Tradução de Fábio César Montanheiro e Roberto Leiser Baronas. 2ªEd. revisada e ampliada. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011a.

MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de (Org.). Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução Dilson F. da Cruz; Fabiana Komesu; Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3ª ed. Tradução de Freda Indursky. São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARTINS, Maria Helena (Org.). *Questões de linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luciano Cavini Martorano, Nélio Schneider e Rubens Enderle. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2007.

MCCANN, Hannah. *O livro do feminismo*. Tradução de Ana Rodrigues. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Boletim Epidemiológico: análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017*. Volume 49, nº 27, Brasil, junho de 2018.

MIQUELETTI, Fabiana. Breves notas sobre fórmulas e citação. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

MOURA, Sérgio Arruda de; BORGES, Eliana Maria. Discursos de identidades em tiras de humor: análise em duas vertentes críticas. *LOGOS 31: Comunicação e Filosofia*. Ano 17, 2º semestre de 2009.

MUCCHIELLI, Roger. *A psicologia da publicidade e da propaganda*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Suzane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (Org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. V. 2. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Esther Gomes; CAMARGO, Hertz Wendel de (Orgs.). *Linguagem e publicidade*. Londrina: Syntagma Editores, 2013.

OLIVEIRA, Esther Gomes. Argumentação: da Idade Média ao século XX. *SIGNUM: Estudos da Linguagem*. Londrina, n. 7/2, p.101-108, dez., 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11ªed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho do simbólico*. 6ª Edição, Pontes Editores: Campinas, SP, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é Linguística*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Leitura: teoria e prática*, Campinas, vol. 3, julho de 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PACHECO, Mariana do Carmo. Gênero textual infográfico. Revista Brasil Escola. Disponível em: [www.brasilecola.uol.com.br](http://www.brasilecola.uol.com.br). Acesso em 09 de agosto de 2019.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e (Org.). *Metáforas do cotidiano*. Belo Horizonte, Ed. Do Autor, 1998.

PASSOS, Marcos Vinícius Ferreira. O gênero “meme” em propostas de produção de textos: implicações discursivas e multimodais. *Anais do SIELP*. Vol. 2, N. 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN: 2237-8758.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). Tradução de Jonas de A. Romualdo. In: GADET, Françoise; Hak, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni P. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. 3ª Ed, Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEG, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: 1996.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes 1990.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. Tradução de Sérgio Augusto Freire de Souza. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Michel*

Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. *In: FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à linguística*. Vol. I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

PINHO, José Benedito. *Propaganda Institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas*. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (Org.). *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PORFIRIO, Silvío; SOUZA, Francisco Ernandes Braga de; CIPRIANO, Luis Carlos. *Textos multimodais: a nova tendência na comunicação*. Ed. 861, publicado em 29/07/2015. Disponível em: [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br).

POSSENTI, Sírio. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1990.

PNVSCA (Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes). *Campanha de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha Educativa*. Disponível em: [www.direitoshumanos.gov.br/spdca/exploracao\\_sexual](http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca/exploracao_sexual). Acesso em 18 de setembro de 2018.

PRATA, Mario. *Mas será o Benedito?* Dicionário de provérbios, expressões e ditos populares. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

RAPOPORT, Izabel Duva. Quem cala consente. *In: Revista Aventuras na história*. Ed. 198. Editora Perfil: São Paulo, 2019.

ROCHA, Regina. *A enunciação dos provérbios*. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

SANDE, Paula Morgado. *O que o provérbio diz, o que o provérbio sabe e o que o provérbio ensina*. Disponível em: <https://ielt.fcsh.unl.pt/o-que-o-proverbio-diz-sabe-e-ensina/>. Acesso em: 12/05/2018.

SANDMANN, Antônio José. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 1993.

SCHIPPER, Mineke. *Nunca se case com uma mulher de pés grandes: a representação da mulher no dito popular*. Tradução de Manuela Torres. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SILVA, Suzete (Org.). *Fraseologia & Cia: entabulando diálogos reflexivos*. Londrina: UEL, 2012.

SILVA, Suzete; OLIVEIRA, Esther Gomes de. *Somos todos seres proverbiais*. Londrina: UEL, 2011.

SILVA, José Ricardo Carvalho da. *O gênero tira de humor e os recursos enunciativos que geram o efeito risível*. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br>. Acesso em: 02/12/2017.

SOARES, Nana. *Em números: a violência contra a mulher brasileira*. Publicado em 07/09/2017. Disponível em: [www.emais.estadão.com.br](http://www.emais.estadão.com.br). Acesso em: 18/10/2018.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. *Conhecendo Análise de Discurso: linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. Discursividade e espaço discursivo. In: FIGARO, Roseli (Org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

STEIN, Joel. *Millennials: the me me me generation*. Time, may 9, 2013.

STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Suzane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (Org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

TEIXEIRA, Tattiana. O futuro do presente: os desafios da infografia jornalística. *Revista Ícone*. Vol. 11, nº 2. Universidade de Pernambuco, 2009.

URBANO, Hudinilson. Uso e abuso de provérbios. In: PRETI, Dino (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. Tradução de Clarisse Madureira Sabóia. 8ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. *A linguagem da propaganda*. Tradução de João Alves dos Santos. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1985.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil*. 1ª Ed. Editora Flacso Brasil, Brasília, DF, 2015.

ZIZEG, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: 1996.